



ANA LUISA ARAUJO DE OLIVEIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE A
PARTIR DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO PEDRO, MUNICÍPIO DE PARANAÍTA-
MT

CAMPINAS

2014



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Engenharia Agrícola

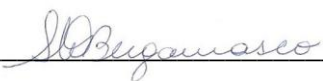
ANA LUISA ARAUJO DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE A
PARTIR DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO PEDRO, MUNICÍPIO DE PARANAÍTA-
MT**

Dissertação apresentada à Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestra em Engenharia Agrícola, na Área de Concentração de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA
ANA LUISA ARAUJO DE OLIVEIRA, E ORIENTADA
PELA PROFA. DRA. SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO



CAMPINAS

2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Área de Engenharia e Arquitetura
Luciana Pietrosanto Milla - CRB 8/8129

OL4p Oliveira, Ana Luisa Araujo de, 1989-
Políticas públicas para agricultura familiar : uma análise a partir do projeto de assentamento São Pedro, município de Paranaíta-MT / Ana Luisa Araujo de Oliveira. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Políticas públicas. 2. Assentamentos rurais. 3. Desenvolvimento rural - Mato Grosso. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Public policies for family farming : : an analysis from the project of settlement São Pedro, municipality of Paranaíta-MT

Palavras-chave em inglês:

Public policy

Rural settlements

Rural development - Mato Grosso

Sustainable development

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável

Titulação: Mestra em Engenharia Agrícola

Banca examinadora:

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco [Orientador]

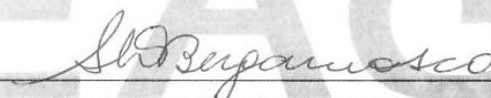
Luiz Antonio Cabello Norder

Valeria Comitre

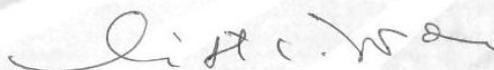
Data de defesa: 24-02-2014

Programa de Pós-Graduação: Engenharia Agrícola

Este exemplar corresponde à redação final da **Dissertação de Mestrado** defendida por **Ana Luisa Araujo de Oliveira**, aprovada pela Comissão Julgadora em 24 de fevereiro de 2014, na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.



Prof. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco – Presidenta e Orientadora
Feagri/Unicamp



Prof. Dr. Luiz Antonio Cabello Norder – Membro Titular
UFSCar



Dra. Valeria Comitre – Membro Titular
APTA

Faculdade de
Engenharia Agrícola
Unicamp

RESUMO

A implementação e desenvolvimento de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar constitui-se em importante estratégia para o desenvolvimento deste segmento no meio rural brasileiro. Na década de 1990, atendendo à antigas reivindicações dos trabalhadores rurais, iniciou-se um processo de inserção deste segmento, até então excluído, na pauta das políticas agrícolas com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Após a criação do Pronaf, outros programas foram criados para o fortalecimento da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos e atualmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Tendo em vista a importância da agricultura familiar para o abastecimento alimentar e para o desenvolvimento do país, esta dissertação teve por objetivo analisar os efeitos das políticas públicas direcionadas à este segmento, principalmente, o Pronaf, na produção agrícola, na geração de emprego e renda em comunidades rurais pertencentes ao Projeto de Assentamento São Pedro, localizado no Município de Paranaíta, Norte do Estado de Mato Grosso. Para tanto, foram realizados levantamentos de dados quantitativos e qualitativos, por meio de fontes primárias e secundárias. Os resultados apontam que o Pronaf foi acessado pelos agricultores familiares da área de estudo a partir do ano de 1999, constituindo-se em importante estratégia de reprodução socioeconômica das famílias assentadas. Porém, trouxe consigo a alteração do sistema produtivo, favorecendo a especialização da fonte de renda dos assentados na pecuária leiteira. A falta de informação, a não conscientização dos assentados da importância do trabalho em associação e/ou cooperativa, aliados a ausência de um serviço de assistência técnica e extensão rural integral, contribuíram para o não desenvolvimento de outros programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar nas comunidades pesquisadas do assentamento São Pedro. Neste sentido, conclui-se que a baixa articulação dos programas de crédito com um conjunto mais amplo de políticas públicas, reduz o efeito dos recursos aplicados e limita o potencial indutor de mudanças para o alcance de um desenvolvimento rural sustentável no segmento da agricultura familiar.

Palavras-chave: Políticas públicas; Assentamentos rurais; Desenvolvimento rural – Mato Grosso; Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The development and implementation of public policies to strengthen family agriculture constitutes an important strategy for the development of this segment in the Brazilian countryside. In the 1990s, given the old demands of rural workers, began a process of integrating this segment, hitherto excluded, the agenda of agricultural policies with the implementation of the National Program for Strengthening Family Agriculture (Pronaf). After creating the Pronaf, other programs were created to strengthen family agriculture, as the Food Acquisition Program and currently the National School Feeding Programme. Given the importance of family farming to food supply and the development of the country, this dissertation aimed to analyze the effects of policies targeting this segment mainly Pronaf in agricultural production, generating employment and income in rural communities belonging to Settlement Project São Pedro, located in the municipality of Paranaíta, North of Mato Grosso. To this end, surveys of quantitative and qualitative data, through primary and secondary sources were performed. The results indicate that the Pronaf was accessed by farmers in the study area from the year 1999, thus becoming an important strategy for socioeconomic reproduction of settler families. However, brought a change of the production system, favoring the specialization of the source of income of the settlers in dairy farming. The lack of information, not the settlers awareness of the importance of working in partnership and/or cooperative, coupled with the absence of a service department and full extension, contributed to the failure to develop other programs such as the Acquisition Program food and the National School Feeding Programme in the communities surveyed nesting São Pedro. In this sense, it is concluded that the low articulation of credit programs with a broader set of public policies, reduces the effect of the applied resources and limits the potential to induce changes to achieve sustainable rural development in the segment of family farming.

Keywords: Public policy; Rural settlements; Development rural – Mato Grosso; Sustainable development.

SUMÁRIO

Lista de Ilustrações	xv
Lista de Tabelas	xvii
Lista de Quadros	xix
Lista de Abreviaturas e Siglas	xxi
Apresentação	xxiii
1. Introdução	1
1.1. Objetivos.....	3
1.1.1. Objetivo Geral	3
1.1.2. Objetivos Específicos	3
2. Políticas Públicas para Agricultura Familiar	5
2.1. Conceituando Agricultura Familiar	6
2.2. A concepção de Políticas Públicas	10
2.3. Importância da Agricultura Familiar no cenário nacional	11
2.4. As Políticas Públicas para Agricultura Familiar	14
2.4.1. Pronaf: uma política pública de crédito para a Agricultura Familiar	15
2.4.2. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	22
2.4.3. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e seu elo com a agricultura familiar	26
3. A questão agrária no Brasil e no Estado de Mato Grosso	31
3.1. Brasil de 1500 a 1964: aspectos históricos da questão agrária.....	32
3.2. O Estatuto da Terra e seus desdobramentos	34
3.3. A redemocratização e a reforma agrária brasileira	35
3.4. Estado de Mato Grosso: aspectos históricos da ocupação e povoamento	39
3.4.1. Os Projetos de Colonização no Estado de Mato Grosso: século XX	39
3.4.2. Os programas de reforma agrária matogrossense.....	44
3.4.3. A Agricultura no Estado de Mato Grosso	49
4. Caminhos metodológicos da pesquisa.....	59
4. 1. Caracterização da área de estudo.....	59

4.1.1. Histórico e localização do município de Paranaíta/MT.....	59
4.1.2. Características edafoclimáticas de Paranaíta/MT.....	61
4.1.3. População, economia e agricultura do município de Paranaíta/MT.....	62
4.1.4. O Projeto de Assentamento São Pedro.....	65
4.2. Caminhos da pesquisa.....	67
5. O Projeto de Assentamento São Pedro e as Políticas Públicas para Agricultura Familiar.....	73
5.1. PA São Pedro: Aspectos históricos e condições atuais.....	73
5.1.1. Características gerais da área do PA São Pedro.....	75
5.1.2. Os gargalos do assentamento: a fala do homem/mulher do campo.....	80
5.2. Características gerais das famílias entrevistadas.....	85
5.3. Atividades produtivas.....	88
5.4. As políticas públicas no Projeto de Assentamento São Pedro.....	92
5.4.1. O caso do Pronaf.....	93
5.4.2. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	100
5.4.3. O Pnae e o elo com a agricultura familiar.....	104
6. Pontos de reflexão da pesquisa.....	111
Referências Bibliográficas.....	115
Anexos.....	125

DEDICATÓRIA

Dedico à minha **FAMÍLIA**, que sempre
esteve ao meu lado, me deu força
e enalteceu meus ideais para concretização
de novos projetos de vida.

Dedico a **SONIA BERGAMASCO** que abriu as portas
para que este sonho fosse possível.

AGRADECIMENTOS

À Deus, que me deu o dom da vida, me iluminou nas noites escuras e me levou em seus braços nos caminhos difíceis.

À minha família, em especial ao seu Pedro e a dona Marinete, que com tamanha humildade, sempre fizeram questão de me passar boa educação e de me ensinar o significado das palavras dignidade e honestidade. PAI e MÃE obrigada pelos valores, incentivos, apoio, força e encorajamento. Aos meus irmãos e amigos Luiz Paulo e Gilberto, minha gratidão. À minha cunhada Sandra e ao mais novo membro da família, o meu sobrinho Kauã. Não há palavras para expressar o AMOR que sinto por vocês.

À Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas pela formação recebida.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de mestrado.

À Professora Doutora Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco pela receptividade, orientação, paciência e atenção durante todo o mestrado. Obrigado pela oportunidade de fazer parte de seu grupo de pesquisa e ser sua orientada. Minha eterna gratidão Professora.

Deixo meu muito obrigado aos moradores do Assentamento São Pedro, fundamentais na realização da minha pesquisa de mestrado, sem os quais não haveria resultados! Meu eterno obrigado!

À Prof^a Dra Julieta Teresa Aier de Oliveira, Prof^o Dr. Ricardo Serra Borsatto, Prof^a Dra Maristela Simões do Carmo, Prof^a Dra Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo, Prof^a Dra Dalva Soares, Dra Kellen Maria Junqueira, Dra Valeria Comitre e Dra Márcia Regina Andrade pelo incentivo e contribuições para meu enriquecimento pessoal e sobretudo profissional.

Aos Professores Dr David Gallar e Dr Angel Calle Colado da Universidad de Cordoba pela receptividade neste centro de ensino na Espanha, deixo meu muito obrigado pelas contribuições.

À Erika de Souza Oliveira, Lourival de Moraes Fidelis e Delmonte Roboredo pelo incentivo, amizade e atenção despendida em diversos momentos do mestrado. Sem vocês algumas conquistas teriam sido muito mais difíceis. Meu eterno reconhecimento.

Ao Wilon, Taísa, Francine, Fernando, Marina, Adelma, Ana Carolina, Henrique, Tiago, Igor e Lyah deixo o meu muito obrigado pelas contribuições e amizade.

Davi Gabriel, Sarah Köpf e Ana Lucia (*in memoriam*), obrigado pelo convívio, aprendizado, companheirismo e, sobretudo pela amizade.

À Chusa, Nana, Alice e Carlos, pessoas que me receberam muito bem em suas casas em Córdoba durante minha estadia, proporcionaram momentos muito agradáveis e descontraídos, fundamentais para a elaboração dessa dissertação.

Aos colegas de disciplinas e aos colegas de pensão pelo convívio, aprendizado e momentos divertidos. Com certeza, experiência de vida.

Aos professores da Escola Estadual Mundo Novo, onde tudo começou, e que contribuíram para que o sonho acontecesse. Vocês são inesquecíveis!

Enfim, a todos que, de alguma forma, contribuíram durante a realização desse trabalho, meu eterno OBRIGADO.

Agradeço a todos que passaram por minha vida durante o mestrado, aqueles que ficarem... Muito obrigado e aqueles que partirem... Boa sorte em sua caminhada.

Lista de Ilustrações

Figura 1. Evolução dos recursos aplicados ao PAA/Conab no período de 2003 a 2011.....	24
Figura 2. Evolução do número de famílias agricultoras atendidas pelo PAA/Conab no período de 2003 a 2011.....	24
Figura 3. Representação dos Biomas presentes no Estado de Mato Grosso.....	31
Figura 4. Assentamentos no Estado de Mato Grosso no período de 1979 a 2011.....	47
Figura 5. Número de famílias assentadas no Estado de Mato Grosso no período de 1979 a 2011.....	48
Figura 6. Utilização das terras nos estabelecimentos da agricultura familiar, Mato Grosso, 2006	53
Figura 7. Utilização das terras nos estabelecimentos da agricultura não familiar, Mato Grosso, 2006.....	54
Figura 8. Localização do Município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso.....	60
Figura 9. Estabelecimentos Agropecuários de acordo com a atividade econômica no Município de Paranaíta/MT.....	63
Figura 10. Localização do Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta, Mato Grosso, 2012.....	64
Figura 11. Beneficiários do PA São Pedro por sexo.....	65
Figura 12. Sistematização das atividades desenvolvidas durante a pesquisa.....	72
Figura 13. Remanescente de Castanha-do-Pará do Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta/MT, 2013.....	77
Figura 14. Castanha-do-Pará cultivada após a entrada da família no Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta/MT, 2013.....	77
Figura 15. Representação dos recursos hídricos do Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta/MT, 2010.....	78
Figura 16. Estrada interna ao PA São Pedro, logo após sua criação.....	81
Figura 17. Construção das primeiras casas do Assentamento.....	81
Figura 18. Acessos ao Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta/MT, 2013.....	82

Figura 19. Acampamento de trabalhadores rurais sócios da Associação de São Pedro II dos Trabalhadores na Luta pela Terra, Paranaíta/MT, 2013.....	84
Figura 20. Proporção de membros que vivem no assentamento, porém não trabalham no lote das famílias entrevistadas no PA São Pedro, Paranaíta/MT, 2013.....	86
Figura 21. Escolaridade dos membros das famílias entrevistadas no PA São Pedro, Paranaíta/MT, 2013.....	87
Figura 22. Renda média mensal por família entrevistada no PA São Pedro, Paranaíta/MT, 2013.....	88
Figura 23. Área de cultivos perenes e semi perenes estratificada por cultura e por comunidade pesquisada no Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT, 2013.....	90
Figura 24. Área de cultivos temporários estratificada por cultura na Comunidade Rio Jordão, Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT, 2013.....	91
Figura 25. Área de cultivos temporários estratificada por cultura na Comunidade Arco Iris, Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT, 2013.....	91
Figura 25. Proporção de inadimplentes ao Pronaf nas comunidades pesquisadas no Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT, 2013.....	99

Lista de Tabelas

Tabela 1. Número de contratos e valor financiado pelo Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) no período de 1999 a 2012 no Brasil e no Estado de Mato Grosso.....	18
Tabela 2. Evolução do Pronaf na agricultura e pecuária no Estado de Mato Grosso, período de 1999 a 2012.....	19
Tabela 3. Distribuição do número de estabelecimentos com potencial para acessar o Pronaf, por grupo.....	21
Tabela 4. Execução do PAA/Conab no período de 2003 a 2011 no Brasil, na região Centro-Oeste e no Estado de Mato Grosso.....	25
Tabela 5. Evolução do Pnae no período de 1995 a 2010 no Brasil.....	28
Tabela 6. Assentamentos rurais do Estado de Mato Grosso, por modalidade, no período de 1979 a 2011.....	46
Tabela 7. Número, área total e área média dos estabelecimentos agropecuários no Estado de Mato Grosso, no período de 1970 a 2006.....	49
Tabela 8. Evolução do Índice de Gini do Estado de Mato Grosso no período de 1975 a 2006.....	51
Tabela 9. Condição do produtor em relação às suas terras no Estado de Mato Grosso, 2006.....	53
Tabela 10. Participação da agricultura familiar em algumas culturas selecionadas pelo Censo Agropecuário 2006 no Estado de Mato Grosso.....	55
Tabela 11. Participação da agricultura familiar na produção animal no Estado de Mato Grosso, 2006.....	56
Tabela 12. Pessoal ocupado nos estabelecimentos no Estado de Mato Grosso, 2006.....	57
Tabela 13. Estratificação por idade e sexo dos membros das famílias entrevistadas no PA São Pedro, Paranaíta/MT, 2013.....	86
Tabela 14. Uso e ocupação do solo nas comunidades pesquisadas no Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT, 2013.	89

Tabela 15. Criação de animais por comunidade pesquisa no Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT, 2013.....	92
Tabela 16. Número de contratos e montante de recursos do Pronaf no município de Paranaíta-MT, por ano safra.....	93
Tabela 17. Valores do Pronaf Investimento contratados no Projeto de Assentamento São Pedro no período de 1997 a 2013, Paranaíta-MT.....	94
Tabela 18. Proporção de acesso ao Pronaf, por comunidade pesquisada, no Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT, 2013.....	95
Tabela 19. Produtos oriundos da agricultura entregues ao PAA no município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, 2012.....	101
Tabela 20. Produtos oriundos da pecuária entregues ao PAA no município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, 2012.....	102
Tabela 21. Produtos oriundos da agroindustrialização entregues ao PAA no município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, 2012.....	102

Lista de Quadros

Quadro 01. Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), conforme Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012.....	23
Quadro 02. Entidades representativas dos moradores do Assentamento São Pedro.....	66
Quadro 03. Cardápio do mês de setembro de 2013 das escolas municipais de Paranaíta-MT.....	108

Lista de Abreviaturas e Siglas

APP – Área de Preservação Permanente
APPD – Área de Preservação Permanente Degradada
Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural
CAC – Cooperativa Agrícola de Cotia
CAEs – Conselhos de Alimentação Escolar
Conab – Companhia Nacional de Abastecimento
Cotrel – Cooperativa Triticola de Erechim Ltda
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
EJA – Educação de Jovens e Adultos
Empaer – Empresa de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
Fetagri/MT – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Mato Grosso
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV – Instituto Centro de Vida
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Indeco – Integração Desenvolvimento e Colonização Ltda
Intermat – Instituto de Terras de Mato Grosso
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST – Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra
MT – Mato Grosso
PA – Projeto de Assentamento Federal
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAC – Projeto de Assentamento Conjunto
PAR – Projeto de Assentamento Rápido
PCA – Projeto de Assentamento Casulo
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PE – Projeto de Assentamento Estadual
PIB – Produto Interno Bruto
PIN – Plano de Integração Nacional
Pnae – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
Polamazônia – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
Polocentro – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
Polonoroeste – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
Probor – Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal
Procera – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
Prodepan – Programa de Desenvolvimento do Pantanal
Prodoeste – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Proterra – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria
Provap – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PRRA – Plano Regional de Reforma Agrária
Seaf – Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários
Sema/MT – Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso
Seplan/MT – Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso
Sipra – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
TR – Total de Recursos
UHE – Usina Hidrelétrica
VBP – Valor Bruto da Produção

APRESENTAÇÃO

Com a posição estratégica que o Norte do Estado de Mato Grosso ocupa enquanto “barreira” ao avanço da fronteira agrícola na Amazônia Legal, faz-se importante o desenvolvimento de estudos como o proposto nesta pesquisa, visto que as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar constituem-se em importantes estratégias para o desenvolvimento sustentável deste segmento na região, podendo contribuir para uma menor degradação do meio ambiente e garantia da segurança alimentar da população.

Neste sentido, a pesquisa, ora apresentada foi desenvolvida sob orientação da Professora Dra Sonia M. P. P. Bergamasco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Engenharia Agrícola, na área de concentração de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, e possui como objetivo realizar uma análise dos efeitos das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, principalmente o Pronaf, no Projeto de Assentamento São Pedro, localizado no município de Paranaíta, extremo norte do Estado de Mato Grosso.

A busca de conhecimentos sobre a agricultura familiar e aos assentamentos rurais iniciou-se em meados de 2010, quando no terceiro ano da graduação em Agronomia participei como bolsista de extensão do projeto intitulado “O Fortalecimento do ensino de extensão rural nas Ciências Agrárias através do redescobrimiento de saberes e da troca de conhecimentos”, coordenado pela Professora Dra Sonia M. P. P. Bergamasco e realizado por docentes, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação de diversas áreas da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Unemat-Alta Floresta (Universidade do Estado de Mato Grosso), Fatec (Faculdade Tecnológica de Itapetininga) e estudantes da PUC-Campinas.

Além disso, ser filha de agricultor familiar e ter como estado natal, Mato Grosso, me instiga estar sempre em uma incessante busca de conhecimentos que possam contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar nesta Unidade da Federação, o que, hoje, tem por resultado esta Dissertação de Mestrado, desenvolvida nos últimos dois anos, durante o curso de pós graduação realizado na Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da agricultura no Estado de Mato Grosso, semelhante ao restante do Brasil, tem como principal referência o modelo introduzido a partir da Revolução Verde, fundamentado no uso de tecnologias agressoras ao meio ambiente e em grandes latifúndios, direcionando as políticas públicas para essa categoria, que representa minoria em nossa sociedade. Dessa forma, Bittencourt (1997) classifica a política agrícola brasileira como seletiva e excludente não favorecendo a agricultura familiar, e Wanderley (1999) afirma que a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira.

Historicamente, este segmento da agricultura começou a ser lembrado a partir de 1994 com a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção (Provap). Mais tarde, com o incremento do debate sobre o papel da agricultura familiar no desenvolvimento do país (VEIGA, 1995; ABRAMOVAY, 1997; MEDEIROS, 1997; BELIK & PAULILLO, 2001), o Provap passou por reformulações abrindo espaço, para a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Menos de uma década depois e partindo de uma demanda para o fortalecimento da agricultura familiar com ênfase na segurança alimentar e nutricional, foi criado com a Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e, em 2009, com a Lei 11.947, criou-se um elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local e regional por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Aparecendo como uma expressão da postura do poder público diante dos problemas e dos diferentes atores que compõem este cenário, estas políticas públicas constituem-se em importante estratégia para o desenvolvimento da agricultura familiar e, muitos estudos, realizados em diferentes regiões do Brasil, têm apontado que elas têm contribuído para o surgimento de um novo rural brasileiro, possibilitando que este segmento da agricultura expresse suas potencialidades (SCHNEIDER *et al.*, 2004; VIEIRA *et al.*, 2010; GRISA *et al.*, 2010; CONTI & ROITMAN, 2011; VIANA & VIEGAS, 2012). Além disso, por serem programas de grande relevância social que envolvem grande quantidade de recursos financeiros, é de fundamental importância para a sociedade brasileira que estes programas sejam avaliados e aperfeiçoados de modo a cumprirem de forma eficiente seus objetivos.

Diante da importância do desenvolvimento de estudos sobre as políticas públicas brasileiras e para facilitar a leitura desta dissertação, ela está apresentada em 05 capítulos.

No primeiro capítulo, além de introduzirmos o assunto a ser exposto, apresentamos os objetivos propostos para a realização da pesquisa de campo.

O segundo e o terceiro capítulos são compostos pela revisão de bibliografias que abordam temas de interesse para a pesquisa. De modo especial, o segundo capítulo dessa dissertação é dedicado à agricultura familiar. Tendo em vista a importância e o papel que esta desempenha no cenário nacional, este capítulo apresenta uma abordagem da importância da agricultura familiar e contempla a apresentação de um quadro das políticas públicas para este segmento (principalmente, Pronaf, PAA e Pnae). Além disso, neste capítulo são apresentados o conceito de agricultura familiar que assume ampla penetração no meio acadêmico e nas políticas de governo e a concepção de política pública adotada para a pesquisa.

Em virtude da pesquisa ter sido realizada em um projeto de assentamento de reforma agrária do governo federal, localizado no Estado de Mato Grosso, o terceiro capítulo é dedicado a uma melhor compreensão do contexto em que se insere a questão agrária brasileira, assim como o cenário desta Unidade da Federação, que concentra a maior produção de grãos do país e tem seu sistema agrícola voltado fortemente para o desenvolvimento das grandes propriedades, monocultoras e altamente tecnificadas.

Porém, apesar da economia estadual estar concentrada, principalmente, na atividade agropecuária e na presença marcante de grandes latifúndios, Mato Grosso também passou a ser cenário de programas de reforma agrária no final do século XX. E no terceiro capítulo, abordamos o histórico desse processo, assim como, o cenário atual da “reforma agrária” neste Estado que possui um dos maiores Índices de Gini do país. Além disso, é exposto um cenário da agricultura desta Unidade da Federação, dando enfoque para a agricultura familiar matogrossense, que tem resistido a forte pressão desempenhada pelo agronegócio e possui importância para o desenvolvimento desse Estado, que se caracteriza como uma fronteira agrícola em expansão.

Realizada a apresentação da revisão bibliográfica sobre o tema, o quarto capítulo é dedicado a uma melhor compreensão do contexto em que a pesquisa se insere e da metodologia de pesquisa utilizada. Este capítulo expõe uma caracterização da área de estudo, tanto do

município de Paranaíta/MT, como do Projeto de Assentamento onde a pesquisa foi realizada, além de expor o conjunto de técnicas de pesquisas utilizado.

Os resultados das investigações realizadas em campo estão presentes no quinto capítulo. Neste, são apresentados os dados da pesquisa subdivididos em três sessões, onde encontra-se uma descrição detalhada de nossa amostra e são apresentados os aspectos históricos inerentes ao Projeto de Assentamento São Pedro, assim como um panorama das políticas públicas, trazendo uma análise da implementação e desenvolvimento do Pronaf neste assentamento, concretizando os objetivos da pesquisa. Também neste capítulo, são apresentados alguns dados sobre o PAA e Pnae.

E, por fim, são abordados no último capítulo os pontos de reflexão resultantes da pesquisa empreendida, buscando, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento das comunidades do Projeto de Assentamento São Pedro.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo Geral

De maneira geral, a pesquisa tem por objetivo analisar os efeitos das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, principalmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na produção agrícola, na geração de emprego e renda em comunidades rurais pertencentes ao Projeto de Assentamento São Pedro, localizado no Município de Paranaíta, Norte do Estado de Mato Grosso.

1.1.2. Objetivos Específicos

De forma específica objetiva-se:

- Verificar as atividades produtivas desenvolvidas em duas comunidades rurais do Projeto de Assentamento São Pedro;

- Levantar o número de contratos e o volume de crédito do Pronaf no assentamento, bem como o papel dessa linha de crédito direcionada para a agricultura familiar na produção dos assentados e possíveis situações de inadimplência e suas causas;
- Analisar a relação entre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e outras políticas públicas na melhoria efetiva na produção agrícola, na geração de emprego e renda dos assentados;

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Por muito tempo predominou no Brasil a visão de um rural enquanto sinônimo de atraso e pobreza e as políticas públicas privilegiaram uma minoria, tendo um profundo viés produtivista. Porém, o visível fracasso dessas políticas públicas, que afetou profundamente uma importante parcela da sociedade brasileira, aponta para a necessidade de redesenhar novas estratégias frente à realidade de caos, principalmente social e ambiental.

Deste modo, e tendo em vista que nos últimos anos, a discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar vem ganhando destaque no cenário nacional, este capítulo foi construído abordando a importância deste segmento da agricultura brasileira e contemplando a apresentação de um quadro das políticas públicas para a agricultura familiar (Pronaf, PAA e Pnae).

Primeiramente são abordados dois importantes conceitos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa: 1) o conceito de agricultura familiar, que assume ampla penetração no meio acadêmico – centrado em um tratamento mais analítico – e nas políticas de governo – onde o termo assume uma concepção mais operacional; 2) o conceito de políticas públicas enquanto uma ação de governo.

Em um segundo momento, apresenta-se uma abordagem da importância da agricultura familiar no cenário nacional, tendo como base o Censo Agropecuário de 2006 e estudos que surgiram a partir deste. De acordo com FAO/INCRA (2000), o destaque atribuído a este segmento da agricultura é impulsionado pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local e, em nossa abordagem procuramos mostrar a importância da agricultura familiar na produção de alimentos, geração de emprego e renda, além de sua participação na composição do valor bruto da produção (VBP) nacional.

E, em um terceiro momento deste capítulo, encontra-se uma apresentação das políticas públicas para agricultura familiar (principalmente, Pronaf, PAA e Pnae) enfocando seu histórico, importância, resultados, potencialidades e entraves à luz da bibliografia.

2.1. Conceituando agricultura familiar

Historicamente, a definição de propriedade familiar esta presente na legislação desde o Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, no inciso II do artigo 4º, com a seguinte redação:

Propriedade Familiar - o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros (BRASIL, Lei nº 4.504/1964).

Porém, apesar de o Estatuto da Terra apresentar um conceito para propriedade familiar, considerando, entre suas características, o trabalho familiar e a área máxima, foi somente a partir da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que se caracterizou como pequena propriedade os imóveis rurais com até quatro módulos fiscais¹ e média propriedade, aqueles que possuem entre quatro e quinze módulos fiscais.

Entretanto, mesmo a agricultura de base familiar estando presente em praticamente toda história agrícola do Brasil, foi somente na década de 1990 que ocorreu a emergência da expressão *agricultura familiar* no país, e deste então diferentes definições surgiram para este termo, tendo em comum o caráter familiar da produção (WANDERLEY, 1999; FAO/INCRA, 2000; GUANZIROLI *et al.*, 2001; SOUSA *et al.*, 2006; SCHMITZ & MOTA, 2010; KAGEYAMA *et al.*, 2010; KAGEYAMA & BERGAMASCO, 1990).

Neste sentido, a partir da década de 1990, com a implantação de uma política do governo federal direcionada para este segmento da agricultura, o Pronaf (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), e posteriormente com a criação da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, o termo agricultura familiar passou a possuir uma definição mais operacional para fins de acesso às políticas públicas.

Altafin (2007) em um estudo que procura identificar as origens do agricultor familiar brasileiro, afirma que com a criação do Pronaf e da Lei 11.326

[...] a opção adotada para delimitar o público foi o uso “operacional” do conceito, centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo. Já no meio

¹ Área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja viável economicamente. Esta é expressa em hectares e fixada para cada município levando em consideração suas particularidades locais.

acadêmico, encontramos diversas reflexões sobre o conceito de agricultura familiar, propondo um tratamento mais analítico e menos operacional do termo. (ALTAFIN, 2007, p.1).

Além disso, a autora evidencia que ao realizarmos uma busca na bibliografia acerca da delimitação conceitual do termo *agricultura familiar*, encontramos vertentes diferentes, entre as quais destacam-se duas:

[...] uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. E outra que defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas (ALTAFIN, 2007, p.1).

Neste sentido, assim como Altafin (2007), vamos nos limitar a segunda corrente de pensamento e ao conceito operacional do termo estabelecido pela Lei 11.326 no ano de 2006.

De acordo com Brasil (2009a), a Lei 11.326 forneceu o marco legal à agricultura familiar o que permitiu a sua inserção nas estatísticas oficiais a partir do Censo Agropecuário de 2006. Além disso, para fins de acesso às políticas públicas, como Pronaf, PAA e Pnae, o agricultor deve ser enquadrar no Artigo 3º da lei acima citada o qual:

[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, Lei nº 11.326/2006).

Porém, indo além do conceito operacional proposto pela legislação brasileira, Wanderley (1999, p. 2) afirma ser “*agricultura familiar um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares*”, e

[...] é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade

e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais (WANDERLEY, 1999, p.2).

Para Wanderley (2003, p. 47), *“o agricultor familiar é um ator social do mundo moderno”*, que *“de uma certa forma, resulta da própria atuação do Estado”* e, *“supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação desse segmento”*. (WANDERLEY, 2003, p. 44).

Citando Marcel Jollivet a autora afirma que *“no agricultor familiar há um camponês adormecido”* (JOLLIVET, 2000, citado por WANDERLEY, 2003, p. 47) e *“o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura”* (WANDERLEY, 2003 p. 47).

Os agricultores familiares são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da chamada sociedade englobante (LAMARCHE, 1993, citado por WANDERLEY, 2003, p.47-48).

A mesma autora cita ainda que, deve-se *“considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais”* (WANDERLEY, 2003, p. 48) imposto pela sociedade moderna. Deste modo, para Nazaré Wanderley está ocorrendo um processo de profundas mudanças que afeta a vida social dos agricultores, a forma de produzir e em muitos casos, a própria importância da lógica familiar.

Porém, mesmo com a integração as novas exigências da sociedade moderna, a família continua orientando as decisões que o agricultor tem que tomar diante dos novos contextos a que está submetido, o que segundo Wanderley (2003, p. 43) *“o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida”*. E mesmo,

[...] com estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade (WANDERLEY, 1999, p. 2).

Para adaptarem-se as novas exigências da sociedade dita “moderna”, a agricultura familiar tem-se utilizado de diversas estratégias de reprodução econômica e social. Neste sentido, Schneider (2006, p. 2), afirma que *“sem desconhecer que a agricultura ocupa um lugar de destaque no espaço rural, cuja importância varia segundo as regiões e os ecossistemas naturais, não se pode, contudo, imaginar que ela própria não tenha sido modificada no período recente”*, citando como exemplo, a emergência e a expansão de unidades familiares pluriativas.

A pluriatividade é aqui entendida, como uma estratégia, com a finalidade de assegurar a reprodução social e econômica da família (WANDERLEY, 2003). Neste sentido, a autora coloca como base verdadeira da pluriatividade o trabalho externo do chefe do estabelecimento, sendo que o trabalho dos filhos e da esposa podem assumir outras feições (individualização e autonomia, por exemplo).

Além da pluriatividade, o autoconsumo é visto por Norder (1997) como instrumento de resistência da agricultura familiar frente à precária e instável inserção ao mercado.

O autoconsumo de alimentos pode ser então compreendido como um dos instrumentos de resistência da agricultura familiar, um potencial a ser explorado, variável conforme a conjuntura e região do país, visando a garantir suas condições mínimas de reprodução, ou ainda permitir que a renda monetária oriunda da comercialização da produção agropecuária tenha outro destino que não a alimentação, sobretudo enquanto não houver um aperfeiçoamento nas relações que são estabelecidas com o *mercado* e com a *cidade*, com as instituições públicas e privadas envolvidas na produção agropecuária (NORDER, 1997, p. 47 e 48, grifos no original).

Além da pluriatividade e do autoconsumo, outras estratégias produtivas e reprodutivas são frequentemente utilizadas pela agricultura familiar quando se defrontam com limitações, sejam elas econômicas, sociais, políticas e/ou ambientais. Norder (1997) afirma que as estratégias formam um conjunto diversificado de ações que podem variar de acordo com as condições locais, culturais e familiares, porém seu objetivo central é a produção e ampliação das atividades econômicas e modo de vida sem desconsiderar a potencialidade econômica e social da agricultura familiar.

Dentre estas estratégias produtivas e reprodutivas, formuladas a partir das condições locais, culturais e familiares, estão: a procura por trabalho assalariado externo à unidade familiar, de parte ou de toda a família; a migração definitiva dos filhos para as cidades, com ou sem um prévio investimento educacional; a aquisição ou arrendamento de terras

para ampliação dos cultivos; a intensificação tecnológica do uso da terra, quando possível; a opção pela diversificação da produção agropecuária; o incremento do autoconsumo; a integração ao complexo agro-industrial; a participação em organizações cooperativas; a redução na intermediação na comercialização, etc (NORDER, 1997, p. 33).

Neste sentido, o acesso às políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar é, aqui entendido, como uma importante estratégia para a reprodução socioeconômica da família no meio rural brasileiro.

2.2. A concepção de política pública

Assim como há diferentes conceitos para definir agricultura familiar, há na literatura muitas definições do que é política pública, sendo que Secchi (2010), diz que qualquer definição de política pública é arbitrária.

Para fins dessa pesquisa optou-se por adotar os conceitos de Lynn (1980), que define políticas públicas como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos, e de Peters (1986, p. 21) que seguindo a mesma linha de Lynn, afirma que *“política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”*.

Adotando para a pesquisa a concepção de política pública de Lynn (1980), nota-se que o fato do governo promover e fomentar ações no âmbito do Pronaf (financiamento de atividades produtivas), PAA e Pnae (aquisição de alimentos da agricultura familiar), produz efeitos específicos no que diz respeito ao desenvolvimento rural da agricultura familiar.

Ao aplicar a definição de Peters (1986), temos que as ações no âmbito das políticas públicas citadas são implementadas a partir de um conjunto de atividades do governo (tanto no âmbito federal, estadual como municipal), que agem e impactam diretamente a vida da população, seja por meio do desenvolvimento do setor rural (local) ou por meio do desenvolvimento regional tanto social como econômico.

Porém, apesar dos conceitos de Lynn e Peters adotados, a definição de política pública mais conhecida, conforme Souza (2006) continua sendo a de Laswell, um dos “pais” fundadores

da área de políticas públicas que diz que “*decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz*” (LASWELL citado por SOUZA, 2006, p. 5).

Além do conceito de políticas públicas, Laswell introduziu na década de 1930 a expressão *policy analysis* (análise de política pública) “*como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo*” (SOUZA, 2006, p. 23).

Neste sentido, e enfocando sempre as políticas públicas para a agricultura familiar (Pronaf, PAA e Pnae), discorre-se a análise proposta nesta pesquisa. No entanto, vale lembrar que, o Pronaf surgiu na década de 1990, principalmente, devido à pressões dos trabalhadores rurais e movimentos sociais sobre o governo, ou seja, não foi uma política pública implementada exclusivamente por iniciativa do Estado.

2.3. Importância da agricultura familiar no cenário nacional

Ao longo dos anos foram realizadas diversas pesquisas mensurando a importância da agricultura familiar no Brasil (KAGEYAMA & BERGAMASCO, 1990; VEIGA 1995; FAO/INCRA, 1996; GUANZIROLI *et al.*, 2001), porém como mencionado, foi somente a partir do Censo Agropecuário de 2006 que houve a inserção desse segmento da agricultura na coleta dos dados censitários, permitindo visualizar sua importância no cenário da agricultura municipal, estadual e nacional.

O Censo Agropecuário é um levantamento sobre os estabelecimentos agropecuários² brasileiros que tem por objetivo retratar a realidade do Brasil agrário. Em 2006 o Censo “*veio possibilitar o preenchimento de uma importante lacuna de informações oficiais para as políticas públicas de desenvolvimento rural: quantos são, onde estão, como e o que produzem os agricultores familiares no País*” (BRASIL, 2009a, p. 13).

² Entende-se por estabelecimento rural a unidade de exploração da terra sob uma mesma administração.

Na ocasião do Censo foram identificados um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários no Brasil ocupando uma área de 329.941.393 hectares³. Destes 4.367.902 são estabelecimentos familiares, representando 84,4% dos estabelecimentos agropecuários ocupando uma área de 80,25 milhões de hectares, o que corresponde a 24,3% da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários no país, possuindo área média dos estabelecimentos igual a 18,37 hectares, enquanto os estabelecimentos não familiares representaram 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupando 75,7% da área total, com área média de 309,18 hectares (BRASIL, 2009a).

Os números demonstram que apesar de a agricultura familiar representar a maioria dos estabelecimentos agropecuários, cultiva numa área consideravelmente menor, porém, é esta agricultura a responsável por garantir parte da segurança alimentar no país, sendo importante fornecedora de alimentos básicos ao mercado interno (BRASIL, 2009a).

[...] a participação da agricultura familiar em algumas culturas selecionadas: produziam **87,0% da produção nacional de mandioca, 70,0% da produção de feijão** (sendo 77,0% do feijão-preto, 84,0% do feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar e 54,0% do feijão de cor), **46,0% do milho, 38,0% do café** (parcela constituída por 55,0% do tipo robusta ou conilon e 34,0% do arábica), **34,0% do arroz, 58,0% do leite** (composta por 58,0% do leite de vaca e 67,0% do leite de cabra), possuíam **59,0% do plantel de suínos, 50,0% do plantel de aves, 30,0% dos bovinos, e produziam 21,0% do trigo**. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a da **soja (16,0%)**, um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira (BRASIL, 2009a, p. 20). Grifo da autora.

Além de ser importante fornecedora de alimentos, estudos comprovam a importância da agricultura familiar também como principal fonte de ocupação da força de trabalho no meio rural brasileiro (GUANZIROLI *et al.*, 2001; KAGEYAMA *et al.*, 2011) e o Censo Agropecuário de 2006 registrou 12,3 milhões de pessoas vinculadas à agricultura familiar, o que representa 74,4% do pessoal ocupado, enquanto os estabelecimentos não familiares ocupavam 4,2 milhões de pessoas, correspondendo a 25,6% da mão de obra ocupada.

Mesmo com todos estes dados, existe uma falsa ideia de que o segmento patronal ou não familiar é mais produtivo e que a agricultura familiar é “atrasada” e incapaz de alcançar os

³ A área total do território brasileiro é de 851.576.704,9 ha, deste modo os estabelecimentos agropecuários ocupam 38,75% da área do país.

mesmos níveis de produtividade da agricultura patronal, porém essa ideia é desmistificada ao se analisar a capacidade de geração de valor bruto da produção (VBP) da agricultura familiar.

Dispondo de apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários, este segmento da agricultura foi responsável por 38% do valor bruto da produção dos estabelecimentos em 2006. Guanzioli *et al.* (2001), analisando os dados do Censo Agropecuário de 1995/96, cujo VBP foi igual a 37,9%, afirmam que a importância dessa contribuição fica ainda mais evidente se considerar que parte dos estabelecimentos familiares é composto de lotes pequenos e ocupados pela moradia e cultivos destinados ao autoconsumo.

Com base nestes dados afirma-se a viabilidade da produção da agricultura familiar. Porém, conforme mencionado no item anterior, a agricultura familiar é uma categoria genérica e inclui uma grande diversidade de situações, e neste sentido Wanderley (2003, p. 59), afirma que *“a elaboração de tipologias é, assim, mais do que nunca necessária à compreensão dessa diversificação”*.

O trabalho de Kageyama *et al.*, (2011) é uma referência nesta questão, visto que, por meio de tabulações especiais de dados do Censo Agropecuário de 2006, apresentam uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários a partir da composição da mão de obra utilizada no lote, resultando em quatro categorias: assentado, exclusivamente familiar, familiar com mão de obra contratada e não familiar. As autoras apresentam uma análise comparativa entre as categorias no que concerne a localização, número de estabelecimentos, área, pessoal ocupado, valor da produção e receitas e desigualdade da distribuição da terra dos estabelecimentos agropecuários.

Marques *et al.* (2012) também fazem um esforço e trabalham com dados apenas dos agricultores familiares, público dos programas de reforma agrária no Brasil e identificam 598 mil unidades produtivas, ocupando uma área de 29,5 milhões de hectares, o que correspondia a 12% do total dos estabelecimentos agropecuários e 9% da área abarcada pelo Censo Agropecuário de 2006.

Kageyama *et al.* (2011, p.1) afirmam que *“em todas as tipologias o que se observa é o largo predomínio da agricultura familiar no Brasil, entre 70% e 90% dos estabelecimentos, abrigando mais da metade do pessoal ocupado na agropecuária”*.

E apesar das dificuldades, principalmente em relação ao acesso a benefícios das políticas públicas, a agricultura familiar procura estabelecer sistemas de produção focados na

biodiversidade, na valorização do trabalho familiar, na produção de alimentos destinados à segurança alimentar e nutricional da população, contribuindo significativamente para a construção de um desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2006). Dessa forma, o fortalecimento do segmento da agricultura, denominado agricultura familiar, constitui-se em relevante estratégia quando se pensa em uma proposta de desenvolvimento para um novo Brasil rural.

2.4. As políticas públicas para agricultura familiar

Apesar da presença e da importância da agricultura familiar no Brasil, durante o período de modernização da agricultura no país, as políticas públicas sempre foram voltadas a reprodução de processos de desenvolvimento com ênfase no urbano e no industrial. Sendo assim, no que concerne ao espaço rural, as políticas de crédito privilegiaram os produtores dos setores ligados ao agronegócio, não havendo disponível nenhuma política específica que atendesse as necessidades particulares da agricultura familiar ou que se adequasse à sua realidade.

Alias, conforme Belik (2000), não havia o conceito de agricultura familiar, sendo este considerado "mini-produtor" para efeito de enquadramento no Manual de Crédito Rural, e além do produtor familiar disputar o crédito com os demais produtores, ainda era obrigado a seguir a mesma rotina bancária para obter um empréstimo que tinha o perfil voltado para o grande produtor.

As políticas públicas voltadas para este segmento de produtores rurais no Brasil são relativamente recentes. Schneider *et al.* (2004) e Mattei (2006) afirmam que até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares, o qual era caracterizado de modo meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia estatal brasileira.

Com a promulgação da Constituição de 1988, ocorreu um reordenamento do Estado brasileiro e ao se primar pela descentralização das ações estatais, foram introduzidos mecanismos de gestão social das políticas públicas, visando democratizar o acesso dos beneficiários aos

recursos públicos (MATTEI, 2006). A partir de então, atendendo a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais criou-se o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

2.4.1. Pronaf: uma política pública de crédito para a agricultura familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é um programa destinado ao estímulo à produção, geração de emprego e renda por meio do financiamento de atividades desenvolvidas pela agricultura familiar.

Atendendo a uma antiga reivindicação dos trabalhadores rurais, em 1994 o Governo Itamar Franco criou o Provap (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural), que posteriormente passou por reformulações e tornou-se o embrião da primeira política pública destinada aos agricultores familiares, o Pronaf (SCHNEIDER *et al.*, 2004).

O Pronaf foi criado pelo Decreto Federal 1.946, de 28 de junho de 1996, “*com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda*”, mediante o financiamento de atividades agropecuárias ligadas ao setor da agricultura familiar.

A criação deste programa, de acordo com Mattei (2006), representou o reconhecimento e a legitimação por parte do Estado, em relação às especificidades de uma “nova” categoria social – os agricultores familiares – que até então estavam a margem dos benefícios da política agrícola brasileira e era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

O Pronaf foi formulado baseado nos estudos realizados pela FAO/INCRA⁴ que definem conceitualmente a agricultura familiar e estabelecem um conjunto de diretrizes que deveriam orientar a formulação de políticas públicas apropriadas às particularidades dos distintos tipos de agricultores familiares (SCHNEIDER *et al.*, 2004).

⁴ FAO/INCRA, 1994a. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar. Brasília, FAO/INCRA, 98 p.

FAO/INCRA, 1994b. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento. Brasília, FAO/INCRA, Versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRA/036, 24 p.

Silva (2006) destaca que nos anos iniciais da implantação do Pronaf, observou-se forte concentração de recursos nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. No entanto, ao longo dos anos o programa passou por mudanças institucionais e financeiras, que serviram para melhorar o acesso e direcionar os recursos a um número maior de agricultores familiares. Deste modo, após 17 anos de criação do Pronaf, houve uma evidente expansão do programa referente a ampliação das linhas de crédito, a estratificação do público potencial, a ampliação do número de municípios atendidos e o montante de recursos investido, tendo como consequência a ampliação do número de beneficiários pelo programa.

Quando da sua criação, em 1996, o Pronaf contava apenas com ações relacionadas ao crédito de custeio, sendo que a ampliação do programa para as linhas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, ocorreu a partir de 1997, quando o Pronaf passou a operar de forma integrada em todo território nacional.

Atualmente, do ponto de vista operacional, o Pronaf conta com quatro grandes linhas: financiamento da produção; financiamento da infraestrutura e serviços municipais; capacitação e profissionalização dos agricultores familiares; financiamento de pesquisa e extensão rural.

Dentro das linhas de financiamento da produção, o Pronaf oferece 12 linhas de crédito: Custeio, Investimento, Agroindústrias, Agroecologia, Eco, Floresta, Semiárido, Mulher, Jovem, Custeio e comercialização de agroindústrias familiares, Cota-parte e Microcrédito rural.

Entre as mudanças ocorridas no Programa, o Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013) destaca a estratificação do público potencial do crédito rural, ocorrida por meio da Resolução nº 2.629, de 10 de agosto de 1999, dividindo os agricultores nos grupos A, B, C, D e E. O grupo A é constituído por agricultores familiares assentados por projeto de reforma agrária e os demais grupos são divididos em função da participação da mão de obra familiar nos trabalhos do estabelecimento e da renda bruta anual.

Além disso, informações disponibilizadas no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário⁵ (MDA) evidenciam que as contratações do Pronaf apresentaram crescimento sustentado ao longo dos anos, sendo que em 1999/2000, o crédito abrangia 3.403 municípios e em 2007/2008 foram atendidos 5.379 municípios, o que representou um crescimento de 58% no período, com a inserção de 1.976 municípios.

⁵ <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2259286>>.

Outro importante fator é o montante disponibilizado aos agricultores que, a exemplo do número de contratos, também aumentou, sendo que, em 1999, foi financiado no Brasil um valor de aproximadamente 1,7 bilhões de reais e, em 2012, quase 16,5 bilhões de reais (Tabela 1). Conti & Roitman (2011) destacam o acentuado aumento do valor financiado no Pronaf nos anos de 2003 e 2004, visto que indicou uma decisão política do governo federal, recém-empossado, de expandir o programa.

Além disso, os autores chamam a atenção para a queda do número de contratos após o ano de 2007. Para Conti & Roitman (2011, p.138) *“associada à queda do número de contratos está uma tendência de elevação do valor médio do financiamento”* uma vez que no ano de 2001 o valor médio foi R\$ 2,5 mil e em 2010 foi de R\$ 7,8 mil, *“aumento explicado, em parte, pela elevação dos limites de financiamento”* (CONTI & ROITMAN, 2011, p.138).

Quando estratificado os valores do Pronaf por Estado, observa-se que no Estado de Mato Grosso (Unidade da Federação onde foi realizada a pesquisa de campo) tem, de modo geral, aumentado o número de contratos e o montante de recursos (Tabela 1), uma vez que no ano de 1999 houve 4.966 contratos e foi financiado um montante de R\$ 24.134.518, e no ano de 2012 foram 18.388 contratos e R\$ 479.460.788 de recurso.

Nesta Unidade da Federação, entre os anos de 1999 e 2012 foram realizadas 214.619 operações de crédito e o volume de dinheiro destinado para Custeio⁶ e Investimento⁷ pelo Pronaf superou a marca dos R\$ 2,5 bilhões, o que representa apenas 1,04% dos contratos e 2,64% do total financiado em nível nacional.

⁶ O Pronaf Custeio destina-se à aquisição de bens e serviços necessários à manutenção de uma atividade produtiva, por exemplo, compra de sementes para formação de pastagem e sal mineral.

⁷ O Pronaf Investimento destina-se à aquisição de bens e serviços que durem mais de um ciclo produtivo e permitam a implantação, ampliação e/ou modernização da infraestrutura, por exemplo, cercas, compra de matrizes e aquisição de máquinas

Tabela 1. Número de contratos e valor financiado pelo Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) no período de 1999 a 2012, no Brasil e no Estado de Mato Grosso.

Ano	Brasil		Mato Grosso	
	Nº de Contratos	Total financiado (R\$)	Nº de Contratos	Total financiado (R\$)
1999	791.677	1.776.951.420	4.966	24.134.518
2000	834.049	1.864.888.673	8.659	50.167.706
2001	800.653	2.210.744.245	16.366	124.458.452
2002	829.433	2.414.869.518	15.023	130.490.430
2003	1.003.837	3.158.400.036	18.675	100.875.176
2004	1.345.713	4.388.790.541	14.826	92.199.911
2005	2.208.198	5.785.745.810	19.589	153.397.771
2006	2.551.497	7.166.030.577	17.056	159.955.903
2007	1.923.317	7.122.941.867	19.781	159.452.667
2008	1.550.749	8.664.729.050	13.984	152.362.670
2009	1.704.947	11.218.847.098	16.059	281.484.269
2010	1.585.486	11.988.637.390	15.523	302.920.996
2011	1.539.901	13.304.696.799	15.724	360.546.267
2012	1.823.210	16.358.978.153	18.388	479.460.788
Total	20.492.667	97.425.251.183	214.619	2.571.907.524

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Banco Central do Brasil, Anuário Estatístico do Crédito Rural (<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>).

Em Mato Grosso, o montante acessado para atividades ligadas à pecuária, com exceção do ano de 1999, foi sempre maior do que para atividades ligadas a agricultura (Tabela 02) e isso se traduz no aumento do rebanho matogrossense, principalmente bovino. No período de 1995 a 2006, o rebanho bovino estadual passou de 14.438.135 cabeças para 20.666.147 cabeças, sendo que, de acordo com o último Censo Agropecuário, em 2006, 20,58% do rebanho bovino desta Unidade da Federação pertencia à agricultura familiar, ou seja, 4.253.137 cabeças.

Tabela 2. Evolução do Pronaf na agricultura e pecuária no Estado de Mato Grosso, período de 1999 a 2012.

Ano	Agrícola				Pecuária			
	Custeio		Investimento		Custeio		Investimento	
	Nº de Contratos	Valor (R\$)	Nº de Contratos	Valor (R\$)	Nº de Contratos	Valor (R\$)	Nº de Contratos	Valor (R\$)
1999	3.014	12.357.100,33	91	538.760,15	651	2.760.668,45	1.210	8.477.989,36
2000	3.020	9.763.102,84	977	7.133.518,39	639	3.123.389,80	4.023	30.147.695,09
2001	2.586	8.749.431,53	1.120	11.264.281,38	1.007	4.409.405,75	11.653	100.035.333,36
2002	2.092	4.721.400,24	570	7.971.577,98	756	3.467.799,23	11.605	114.329.652,99
2003	9.229	20.413.652,30	150	1.958.532,54	3.720	12.204.028,86	5.576	66.298.962,24
2004	5.158	16.708.166,22	137	1.978.639,30	4.110	17.225.579,59	5.421	56.287.526,17
2005	3.534	13.085.536,13	271	2.471.955,81	6.468	27.432.064,48	9.316	110.408.214,22
2006	1.629	6.904.500,49	316	3.698.833,23	5.836	29.550.307,98	9.275	119.802.261,14
2007	1.850	8.177.457,18	609	8.257.814,42	8.430	47.185.086,92	8.892	95.832.308,06
2008	954	7.180.170,21	495	10.895.337,06	6.126	50.339.494,91	6.409	83.947.667,51
2009	709	8.637.171,62	1.619	38.696.253,03	6.356	77.836.904,17	7.375	156.313.940,57
2010	776	11.308.066,69	1.499	18.588.129,10	6.377	85.932.978,81	6.871	187.091.821,18
2011	556	11.777.366,50	1.251	20.041.004,29	6.851	112.054.754,01	7.066	216.673.142,08
2012	592	19.416.660,88	931	24.639.001,63	8.003	148.657.341,50	8.862	286.747.783,50
Total Geral	35.699	159.199.783	10.036	158.133.638	65.330	622.179.804	103.554	1.632.394.297

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Banco Central do Brasil, Anuário Estatístico do Crédito Rural (<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>).

O Ipea (2013) trabalhando com tabulações especiais do Censo Agropecuário de 2006 disponibilizadas pelos IBGE, procurou identificar qual é o público que, na ocasião do censo, tinha potencial para acessar o Pronaf e, encontrou que 93,51% do total de estabelecimentos agropecuários familiares são aptos à acessar financiamentos subsidiados pelo programa⁸, pertencendo a algum dos 5 grupos (A, B, C, D e E⁹) e apenas 283.341 estabelecimentos (6,49% do total de estabelecimentos familiares) não estariam aptos à acessar os recursos do Pronaf, quer seja por obterem renda bruta anual acima de R\$ 80 mil ou por disporem de mais de dois empregados permanentes¹⁰.

Ao estratificar o público potencial do Pronaf nos diferentes grupos nas regiões brasileiras, os dados apontam que na Região Centro-Oeste¹¹, o Grupo A agregou o maior número de agricultores que podiam ser assistidos pelo Pronaf, diferindo das demais regiões onde o Grupo B tinha maior destaque (Tabela 3). Naquela ocasião, a região Centro-Oeste era a que possuía menor número de agricultores com potencial para acessar o Pronaf o que explica, em parte, a pequena porcentagem de contratos e recursos financiados pelo programa no Estado de Mato Grosso, no período de 1999 a 2012.

Apesar dos avanços e das potencialidades do Pronaf, este programa apresenta alguns entraves e, neste sentido, destacamos a importância de um serviço de assistência técnica e extensão rural (Ater) integral, uma vez que muitos dos agricultores que acessam o Pronaf não possuem experiência anterior com financiamentos e a ausência de um serviço de Ater, aliada a fenômenos inerentes ao estabelecimento agropecuário, pode resultar no endividamento do produtor.

⁸ Os dados são do Censo Agropecuário de 2006 e após este período os limites de renda bruta anual foram ampliados, indicando que a porcentagem do público potencial do Pronaf possivelmente tenha sido ampliada.

⁹ Até o ano de 2006, o Pronaf foi composto pelos grupos A, B, C, D e E, porém a partir da safra 2008-2009, os estratos C, D e E foram agrupados em apenas um grupo, denominado agricultores familiares. Maiores informações em http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#2.

¹⁰ Estes critérios foram determinados adotando-se as normas operacionais do crédito rural vigentes no Plano Safra 2006-2007 como parâmetro, deste modo foram considerados agricultores familiares aptos a receberem o Pronaf somente aqueles que se enquadraram na Lei nº 11.326/2006 e obtiveram rendimentos anuais de até R\$ 80 mil e utilizassem predominantemente mão de obra familiar ou, no máximo, dois empregados permanentes (IPEA, 2013). Não atendendo a estes critérios, o estabelecimento foi considerado como não apto à acessar o Pronaf.

¹¹ A região Centro-Oeste brasileira é formada pelos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, além do Distrito Federal.

Tabela 3. Distribuição do número de estabelecimentos com potencial para acessar o Pronaf, por grupo.

Região	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Grupo E
Norte	141.482	154.318	79.716	16.315	3.841
Nordeste	212.091	1.567.863	238.209	45.698	11.072
Sudeste	38.238	356.526	160.803	59.705	14.452
Sul	60.982	269.668	266.742	154.223	31.070
Centro-Oeste	80.661	67.752	37.512	11.523	2.464
Brasil	533.454	2.416.127	782.982	287.464	62.899

Fonte: IPEA (2013) modificada pela autora.

Muitos são os trabalhos realizados abordando esta política pública e entre eles destacamos dois realizados no território da Amazônia brasileira. Schons *et al.* (2013), apresenta um panorama geral do Pronaf nos municípios pertencentes ao território da Amazônia Legal¹², deixando claro que apesar do pouco acesso ao Pronaf, o Estado de Mato Grosso ainda se configura como o que mais acessa o programa no território, sendo que, em 2012, do montante utilizado pelos nove Estados, esta Unidade da Federação acessou 23% do total.

Costa & Jorge Neto (2011) buscando identificar os fatores que determinam a inadimplência ao Pronaf em áreas de assentamento de reforma agrária na região Nordeste do Estado do Pará, constataram que, entre as principais causas do não pagamento ao financiamento estão: a baixa renda, o baixo nível de escolaridade, os preços dos produtos, os meios de comercialização da produção (presença de atravessadores), falta de experiência anterior com plantio e criação, além do tamanho da área.

Porém, de modo geral é possível afirmar que a criação do Pronaf foi, sem dúvida, um importante acontecimento na esfera das políticas públicas no meio rural brasileiro e, em menos de 20 anos, o programa se configura como um importante instrumento de apoio à agricultura familiar brasileira, sendo inquestionável o sucesso do programa quando se analisa o número de contratos e o montante de créditos disponibilizados anualmente (AQUINO & SCHNEIDER, 2010).

¹² De acordo com o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), a Amazônia Legal é composta por 09 estados, sendo eles: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

2.4.2. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Uma segunda política pública muito importante para o fortalecimento da agricultura familiar, porém com ênfase na segurança alimentar e nutricional, é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012.

O PAA é uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero e é resultado da confluência de dois importantes debates ocorridos no Brasil na década de 1990, a segurança alimentar e nutricional e o reconhecimento da agricultura familiar (GRISA *et al.*, 2010). Deste modo, o Programa possui em uma extremidade o objetivo de promover a inclusão social no campo fortalecendo a agricultura familiar e, em outra extremidade, objetiva garantir às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessária, confirmando o que Schmitt (2005) apontou, o PAA integra a política de segurança alimentar e nutricional e a política agrícola.

Além dos objetivos explícitos do programa, Becker *et al.*, (2009, p. 8) afirmam que, *“existem outros que se encontram implícitos, como a distribuição de renda, a circulação de dinheiro na economia local, a exploração mais racional do espaço rural, o incentivo à agrobiodiversidade e a preservação da cultura alimentar regional”*.

A aquisição de alimentos da agricultura familiar via PAA prevê preços mais justos e dispensa de licitação. E, o público apto a fornecedor para o programa, é composto pelos agricultores familiares, assentados de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, e todos aqueles que atendem os requisitos previstos no artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Os alimentos adquiridos por meio do PAA podem ser destinados à formação de estoques governamentais e/ou ao consumo de pessoas atendidas por programas sociais e instituições governamentais ou não governamentais integrantes da rede socioassistencial, tais como: escolas, associações beneficentes, associações comunitárias, creches, asilos e outras (BRASIL, 2011).

De acordo com o Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, a operacionalização do PAA ocorre através de um Grupo Gestor coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com representações de mais cinco Ministérios como integrantes, sendo

eles: Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério da Educação (BRASIL, 2012).

A execução do PAA ocorre em cinco modalidades, conforme Quadro 1, e a fonte de recursos para o desenvolvimento do Programa é proveniente do MDS e do MDA, porém o responsável pela execução é a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), os Estados e Municípios.

Quadro 1. Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), conforme Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012.

Modalidade	Ementa	Limite (R\$)
Compra com Doação Simultânea	Compra de alimentos diversos e doação simultânea à entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA, à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;	5.500,00*
Compra Direta	Compra de produtos definidos pelo Grupo Gestor do PAA, com o objetivo de sustentar preços, atender a demandas de programas de acesso à alimentação e das redes socioassistenciais e constituir estoques públicos;	8.000,00*
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	Compra de leite que, após beneficiamento, é doado aos beneficiários consumidores;	4.000,00**
Apoio à Formação de Estoques	Apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações Fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público ou destinação aos estoques públicos;	8.000,00*
Compra Institucional	Apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público ou destinação aos estoques públicos.	8.000,00*

*Limite por Unidade Familiar por ano.

**Limite por Unidade Familiar por semestre.

Fonte: Elaboração da Autora a partir de dados de BRASIL (2012) e BRASIL (2013).

Atualmente, uma década após sua implementação, os recursos destinados à execução do PAA têm sido incrementados a cada ano (Figura 1), de modo que, entre os anos de 2003 e 2012, foram investidos mais de 2,5 bilhões de reais no Programa, e o valor aplicado em 2012 atingiu o patamar de R\$ 586 milhões, o que significa um incremento de 713% em relação a 2003, possibilitando o atendimento de um número crescente de agricultores familiares (Figura 2).

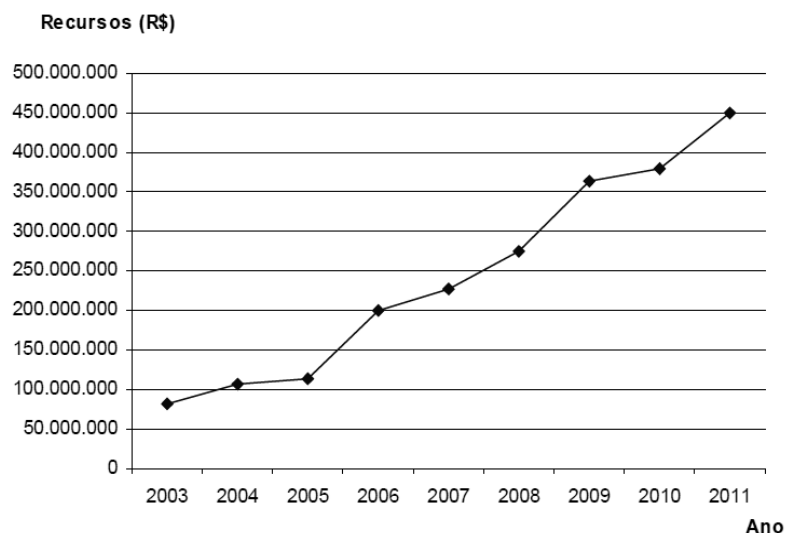


Figura 1. Evolução dos recursos aplicados ao PAA/Conab no período de 2003 a 2011. Fonte e Elaboração: DIPAI/SUPAF Citado por Viana e Viegas (2012).

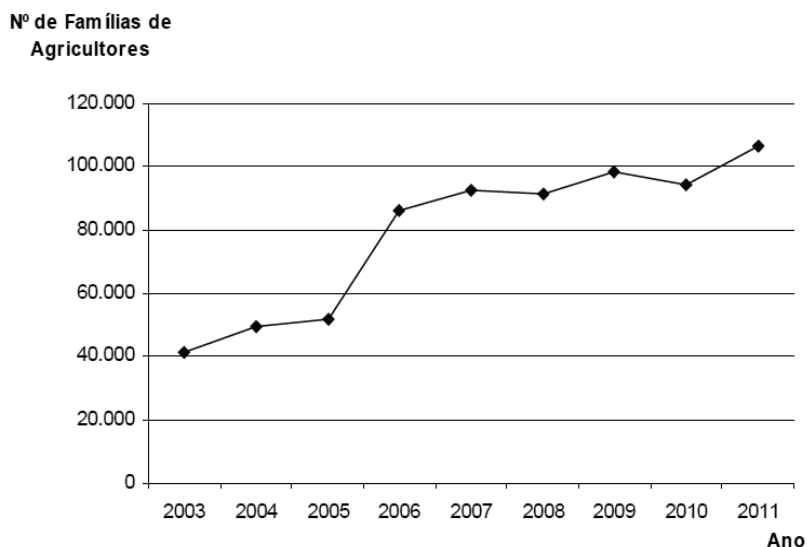


Figura 2. Evolução do número de famílias agricultoras atendidas pelo PAA/Conab no período de 2003 a 2011. Fonte e Elaboração: DIPAI/SUPAF Citado por Viana e Viegas (2012).

A expansão dos recursos investidos no PAA, além de aumentar o número de agricultores familiares beneficiários, tem como consequência a ampliação do número de pessoas e entidade atendidas, assim como a quantidade de alimentos adquiridos. Neste cenário a região Centro-Oeste, em especial o Estado de Mato Grosso, de modo geral, tem acessado cada vez mais o programa beneficiando um número crescente de famílias agricultoras (Tabela 4).

Tabela 4. Execução do PAA/Conab no período de 2003 a 2011 no Brasil, na região Centro-Oeste e no Estado de Mato Grosso*.

Ano	Brasil		Centro-Oeste		Mato Grosso	
	Famílias	Recursos (R\$)	Famílias	Recursos (R\$)	Famílias	Recursos (R\$)
2003	41.341	81.541.207	8.014	16.431.728	865	1.757.587
2004**	49.792	107.185.826	1.608	3.386.094	144	262.588
2005	51.975	112.791.660	2.656	5.538.352	1.348	2.851.089
2006	86.476	200.954.580	4.450	10.095.309	1.437	3.012.600
2007	92.372	228.352.967	2.881	8.706.954	1.764	4.887.860
2008	91.622	275.953.725	3.154	9.893.516	1.961	5.982.860
2009	98.340	363.381.941	3.855	13.224.101	1.556	4.587.963
2010	94.395	379.735.466	5.625	21.400.943	3.038	10.448.230
2011	106.600	451.036.204	7.480	32.025.103	3.006	11.349.325
2012	128.804	586.567.131	9.558	43.282.942	4.587	19.496.757
Total	841.717	2.787.500.707	49.281	163.985.042	19.706	64.636.859

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da Conab.

* Informações referentes às execuções realizadas pela Conab.

**Conforme depoimento oral, em 2004 houve um erro de coleta nos dados referentes ao Estado de Mato Grosso.

Porém, apesar dos números apresentados demonstrarem evolução do Programa nas esferas estadual, regional e federal, ainda encontram-se inferiores à demanda, considerando a quantidade de estabelecimentos familiares existentes no Brasil¹³. Entretanto, Viana & Viegas (2012) destacam que o PAA vem atingindo seus principais objetivos, contribuindo para a geração de renda e sustentação de preços aos agricultores familiares, além de promover a segurança alimentar e nutricional das populações em situação de insegurança alimentar.

¹³ No Censo Agropecuário de 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, sendo que 217.531 estão presentes na região Centro-Oeste e destes, 86.167 estão no Estado de Mato Grosso (BRASIL, 2009a).

Como principais contribuições do Programa à agricultura familiar, Vieira *et al.* (2010), com base em estudos de casos realizados em diferentes regiões do Brasil, destacam o incremento de recursos neste segmento da agricultura; aumento da renda dos agricultores; diversificação da produção de alimentos; ampliação da área cultivada; redução da dependência dos agricultores em relação aos intermediários; e o melhor atendimento das populações carentes em creches, escolas, hospitais, entre outras instituições, com melhoria significativa na quantidade e qualidade dos alimentos das instituições beneficiadas.

Além dos itens apontados, Grisa *et al.* (2010) destacam a alteração da matriz produtiva e de consumo dos beneficiários; a articulação entre a produção e o consumo; a elevação dos preços; a garantia de mercado; a criação de novos mercados e o resgate e fortalecimento de práticas e produtos tradicionais e regionais.

2.4.2. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e seu elo com a agricultura familiar

Uma terceira política pública para a promoção da agricultura familiar que merece destaque é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), considerado o mais antigo programa social do Governo Federal na área de alimentação e nutrição, bem como um dos maiores programas na área de alimentação escolar do mundo, além de ser o único com atendimento universalizado.

A criação do Pnae ocorreu em 1954 pelo Ministério da Saúde e formalizou-se em 1955 pelo Ministério da Educação e Cultura, por meio do Decreto nº37.106, de 31 de março de 1955, com os objetivos principais de redução da desnutrição escolar e melhoria dos hábitos alimentares dos estudantes (TURPIN, 2008).

Apesar de, historicamente, o Pnae apoiar a agricultura familiar, uma vez que adquire produtos para a alimentação escolar, foi apenas em 2009 com a promulgação da Lei Federal 11.947 que se criou um elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local ou regional, visto que o artigo 14 dessa lei determina que no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos

Estados e Municípios, para a compra de alimentos para o Pnae, deverão ser utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, dando prioridade aos assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Essa política pública tem como órgão gestor o Ministério da Educação e os recursos financeiros provêm do Tesouro Nacional e estão assegurados no orçamento da União.

O FNDE transfere a verba às entidades executoras em contas correntes específicas abertas pelo próprio FNDE, sem necessidade de celebração de convênio, ajuste, acordo, contrato ou qualquer outro instrumento. A transferência é feita em dez parcelas mensais, a partir do mês de fevereiro, para a cobertura de 200 dias letivos. Cada parcela corresponde a vinte dias de aula. O valor a ser repassado para a entidade executora é calculado por meio da fórmula: $TR = N^{\circ} \text{ de alunos}^{14} \times N^{\circ} \text{ de dias de atendimento} \times \text{valor per capita}^{15}$, onde TR é o total de recursos a serem recebidos (FNDE, s/d).

A aquisição dos gêneros alimentícios é de responsabilidade dos Estados e Municípios, uma vez que, as prefeituras municipais são entidades executoras dos recursos destinados aos alunos da rede municipal de ensino e, as secretarias de educação são entidades executoras dos recursos destinados aos alunos da rede estadual de ensino.

Os produtos adquiridos para a merenda escolar devem obedecer aos critérios estabelecidos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, que tratam de licitações e contratos na administração pública e, no caso dos 30% do valor repassado pelo FNDE destinados à produtos da agricultura familiar, o processo licitatório pode ser dispensado, desde que os preços estejam compatíveis com os praticados no mercado local e os alimentos atendam as exigências de controle de qualidade (FNDE, s/d).

A partir da Resolução/CD/FNDE nº 25, de 4 de julho de 2012, que altera a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, no âmbito do Pnae, passou a ser obrigatório a publicação da demanda de aquisições de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar por meio de chamada pública. Além disso, o limite

¹⁴ O número de alunos é fornecido pelo censo escolar do ano anterior.

¹⁵ Valor *per capita* é a quantia estipulada pelo governo, por aluno/dia, para custear a merenda escolar. Atualmente é de R\$ 0,30 para alunos matriculados na pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA), e de R\$ 0,60 para alunos matriculados em creches e escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos. Para cada aluno participante do Programa Mais Educação, o valor é de R\$ 0,90.

individual de venda por DAP/ano para a alimentação escolar foi reajustado de R\$ 9.000,00 para o valor máximo de R\$ 20.000,00.

O Pnae é acompanhado e fiscalizado de forma direta pela sociedade, através dos Conselhos de Alimentação Escolar, pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União, pela Secretaria Federal de Controle Interno e pelo Ministério Público.

Assim, como os programas apresentados anteriormente, observa-se uma evolução do Pnae ao longo do tempo (Tabela 5). Além disso, o orçamento do programa em 2012 foi de R\$ 3,3 bilhões, beneficiando 45 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. Desse valor, 30% – ou seja, R\$ 990 milhões – eram para serem investidos na compra de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento das comunidades rurais (FNDE, s/d).

Tabela 5. Evolução do Pnae no período de 1995 a 2010 no Brasil.

Ano	Recursos financeiros (em milhões de R\$)	Alunos atendidos (em milhões)
1995	590,1	33,2
1996	454,1	30,5
1997	672,8	35,1
1998	785,3	35,3
1999	871,7	36,9
2000	901,7	37,1
2001	920,2	37,1
2002	848,6	36,9
2003	954,2	37,3
2004	1.025,0	37,8
2005	1.266,0	36,4
2006	1.500,0	36,3
2007	1.520,0	35,7
2008	1.490,0	34,6
2009	2.013,0	47,0
2010	3.034,0	45,6

Fonte: FNDE (s/d).

Essa iniciativa além de criar um novo mercado, o da alimentação escolar, colabora para que a agricultura familiar se organize cada vez mais. Além disso, para quem adquire os alimentos, o resultado é mais qualidade na alimentação a ser servida, na manutenção e na

apropriação de hábitos alimentares saudáveis e maior desenvolvimento local de forma sustentável (BRASIL, 2009b).

O Pnae e o PAA são importantes passos no que diz respeito à segurança alimentar e ao reconhecimento do papel econômico e social da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil, uma vez que este segmento da agricultura em 2006, apesar de ocupar menos de ¼ da área total, respondeu por 38% do Valor Bruto da Produção (VBP), sendo responsável pela produção dos principais produtos destinados à alimentação humana, além de empregar 74,4% do pessoal ocupado no meio rural (BRASIL, 2009).

3. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E NO ESTADO DE MATO GROSSO

A questão agrária no Brasil não é nova, assim como o problema e a reivindicação por uma Reforma Agrária. De acordo com Ranieri (2003), a concentração da posse da terra tem sua origem desde o descobrimento do país.

Tendo em vista o caráter histórico e a questão da terra, este capítulo tem o objetivo de fazer um balanço da questão agrária brasileira considerando as principais interferências do poder público que acentuaram/minimizaram a concentração fundiária no país.

Paralelamente, procurou-se remontar o que aconteceu no Estado de Mato Grosso, que ocupa uma área equivalente a 903.357,90 km² no território da Amazônia Legal e é considerado o terceiro maior estado em extensão no Brasil, dividindo-se em 141 municípios coberto por três biomas: Pantanal, Cerrado e Amazônia¹⁶ (Figura 03).

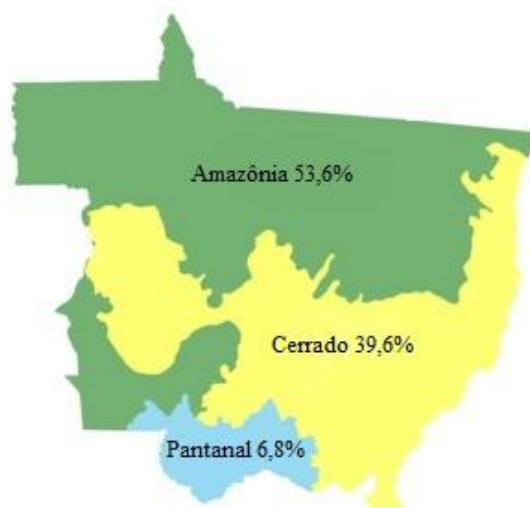


Figura 3. Representação dos Biomas presentes no Estado de Mato Grosso.

Fonte: Modificada pela autora de SEMA (2011).

Em virtude da elevada produção em diversas culturas agrícolas, principalmente da soja, Mato Grosso tem ocupado uma posição de destaque no cenário nacional e, deste modo, é comum veicular em diversos meios de comunicação, notícias que envolvem o Estado enquanto o maior produtor desse grão no Brasil ou como o Estado que, constantemente, bate recordes de produção agrícola.

¹⁶ O Bioma Amazônia ocupa uma área de 480.215 km² (53,60%), o Cerrado ocupa 354.823 km² (39,60%) e o Pantanal ocupa 60.885 km² (6,80%) do território matogrossense.

Porém, apesar da economia estadual estar concentrada, principalmente, na atividade agrícola e pecuária¹⁷, destacando-se na produção de grãos e carne bovina em cenário nacional, além da presença marcante de grandes latifúndios e uma agricultura altamente modernizada e produtiva, o Estado de Mato Grosso, também, passou a ser cenário de programas de reforma agrária no final do século passado.

Neste sentido, a agricultura familiar merece destaque, visto que está resistindo a um modelo de desenvolvimento incentivado fortemente pelo Governo Federal no século XX, quando em função de programas governamentais, o território matogrossense foi povoado por imigrantes, principalmente das regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Numa tentativa de contribuir com os estudos desenvolvidos sobre o Estado de Mato Grosso e preencher uma lacuna em torno das pesquisas que possuem como temática a agricultura familiar e reforma agrária nesta Unidade da Federação, este capítulo apresentará um panorama histórico do povoamento e ocupação de Mato Grosso, voltando-se aos programas governamentais de incentivo a colonização, ocorridos, principalmente, na segunda metade do século XX, e que, definiram os processos de ocupação do território. Além disso, é destacada a formação dos projetos de assentamentos rurais e a atual estrutura agrária do Estado.

O capítulo apresenta ainda os avanços das atividades agropecuárias desenvolvidas, tendo como base, principalmente, os dados dos Censos Agropecuário 2006 inerentes ao Estado de Mato Grosso, expondo um panorama da agricultura familiar em contraponto a agricultura não familiar na tentativa de demonstrar sua importância para o desenvolvimento rural sustentável desse território.

3.1. Brasil de 1500 a 1964: aspectos históricos da questão agrária

Como dito anteriormente, a questão agrária no Brasil não é uma questão nova, de modo que, data de 1530 a criação das capitanias hereditárias e do sistema de sesmarias, caracterizado pela distribuição de extensas glebas pela Coroa Portuguesa a quem se dispusesse a cultivá-las dando em troca um sexto da produção. Este episódio se caracteriza como a primeira interferência

¹⁷ Este setor é responsável por 28,1% do PIB do Estado de Mato Grosso.

da Coroa Portuguesa, criando condições para a implementação de grandes extensões de terras tendo um único proprietário¹⁸.

Paralelo ao regime de sesmarias foi desenvolvido no Brasil outra forma de aquisição de domínio da terra, com base na posse, que desafiava a autoridade colonial (SILVA, 1996). Entretanto, os posseiros não conseguiram “frear” o processo de concentração de terra na colônia, de modo que há autores que atribuem o sistema sesmarial como responsável pelo caráter latifundiário da nossa estrutura agrária (SILVA, 1996; RANIERI, 2003).

Apesar de a posse estar presente desde os primórdios da colonização, foi apenas no século XVIII, que ela passa a se fazer mais presente no cenário colonial (SILVA, 1996). Deste modo,

[...] do ponto de vista da apropriação territorial, o efeito mais importante das transformações ocorridas na colônia durante o século XVIII foi a disseminação de outra forma de apropriação que já existia desde os primórdios da colonização, e que era a posse pura e simples (SILVA, 1996, p. 59).

A presença de posseiros junto aos sesmeiros foi responsável por situações conflituosas, principalmente, na demarcação de lotes, no qual a Coroa Portuguesa realizou diversas intervenções na tentativa de retomar o controle do processo de apropriação que havia escapado de suas mãos, porém sem muito sucesso.

Diante da situação em que a colônia se encontrava, em 17 de julho de 1822 houve a suspensão do regime de sesmarias, quase que, simultaneamente, à declaração de independência do Brasil, ocorrida em 07 de setembro do mesmo ano.

Após a suspensão do regime de sesmarias, o imperador não o substituiu por qualquer outro sistema legal que regulasse o acesso a terra (COVOLAN & GONZALEZ, 2008). Iniciava-se, portanto, no Brasil um período (1822 a 1850) em que “*a posse tornou-se a única forma de aquisição de domínio sobre as terras*”, período este conhecido como “*fase áurea do posseiro*” (SILVA, 1996, p. 90).

Somente em 1850, com a aprovação da Lei nº 601 de 18 de setembro, também conhecida como Lei de Terras, o Império tentou ordenar o campo brasileiro (BRASIL, 2011). De acordo com o art. 1º desta lei “*ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra*”.

¹⁸ Mais detalhes podem ser obtidos em Silva (1996).

A aprovação desta lei com os dispositivos de proibição de ocupar áreas públicas e a determinação de que para possuir terras seria necessária a aquisição somente por meio de pagamento em dinheiro, contribuiu para reforçar o poder dos latifúndios, tornando ilegais as posses de pequenos produtores (BRASIL, 2011).

Porém, mesmo com a instauração da República em 1889, pouco foi feito na tentativa de melhorar o acesso à terra por parte dos trabalhadores rurais. Somente no século XX, segundo Leite & Ávila (2007), a concentração da propriedade e a necessidade de realização de uma reforma agrária chegou a ganhar mais força no Brasil, principalmente, no período anterior ao Golpe Militar de 1964.

Nesta época, o governo de João Goulart (1961-1964) pretendia realizar uma reforma agrária. Porém este foi derrubado em 31 de março de 1964 pela classe conservadora e, após o Golpe de Estado, os governos militares passaram a controlar o país.

Destaca-se no período anterior a 1964, a criação no Nordeste das Ligas Camponesas e em nível federal, a Superintendência de Reforma Agrária. Entretanto, ambas foram duramente combatidas dentro do quadro que resultou no Golpe Militar de 1964 (BRASIL, 2011).

3.2. O Estatuto da Terra e seus desdobramentos

No início da década de 1960, segundo Leite *et al.* (2004), passou a ocorrer no Brasil uma contraposição entre *desenvolvimento agrícola* e *reforma agrária*. Deste modo, houve a promulgação, no primeiro governo militar (Governo Castello Branco – 1964 a 1967), da Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, também conhecida como o Estatuto da Terra.

O Estatuto da Terra, promulgado no primeiro governo militar, incorporou estas duas propostas à letra da lei. Foi uma tentativa de conciliar por um lado a defesa da propriedade e a reivindicação de maior apoio à ‘agricultura’ (aos negócios dos grandes proprietários, em dificuldades) e, por outro, a reivindicação do acesso à terra por trabalhadores rurais (que emergiam com identidade própria nas lutas travadas através das associações, ligas camponesas e sindicatos que se espalharam a partir de meados dos anos 50) (LEITE *et al.*, 2004, p. 38).

No entanto, apesar de na Lei a Reforma Agrária estar prevista, na prática constatou-se que o Estatuto da Terra foi *“letra morta para a resolução dos problemas agrários do país”* (BERGAMASCO, 1997, p.37) e o que se observou referente à questão agrária foram determinações do governo pautadas no estímulo a um longo processo de ocupação das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, como principal alternativa para a *“população excedente”*. Paralelamente, ocorria um incentivo à política agrícola capaz de alavancar, por meio do crédito subsidiado e políticas fiscais, a modernização do setor agrícola, sem nada alterar a estrutura fundiária existente no país (BERGAMASCO, 1997; BERGAMASCO & NORDER, 2003; LEITE *et al.*, 2004).

De acordo com Leite *et al.* (2004) durante o regime militar, o órgão destinado a implementação da reforma agrária – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária –, foi substituído pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária), voltado fundamentalmente à colonização, afirmando o interesse do Estado na realização de uma “reforma agrária” por meio da colonização de novos espaços e não da redistribuição das terras improdutivas já cadastradas.

3.3. A redemocratização e a reforma agrária brasileira

Durante os 20 anos do regime militar (1964 a 1985) pouco foi feito a fim de minimizar o problema fundiário existente no Brasil, sendo que uma nova perspectiva de alteração deste quadro surgiu em 1985 com a redemocratização do país e início de uma nova fase denominada de “Nova República”, a qual escreveu a reforma agrária entre suas prioridades (LEITE *et al.*, 2004).

Logo no início do Governo Sarney (1985-1989), durante o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, foi lançada a Proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (LEITE & ÁVILA, 2007).

De acordo com Leite *et al.* (2004, p. 39), o PNRA estabeleceu *“metas de longo, médio e curto prazo quanto à extensão de áreas a serem desapropriadas e ao número de famílias a serem assentadas, propondo o estabelecimento de zonas prioritárias de reforma agrária”*. Porém, frente as pressões recebidas do patronato rural e após as discussões da proposta nos diferentes setores da sociedade, a versão definitiva do PNRA eliminou as metas de médio e longo prazo e

transferiu às Unidades da Federação a tarefa de fixar as áreas prioritárias por meio dos Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRA).

Data de 1985 a criação do Proterra (Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária), o qual, segundo Rezende (1999, p. 1), surgiu com o *“objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim, permitir a sua ‘emancipação’, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva”*.

Ao fim do mandato de José Sarney, o Governo Collor (1990-1992) não fortaleceu uma política favorável à reforma agrária (RANIERI, 2003). Porém, com o *impeachment* de Fernando Collor, em 29 de setembro de 1992, assumiu o governo seu vice, Itamar Franco (1993-1994) e de acordo com Leite & Ávila (2007) o tema da reforma agrária voltou a tomar maior espaço na agenda do setor público, tendo sido associada à questão da fome e da segurança alimentar, preocupação esta que se mantém no governo seguinte, de Fernando Henrique Cardoso.

Bergamasco & Norder (2003, p. 45) ressaltam que *“os movimentos populares passaram a definir estratégias de ação específicas ao quadro político”* estabelecido até então e assim,

[...] o governo Fernando Henrique Cardoso não poderia deixar de tratar do problema agrário, visto agora, pelo governo, como um potencial gerador de problemas políticos; e pela sociedade, como uma fonte de geração de empregos e melhorias na qualidade de vida da população rural, apesar da relutância de alguns setores (BERGAMASCO & NORDER, 2003, p. 45).

Neste contexto, os mesmos autores citam que a reforma agrária passou a ser um dos fatores mais problemáticos da agenda política do governo federal diante da sociedade civil. Deste modo, *“o Estado passou então a manifestar grande preocupação com a questão agrária e veio a atuar de forma mais incisiva que os governos anteriores, através de desapropriação de áreas improdutivas e implementação de assentamentos rurais”* (BERGAMASCO & NORDER, 2003, p. 46).

No primeiro mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso houve um expressivo número de famílias assentadas, se comparado aos governos anteriores. Entre 1995 e 1998 esse governo assentou, sob diferentes formas (desapropriação, arrecadação, regularização fundiária, etc.), 284.228 famílias, em uma área total de 12,8 milhões de hectares, distribuídas por 2.428 projetos de assentamento (FERREIRA & SILVEIRA, 2003).

No segundo mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso, observa-se na política agrária uma redução na quantidade total de terras disponibilizadas para a realização de novos assentamentos (ESQUERDO & BERGAMASCO, 2011). Entre 1999 e 2002 foram assentadas 139.585 famílias, em uma área total de 9,2 milhões de hectares, distribuídas em 2.672 projetos de assentamentos.

Kageyama *et al.* (2010, p. 34) lembram que *“no segundo mandato, o governo redirecionou seu aparato institucional do sentido de fundir as políticas de reforma agrária com as políticas de fortalecimento da agricultura familiar em geral”*.

Esquerdo & Bergamasco (2011) chamam a atenção para a mudança de governo em 2003 que despertou novas esperanças em relação à questão agrária no Brasil, uma vez que a eleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva contou com o apoio de inúmeros movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Data deste período a criação do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), o qual possuía como princípio geral *“incluir uma significativa parcela da pirâmide social na economia agrária, regida por um novo marco de regulação dos mercados agrícolas, de sorte a garantir crescimento da renda, do emprego e da produção desse setor”* (BRASIL, 2004, p. 18).

Já na apresentação do II PNRA o Ministro do Desenvolvimento Agrário e o Presidente do Incra, naquela ocasião Miguel Rossetto e Rolf Hackbart, respectivamente, afirmaram ser a reforma agrária um compromisso e um programa do governo federal e o II Plano tinha em suas metas representar *“a realização do maior plano de reforma agrária da história do Brasil”* sendo que até o final de 2006 seriam assentadas 400 mil novas famílias (BRASIL, 2004).

Além disso, o II PNRA previa ações que fossem além da garantia do acesso à terra, mas assegurasse produção, geração de renda e acesso aos demais direitos fundamentais (saúde, educação, energia e saneamento) (BRASIL, 2004).

Nesse novo modelo de reforma agrária a recuperação dos atuais e a implantação dos novos assentamentos contarão com assistência técnica e acesso ao conhecimento e as tecnologias apropriadas. Estarão orientadas por projetos produtivos adequados às potencialidades regionais e às especificidades de cada bioma e comprometidos com a sustentabilidade ambiental. Uma estratégia conjunta de produção e comercialização abrirá novas possibilidades econômicas para os assentamentos e para sua integração numa dinâmica de desenvolvimento territorial (BRASIL, 2004, p. 5).

Porém, o concretizado não foi o previsto. Até o ano de 2003 o governo federal assentou 36.301 famílias e em 2004, 81.254 famílias, totalizando 117.555 famílias em dois anos, o que representou o alcance de 81% da meta de 145 mil famílias estabelecida para esse período (60.000 em 2003 e 85.000 em 2004) pelo II PNRA (ESQUERDO & BERGAMASCO, 2011).

As autoras apresentam, ainda, dados de implantação de projetos de assentamentos rurais de 2003 a 2009¹⁹ deixando evidente que a política de reforma agrária do Governo Lula foi mais restrita em seu segundo mandato quando comparado ao primeiro. Além disso, *“embora o governo comemore sua política de reforma agrária, o MST não vê esses dados com os mesmos olhos”* (ESQUERDO & BERGAMASCO, 2011, p. 6).

Até o ano de 2011, no Brasil registrava-se um total de 8.865 projetos de assentamentos rurais ocupando uma área de 87.559.858,95 hectares com 931.730 famílias assentadas nas diferentes regiões brasileiras (BRASIL, 2012).

O governo Dilma Rousseff, iniciado em 2011, já no discurso de posse, afirmou que a luta de seu governo seria para a erradicação da pobreza extrema no Brasil. Porém, não acenou para a política de redistribuição de terras como um importante passo para a superação da pobreza no campo.

Esquerdo & Bergamasco (2013), ao realizar um balanço da reforma agrária brasileira nas últimas duas décadas, constatam que, nos dois primeiros anos do Governo Dilma Rousseff (2011 e 2012) a quantidade de assentamentos rurais implantados, assim como o número de famílias assentadas, foram os menores desde 2006. Em 2011, foram implantados 109 projetos de assentamentos, os quais assentaram 22.021 famílias e, em 2012, foram implantados 117 projetos de assentamentos, assentando 23.075 famílias. Observa-se, portanto, que a criação de assentamentos rurais no atual governo foi bastante reduzida, havendo poucas desapropriações para fins de reforma agrária, o que não contribui significativamente para a promoção de uma alteração da concentração fundiária no Brasil.

¹⁹ Nesse período foram implantados 3.346 projetos de assentamentos, numa área de 46,6 milhões de hectares (ESQUERDO & BERGAMASCO, 2011).

3.4. Estado de Mato Grosso: Aspectos históricos da ocupação e povoamento

Historicamente, até a segunda metade do século XVIII o território matogrossense foi ocupado basicamente pelos povos da floresta – principalmente os índios –, porém a descoberta de ouro ocorrida na região de Cuiabá, por Paschoal Moreira Cabral e seus homens, desencadeou um intenso processo migratório para a região em busca do metal precioso.

Inicialmente, os bandeirantes paulistas adentraram no território na busca por mão de obra indígena, importante para as capitanias que não adotaram o plantio da cana-de-açúcar como atividade produtiva (SIQUEIRA, 2002).

O trabalho principal dos bandeirantes era o de aprisionar índios não somente para utilizá-los nos seus trabalhos, mas, principalmente, para vendê-los como mão-de-obra para as capitanias que, tal como a de São Paulo, mantinham uma produção voltada para a comercialização interna, ao contrário do que ocorria com as capitanias nordestinas, que tinham na cana-de-açúcar, praticamente, seu único produto de exportação. No Nordeste, a opção foi pelo trabalho escravo africano, adquirido a altos preços das mãos dos traficantes europeus que, da África, traziam, em navios negreiros, grande contingente de africanos para serem vendidos em leilão. Os paulistas, ao contrário, iam buscar sua mão-de-obra em pleno sertão, constituindo-se em traficantes de índios junto a algumas capitanias do Centro-Sul e, mais tarde, do Centro-Oeste e Amazônia (SIQUEIRA, 2002, p.26).

Todavia, na busca por mão de obra indígena ocorreu a descoberta de ouro, mas este evento em Mato Grosso não foi suficiente para concentrar o capital financeiro no Estado e conforme Siqueira *et al.* (1990) até meados do século XIX o território, hoje pertencente aos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, era pouco conhecido, pouco povoado visto que todo o capital, estava concentrado na região Sudeste do Brasil.

3.4.1. Os Projetos de Colonização no Estado de Mato Grosso: século XX

O primeiro movimento promovido pelo Governo Federal visando a ocupação e colonização dos “espaços vazios” matogrossense, ficou conhecido como *Marcha para o Oeste* e

foi implementado a partir de 1937, sob o patrocínio do então Presidente da República Getúlio Vargas (SIQUEIRA, 2002).

O projeto getulista impunha o estabelecimento de trabalhadores “civilizados”, ou seja, desejosos de progredirem. Para isso deveriam trabalhar de maneira produtiva, ordeira e sem conflitos. Os colonos preferidos foram os migrantes da região Sul do Brasil, pois possuíam, segundo a visão reformista de Vargas, uma mentalidade empresarial, europeia e, sobretudo, porque estes migrantes, além da experiência que possuíam no trato com a terra, traziam, quase sempre, um pecúlio que os auxiliaria na organização inicial do empreendimento (SIQUEIRA *et al.*, 1990, p.132).

Através da Marcha para o Oeste o governo federal buscava conquistar o interior do Brasil integrando-o à economia nacional (MORENO, 1999), porém não bastava colonizar, o governo interessava-se pela promoção da colonização através da montagem de Colônias Agrícolas Federais (SIQUEIRA *et al.*, 1990). Deste modo, na década de 1940 foram implantadas diversas colônias agrícolas no território hoje pertencente ao Estado de Mato Grosso do Sul, porém, no território matogrossense não foi implantado nenhuma colônia (MORENO, 1999).

Não diferindo do que aconteceu em boa parte do território da Amazônia Legal, a colonização do Estado de Mato Grosso foi, posteriormente, favorecida durante o Regime Militar (1964-1985), em virtude da formação de um sistema de colonização ocorrido pela ação conjunta entre órgãos públicos e empresas privadas. Dessa forma, os primeiros assentamentos nesta Unidade da Federação tiveram sua origem como projetos de colonização²⁰, formulados em função das políticas de integração nacional do Regime Militar, as quais objetivavam incorporar os grandes “vazios demográficos” ao processo produtivo brasileiro expandindo a fronteira agrícola nacional.

Em 1970, na tentativa de solucionar problemas sociais existentes em outras regiões do Brasil, e efetivar a ocupação da Região Centro-Oeste e Norte, o Governo Federal criou pelo Decreto-Lei nº 1.106, de junho de 1970, o PIN (Plano de Integração Nacional) (FERREIRA, 2001).

O PIN objetivava a efetiva ocupação da Amazônia Legal através do deslocamento de migrantes, especialmente nordestinos, para a faixa de terra que, por 10 km, margeava as principais rodovias criadas: a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, sob coordenação do

²⁰ A principal diferença entre assentamento como projeto de colonização e assentamento de reforma agrária está no fato do primeiro ser implantado em terras devolutas do Estado e o segundo em áreas desapropriadas de particulares por não apresentarem índices de produtividade com base no Estatuto da Terra (Brasil, Lei 4.504/1964).

Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Essa faixa foi aumentada, em 1971, com o Proterra (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria), de 10 para 100 km e destinada à fixação de pequenos produtores rurais” (FERREIRA, 2001, p.234).

Posterior à criação do PIN, em 1971, sob o Decreto-Lei nº 1.192 de 08 de novembro, o governo criou o Prodoeste (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste) e em 1974, criou o II PIN incentivando a construção imediata de uma rede rodoviária ligando Mato Grosso aos principais centros produtores, consumidores e políticos do país.

Esta abertura viabilizou a entrada do grande capital, mantendo grandes propriedades nas áreas da agricultura e pecuária, e assim o plano de assentar “pequenos” produtores ao longo da rodovia estava propenso ao fracasso, visto que não poderiam concorrer com as grandes empresas capitalistas que utilizavam tecnologia mecanizada (FERREIRA, 2001; SIQUEIRA, 2002).

Para atender as novas exigências produtivas do Centro-Oeste e Norte, o governo federal criou outros programas regionalizados, que buscavam estimular o desenvolvimento de regiões específicas. Ferreira (2001), Barrozo (2008) e Silva (2010), destacam o Polamazônia (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), o Polonoroeste (Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil), o Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), o Prodepan (Programa de Desenvolvimento do Pantanal) e o Probor (Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal).

Entretanto, longe de promover um modelo de desenvolvimento diferenciado em Mato Grosso, estes programas, associados ao objetivo de expandir as fronteiras agrícolas brasileiras e da intensa modernização da agricultura, promoveram a exclusão do agricultor familiar e trouxeram consigo diversos problemas socioambientais.

Dessa forma, numa tentativa de dar conta da regulamentação das terras integradas, em 1975, o governo estadual institui através da Lei 3.681, de 28 de novembro, o Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso (Intermat) com o objetivo de planejar e executar as políticas agrária e fundiária no Estado (FERREIRA, 2001; INTERMAT, s/d). Porém, entre 1977 – quando foi instalado – e 1979 o Instituto não pôde atender ao setor fundiário, em virtude do volume de problemas acumulados nos anos anteriores (INTERMAT, s/d).

A partir do ano de 1979, o Intermat passou por profundas modificações²¹ na sua estrutura original para poder desempenhar funções que não se limitavam apenas a identificar as áreas devolutas e incorporá-las ao patrimônio do Estado, mas regularizar as já ocupadas de maneira a eliminar conflitos sociais provocados pelo uso e posse da terra (INTERMAT, s/d).

Apesar da criação de um instituto de terras estadual, da existência de assentamentos como projetos de colonização e dos diversos programas incentivando a ocupação do território matogrossense, autores como Nédélec *et al.* (2005) defendem que até 1978 o Incra não tinha oficialmente nenhum projeto na região, sendo que Castro *et al.* (2002) destacam que o alto custo de implantação e o sucesso dos projetos privados levaram o órgão a desenvolver um novo tipo de colonização pública: o PAC (Projeto de Assentamento Conjunto) onde seriam somadas as experiências e recursos do órgão colonizador oficial (Incra) e da iniciativa privada (colonizadoras ou cooperativas).

Dessa forma, em 1979, ao longo da BR-163, surge o primeiro Assentamento no Estado de Mato Grosso resultado de uma parceria técnica e administrativa do Incra com a Cooperativa Tritícola de Erechim Ltda (Cotrel)²².

O PAC Peixoto de Azevedo ocupava uma área de 120.000 hectares com capacidade para assentar 1.600 famílias, entretanto foram assentadas apenas 1.342 famílias oriundas do Rio Grande do Sul, envolvendo aqueles que tiveram suas propriedades rurais destruídas pela construção de barragens hidrelétricas e os filhos dos “pequenos” proprietários rurais, sócios da Cotrel, cuja dimensão das propriedades era insuficiente para absorver toda a força de trabalho produtiva do conjunto familiar (PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃO DO NORTE, 2011; FERREIRA, 2001).

No PAC Peixoto de Azevedo o Incra cuidaria da demarcação dos lotes, desmatamento e abertura de estradas, construção de escolas, ambulatorios, incumbindo-os também do transporte dos migrantes. A Cotrel era responsável pelo assentamento e administração da colonizadora. Sob sua responsabilidade, ficou a distribuição dos lotes rurais, assim como a organização do núcleo urbano, composto pela sede da colonizadora, construção dos

²¹ O Intermat esteve vinculado à Secretaria de Agricultura até o ano de 1979, quando foi transferido para a Secretaria de Justiça onde permaneceu até 1983. O governo de Júlio Campos passou a vinculação do Instituto à Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários (SEAF), através do Decreto nº 75 de 06 de julho de 1983. Porém, 11 anos depois, em 1992, através da Lei Complementar nº 14 de 16 de janeiro de 1992, foi extinta a SEAF, e criada o que hoje é a Secretaria de Desenvolvimento Rural, a qual o Instituto é vinculado (INTERMAT/s/d).

²² De acordo com a relação nominal dos assentamentos este é o assentamento mais antigo do Estado de Mato Grosso (BRASIL, 2012).

armazéns, serraria, ambulatório, escola e residências (PRETTI, 1993, citado por FERREIRA, 2001, p. 237).

Ao lado do incentivo à colonização, implementado, principalmente, pelo governo federal, a iniciativa privada foi primordial para o surgimento dos primeiros assentamentos em Mato Grosso. Segundo Ferreira *et al.* (2009) no período 1968 a 1985²³, o Incra aprovou 43 projetos de colonização particular no Estado com o objetivo de assentar 21.739 famílias em uma área de 3.494.741 hectares. Grande parte dessa área ficava em poder das colonizadoras que, quando valorizadas, vendiam-nas para particulares. Neste contexto, cita-se a colonizadora Integração Desenvolvimento e Colonização Ltda (Indeco) que adquiriu 907.691,69 hectares para assentar 3.830 famílias nos projetos de Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás.

No bojo do projeto de “modernização”, Mato Grosso alojou em seu espaço rural, através das Políticas de Colonização Oficial, contingente populacional significativo oriundo das regiões em que se intensificavam os conflitos decorrentes da luta pela terra e os excedentes que se encontravam fora do mercado de trabalho. Da mesma forma, a Colonização Particular foi estimulada e tornou-se um negócio fácil e rentável. Sem perder de vista a tensão social e a escassez de terra nas regiões de origem dos colonos, a colonizadora assumiu uma feição empresarial (FERREIRA *et al.*, 2009, p. 205).

Após a criação do PAC Peixoto de Azevedo, outros projetos de assentamentos foram implantados sendo que até 1986, quando ocorreu a primeira desapropriação para fins de reforma agrária, havia em Mato Grosso nove projetos, dos quais, dois PACs²⁴, um Projeto de Assentamento (PA)²⁵, um Projeto de Assentamento Rápido (PAR)²⁶ e cinco projetos são

²³ É importante ressaltar que parte do período destacado pelos autores (1968-1985) os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul eram apenas um, portanto muitos desses projetos após a divisão do estado, em 1977, passaram a fazer parte de Mato Grosso do Sul.

²⁴ Projeto de Colonização Oficial implantado pelo Incra em parceria previamente definida com empresas rurais de grande porte ou cooperativas (BRASIL, LEI Nº 4.504/1964).

²⁵ Consiste num conjunto de ações, em área destinada à reforma agrária, planejadas, de natureza interdisciplinar e multisetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços e recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares; a obtenção da terra, criação do projeto, seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito apoio a instalação e de crédito de produção (Pronaf A), infraestrutura básica, parcelamento do projeto e a titulação são de responsabilidade do Incra (BRASIL, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 30 DE MARÇO DE 2004).

²⁶ Projetos criados e titulados pela União visando a regularização de glebas rurais sob seu domínio; aporte de recursos basicamente referentes à demarcação topográfica; não havia o aporte de recursos para implantação de infraestrutura básica (BRASIL, LEI Nº 4.504/1964).

denominados pelo Incra como glebas. Ao todo foram assentadas 7.507 famílias em uma área de 8.154,37 km², correspondente a 0,9% da área total do Estado.

No início da década de 1980, Mato Grosso vivia um momento muito favorável à colonização. Além da característica de ser uma fronteira agrícola em expansão, o Estado tinha como governador Júlio Campos (1983-1986) que apresentava a meta de transformar o Estado no “*celeiro agrícola do Brasil*”, por meio da aceleração do processo de colonização do norte. Assim, durante o processo de colonização fixaram-se, em solo norte matogrossense, grupos mais estruturados e amparados por empresas colonizadoras ou cooperativas (SIQUEIRA, 2002).

Deste modo, o processo de modernização associado às políticas de colonização do governo militar foi responsável pela criação de uma população excluída do direito de acesso à terra. Porém, a partir de 1986 esta população posseira foi a principal beneficiária das políticas de reforma agrária e criação de assentamentos rurais no Estado (FERREIRA *et al.*, 2009).

3.4.2. Os programas de reforma agrária matogrossense

Apesar da desigualdade de renda, da presença marcante dos grandes latifúndios e de uma agricultura altamente modernizada e produtiva, a partir da segunda metade da década de 1980, o Estado de Mato Grosso passou a ser cenário de programas de reforma agrária, implantados através de políticas governamentais. Segundo Fernández & Ferreira (2004), a partir de então os assentamentos rurais passaram a desempenhar o papel de formação do espaço rural que, anteriormente foi desempenhado pelos programas de colonização.

Para Bergamasco *et al.* (1997), os assentamentos de reforma agrária são ambientes estratégicos e constituem em um novo modelo de integração da população rural, em um contexto preciso de redistribuição da propriedade fundiária, tendo como origem a transferência dos beneficiários e, conseqüente necessidade de readaptação a um novo espaço de vida e trabalho.

De acordo com dados do Incra, somente em 1986 ocorreu a primeira desapropriação de terra para fins de reforma agrária no Estado: uma área de 5.806,8 hectares, onde foram assentadas 152 famílias, localizada no município de Alto Paraguai, o qual hoje é denominado PA Capão

Verde. Esta desapropriação foi marcada por conflitos e luta pela terra, que culminaram no assassinato do posseiro Henrique Trindade em 4 de setembro de 1982 (WITTER, 2008).

Desde a criação do PA Capão Verde, muitos outros projetos de reforma agrária foram criados, inclusive em modalidades diferentes, sendo que no período de 1986 a 2011, foram implantados no Estado de Mato Grosso 530 projetos de assentamentos, dos quais, 73,0% pelo governo federal (Incra), 24,0% pelo governo estadual (Intermat) e 3,0% são iniciativas municipais (Tabela 6). Ao todo foram assentadas, sob diferentes formas (desapropriação, arrecadação, regularização fundiária), 76.285 famílias numa área de 5.254.514,15 hectares, correspondente a 5,8% da área total do Estado e a 11% da área total dos estabelecimentos agropecuários desse Estado registrados no Censo Agropecuário de 2006²⁷.

²⁷ De acordo com o Censo Agropecuário 2006 o Estado de Mato Grosso possuía uma área total de 478.055,14 km² dos estabelecimentos agropecuários (BRASIL, 2009a).

Tabela 6. Assentamentos rurais do Estado de Mato Grosso, por modalidade, no período de 1979 a 2011.

Modalidade/Sigla	Número de Assentamentos	Área (ha)	Número de Famílias
Projeto de Assentamento Federal (PA)	382	4.068.075,49	63.167
Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) ²⁸	5	77.349,19	1.137
Total do Governo Federal	387	4.145.424,68	64.304
Projeto de Assentamento Estadual (PE) ²⁹	127	1.106.589,92	11.350
Total do Governo Estadual	127	1.106.589,92	11.350
Projeto de Assentamento Casulo (PCA) ³⁰	16	2.499,55	631
Total dos Governos Municipais	16	2.499,55	631
Total Geral	530	5.254.514,15	76.285

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de BRASIL (2012).

FERREIRA *et al.* (2009) afirmam que o quadro dos assentamentos rurais em Mato Grosso reflete o significado das lutas sociais no Estado. Os autores, realizando uma análise do panorama dos assentamentos até o ano de 2009, chamam a atenção para o período de 1986 a 1996, que abrange o Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) em Mato Grosso e as políticas de assentamento dos governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, onde

²⁸ Modalidade de projeto criada para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas, destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental; A obtenção da terra, criação do Projeto, a seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito Apoio à Instalação e de crédito de produção (Pronaf A), Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) e a Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade do Incra (BRASIL, PORTARIA/INCRA/P Nº 477, DE 04 DE NOVEMBRO DE 1999).

²⁹ Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários, o aporte de recursos de crédito e infraestrutura e titularização são de responsabilidade das Unidades Federativas; Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (Pronaf A), mediante convênio e no aporte de recursos relativos a Infraestrutura básica; O Incra reconhece os Projetos Estaduais como Projetos de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para esse Programa (BRASIL, NORMA DE EXECUÇÃO INCRA Nº 37, DE 30 DE MARÇO DE 2004).

³⁰ Projeto de Assentamento criado pelo município; A União pode participar com os recursos para indenização de benfeitorias, mas a terra é obtida e titulada pelo município; Aporte de recursos de Crédito Apoio à Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) do Incra; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade dos Governos Federal e Municipal; Diferencia-se pela proximidade à centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas Programa (NORMA DE EXECUÇÃO INCRA Nº 37, DE 30 DE MARÇO DE 2004).

a criação dos assentamentos concentra-se no ano de 1987 e, posteriormente, 1995/96, conforme pode ser visualizado na Figura 4.

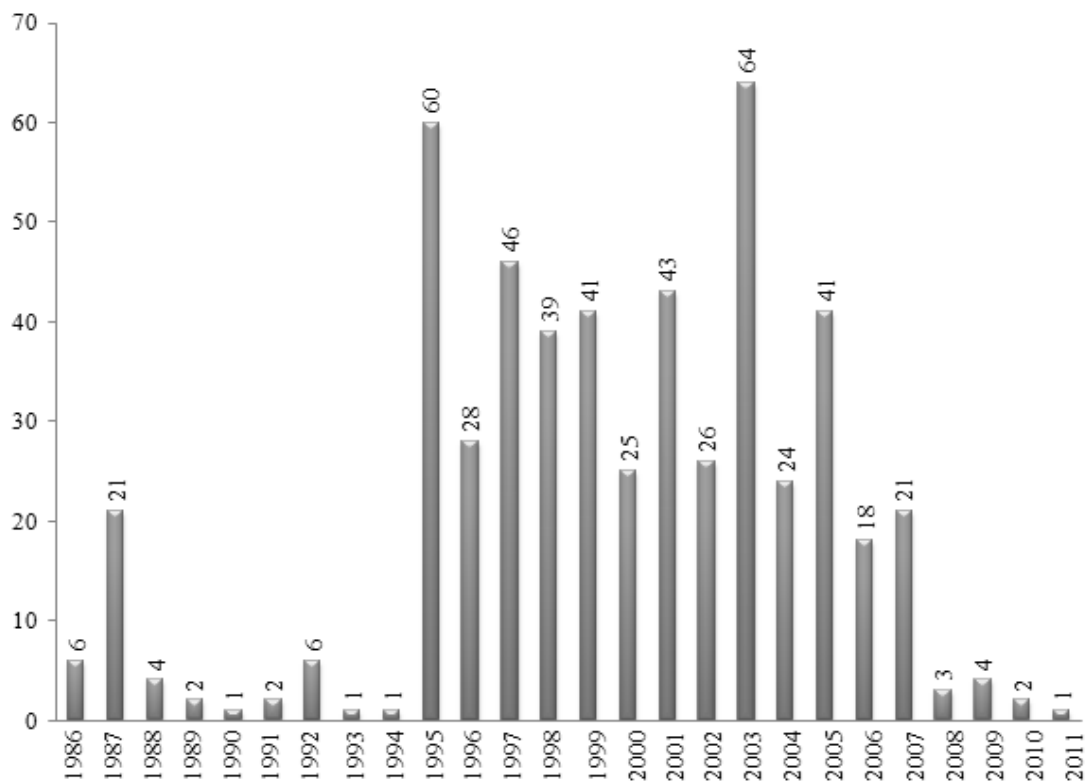


Figura 4. Assentamentos no Estado de Mato Grosso no período de 1979 a 2011. Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do INCRA (2012).

Como consequência, estes números refletem também na quantidade de famílias assentadas ao longo deste período no território matogrossense (Figura 5).

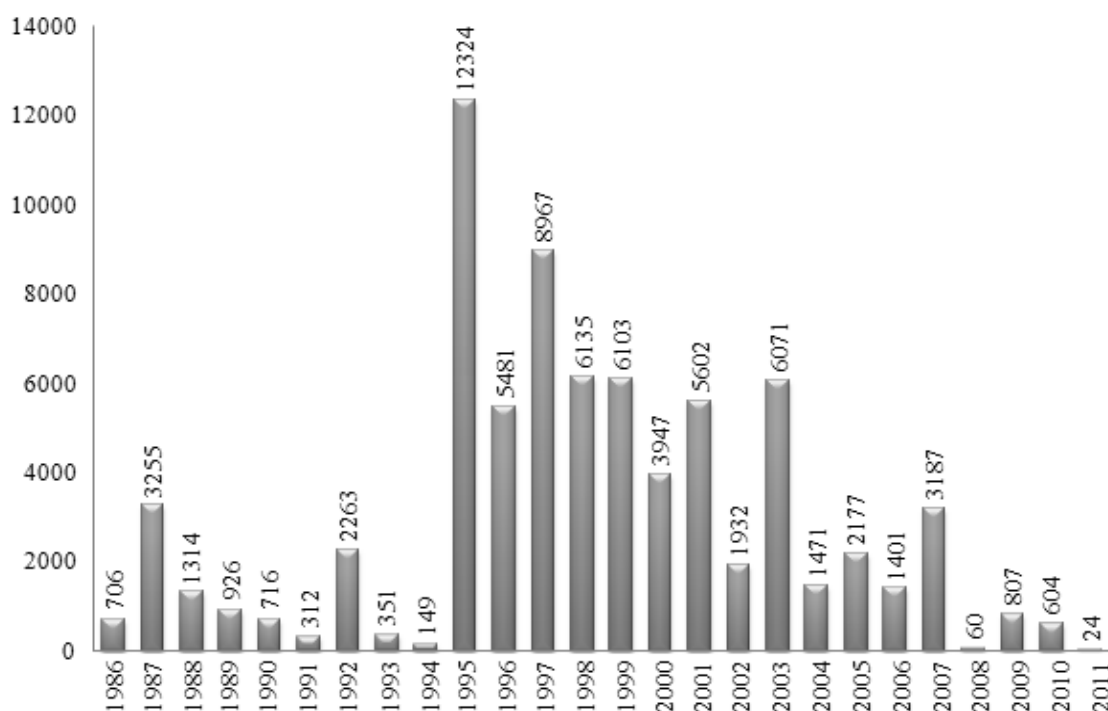


Figura 5. Número de famílias assentadas no Estado de Mato Grosso no período de 1979 a 2011. Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do INCRA (2012).

Um conjunto de acontecimentos, tanto na esfera federal³¹ como estadual, ajudam a compreender porque a criação de assentamentos de reforma agrária em Mato Grosso se concentrou no ano de 1987, reduzindo nos anos seguintes e voltando a aumentar em 1995.

Entre 1983 e 1986, Mato Grosso foi governado por Júlio Campos, que priorizou acelerar o processo de colonização da região norte do Estado. Posteriormente, esta Unidade da Federação passou a ser governada por Carlos Bezerra (1987-1990). Segundo Ferreira (2001), sob o *slogan* “*em direção ao social*”, este governo baseou-se no apoio aos pequenos e médios projetos agropecuários, loteando colônias agrícolas e distribuindo terras a agricultores familiares. Constata-se, portanto, governos favoráveis ao estabelecimento de assentamentos rurais no Estado no ano de 1987.

Ferreira *et al.* (2009) atribuem o crescimento do número de assentamentos e famílias assentadas no Estado de Mato Grosso, após 1995, a uma resposta política dos governos estadual e

³¹ Mais detalhes no subitem 3.3. A redemocratização e a reforma agrária brasileira.

federal às mobilizações dos movimentos de trabalhadores rurais sem terra e as lutas localizadas dos movimentos autônomos pela terra que se multiplicavam por meio dos acampamentos rurais.

Entretanto, apesar dos números indicarem um aumento nos assentamentos, principalmente na última década do século XX e início do século XXI, segundo Lamera & Figueiredo (2008) em geral, constata-se a carência de infraestrutura, de acesso ao crédito e a serviços básicos. Porém, para Antuniassi *et al.* (1993), apesar das discontinuidades das políticas públicas, os assentamentos rurais vêm apresentando resultados positivos, colocando-se como uma estratégia de políticas de integração social, já que possui potencialidades na geração de empregos e aumento do nível de renda das famílias assentadas.

3.4.3. A Agricultura no Estado de Mato Grosso

Conforme já mencionado, o desenvolvimento da agricultura no Estado de Mato Grosso, de forma semelhante ao que aconteceu no restante do Brasil, tem como principal referência o modelo introduzido a partir da Revolução Verde, firmando-se propriedades com extensas áreas de terras (Tabela 7).

Tabela 7. Número, área total e área média dos estabelecimentos agropecuários no Estado de Mato Grosso, no período de 1970 a 2006.

Ano	Número	Área total (ha)	Área média (ha)
1970	46 090	17 274 745	374,80
1975	56 118	21 949 146	391,12
1980	63 383	34 554 548	545,17
1985	77 921	37 835 651	485,56
1995/96	78 762	49 839 631	632,79
2006	112 978	47 805 514	423,14

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados dos Censos Agropecuários.

Os dados do Censo Agropecuário representam a principal fonte de informações para analisar a distribuição da posse da terra no país. Porém, as mudanças do período de coletas ocorridas entre o ano de 1985, 1995/96 e, posteriormente, em 2006 geram problemas ao comparar os dados. Até 1985, e no censo de 2006, o período de referência foi o ano civil (01/01 a 31/12),

enquanto o censo de 1995/96 possui o ano agrícola como referência (01/08/95 a 31/07/96). Desse modo, os resultados do Censo não são estritamente comparáveis (BRASIL, 2009).

Nas estimativas da distribuição da posse da terra é necessário considerar a influência da mudança no período de coleta dos dados (BRASIL, 2009), de modo que, ao considerar os censos, é necessário avaliar a possibilidade de as variações nos resultados serem explicadas, em parte, pela alteração do período de referência das pesquisas, do ano civil para o ano agrícola, e não apenas por uma mudança real na estrutura fundiária.

De acordo com Hoffmann (2007) citado por Hoffmann & Ney (2010), estas considerações, na comparação dos dados de distribuição da posse da terra, entre os censos agropecuários deve ser feita porque são mais fáceis identificar a existência de estabelecimentos agrícolas precários e temporários no país no período que vai do plantio à colheita da safra. Além disso, há a possibilidade de encontrar maior número de produtores na condição de parceiros e arrendatários, pois estes após o fim da safra devolvem a terra ao seu dono e deixam o estabelecimento. Deste modo, no Censo Agropecuário 1995/96, cuja coleta de dados foi realizada a partir de agosto de 1996, quando parte da agricultura temporária da safra 1995/96 deixou de existir, deve omitir um número maior de estabelecimentos precários, ou seja, a coleta dos dados do Censo de 1995/96 a partir do mês de agosto, tende a excluir maior número de estabelecimentos temporários do que se fosse realizada a partir do mês de abril, tal como no Censo Agropecuário de 2006.

Os autores ressaltam, ainda, que é importante lembrar a mudança no conceito de estabelecimento agropecuário, tendo em vista que, a partir do Censo Agropecuário de 1975, o IBGE passou a “*considerar como um único estabelecimento parcelas descontínuas localizadas em um mesmo setor de enumeração*” (HOFFMANN, 2010 CITADO POR HOFFMANN & NEY, 2010, p. 9).

Em 2006, o Censo Agropecuário identificou no Estado de Mato Grosso 112.978 estabelecimentos agropecuários ocupando uma área de 47.805.514 hectares, dos quais 86.167 estabelecimentos (76,27%) são familiares, que ocupam uma área de 4.884.212 hectares, o que corresponde a 10,22% da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários no Estado.

Na ocasião, a área média dos estabelecimentos familiares era de 56,68 hectares, enquanto os estabelecimentos não familiares representavam 23,73% do total dos estabelecimentos, ocupando 89,78% da área total, com área média de 1.600,88 hectares.

Comparando estes dados com a análise realizada por Lamera (2008) utilizando dados do Censo Agropecuário de 1995/96, no Estado de Mato Grosso houve uma redução da área média dos estabelecimentos familiares que, naquele Censo, foi de 84,70 hectares, porém, apesar disso, houve um aumento de 0,59% da área utilizada em relação à 1995/96, quando a agricultura familiar ocupava uma área equivalente a 9,63% do total da área utilizada pela agropecuária no Estado.

Comparando os dados desta Unidade da Federação com os dados nacionais, temos que o número de agricultores familiares em Mato Grosso representam 1,97% do total de estabelecimentos familiares identificados no Brasil (4.367.902 estabelecimentos agropecuários), confirmando a forte concentração fundiária presente neste Estado (CAVALCANTE & FERNANDES, 2006; HOFFMANN & NEY, 2010), cujo Índice de Gini³² da distribuição da posse da terra, em 2006, foi de 0,865, sendo o 2º maior do país³³ (BRASIL, 2009a).

Apesar do elevado Índice de Gini encontrado em Mato Grosso houve uma redução do valor ao longo dos anos, principalmente entre os anos 1985 e 1995/96 (Tabela 8).

Tabela 8. Evolução do Índice de Gini do Estado de Mato Grosso no período de 1975 a 2006.

		Índice de Gini			
Ano	1975	1980	1985	1995/96	2006
Valor	0,944	0,922	0,910	0,871	0,865

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados dos Censos Agropecuários.

Além da mudança no período de coleta, outro fator a ser considerado para explicar a alteração do Índice de Gini é a proposta do I PNRA que reafirmava no Art. 15 do Estatuto da Terra que “a implementação da Reforma Agrária em terras particulares será feita em caráter prioritário, quando se tratar de zonas críticas ou de tensão social” e as propriedades produtivas permaneceriam intocadas. De acordo com Bergamasco & Norder (2003), nos meses seguintes à

³² O Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de desigualdade da distribuição da renda em determinado grupo, mas pode ser usado também para medir o grau de concentração da terra, riqueza, entre outras. É um índice que varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1, maior o grau de concentração.

³³ O maior Índice de Gini é registrado para o Estado de Alagoas (0,871).

proposta do I PNRA, uma área poderia tornar-se produtiva em questão de horas, uma vez que, passou a encontrar-se no mercado empresas especializada numa espécie de “produtivização” da terra. Além disso, um Decreto-Lei de outubro de 1987³⁴ em seu art. 5º determinava para efeitos de reforma agrária a desapropriação por interesse social de áreas inexploradas, cuja área fosse superior a 1500 hectares na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, 1 000 hectares na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, 500 hectares na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e 250 hectares no restante do País. Nesta ocasião, a estratégia dos agricultores foi a divisão de grandes áreas em estabelecimentos menores, passando o cadastro em nome de pessoas de confiança e aumentando o número de estabelecimentos no meio rural, consequentemente “reduzindo” o Índice de Gini.

Na ocasião do Censo Agropecuário 2006, do total de estabelecimentos em Mato Grosso, 88.715 (78,52%) tinham acesso às terras na condição de proprietários, sendo que destes 65.293 (73,60%) são estabelecimentos familiares ocupando 8,54% da área total dos estabelecimentos agropecuários do estado e, 23.422 (26,40%) são estabelecimentos não familiares que ocupam 91,46% da área (Tabela 9).

³⁴ Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De12363.htm. Este Decreto-Lei foi posteriormente rejeitado em alguns pontos pelo Decreto Legislativo nº 2 de 1989.

Na Lei Agrária de 1993 são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena (1 a 4 módulos fiscais) e a média propriedade rural (superior a quatro e até quinze módulos fiscais), desde que o seu proprietário não possua outra propriedade rural.

Tabela 9. Condição do produtor em relação às suas terras no Estado de Mato Grosso, 2006.

Condição do produtor em relação à terra	Agricultura		Total
	Familiar	Não Familiar	
Proprietários			
Nº de Estabelecimentos	65.293	23.422	88.715
Área (ha)	3.853.531	41.294.029	45.147.560
Assentado sem titulação definitiva			
Nº de Estabelecimentos	15.080	1.828	16.908
Área (ha)	778.471	203.591	982.061
Arrendatário			
Nº de Estabelecimentos	871	783	1.654
Área (ha)	55.082	1.064.113	1.119.195
Parceiro			
Nº de Estabelecimentos	254	80	334
Área (ha)	7.719	42.626	50.345
Ocupante			
Nº de Estabelecimentos	3.710	641	4.351
Área (ha)	189.409	316.943	506.353
Produtor sem área			
Nº de Estabelecimentos	959	57	1.016

Fonte: Modificada pela autora de Brasil (2009a).

Dos 4.884.212 hectares pertencentes à agricultura familiar em Mato Grosso, apenas 7% são destinados ao cultivo de lavouras, enquanto 28% da área é ocupada por matas, florestas ou sistemas agroflorestais. Porém, a maior parte dessa área, 63% é destinada à pastagens (Figura 6).

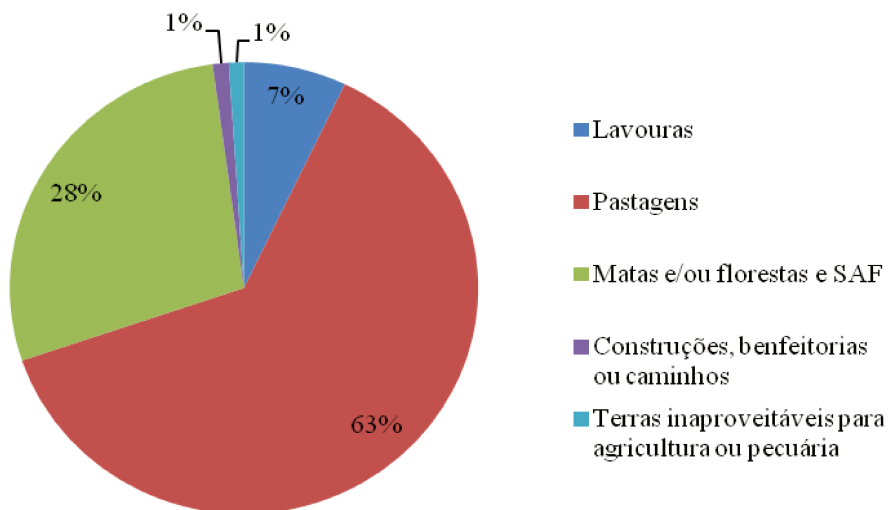


Figura 6. Utilização das terras nos estabelecimentos da agricultura familiar, Mato Grosso, 2006.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Censo Agropecuário 2006.

Em contraposição, da área ocupada pela agricultura não familiar (42.921.302 hectares) 14% é destinada à lavouras, 44% esta coberta por pastagens e 40% com matas e/ou florestas ou sistemas agroflorestais (Figura 7).

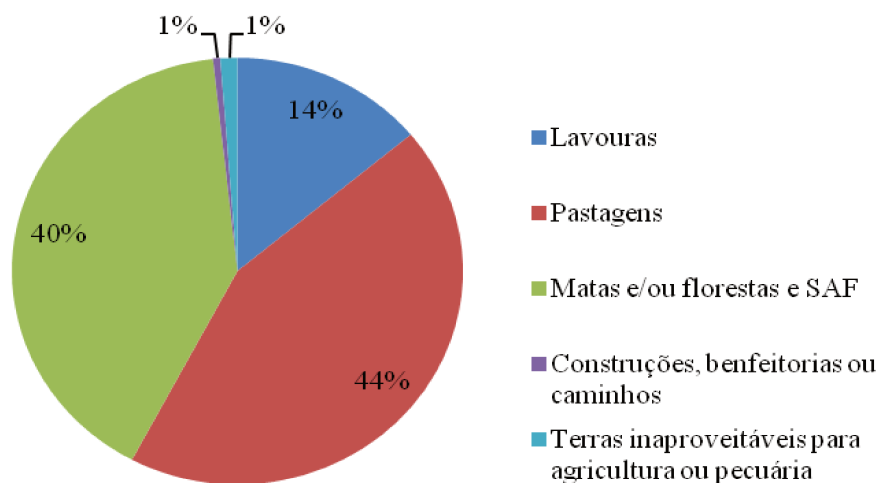


Figura 7. Utilização das terras nos estabelecimentos da agricultura não familiar, Mato Grosso, 2006. Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Censo Agropecuário 2006.

A utilização das terras nos estabelecimentos familiares reflete na participação deste segmento na produção de alimentos vegetais e animais. Deste modo, apesar dos dados demonstrarem que a agricultura familiar representa a maioria absoluta dos estabelecimentos agropecuários, cultiva numa área consideravelmente menor em Mato Grosso e apresenta produção total para as principais culturas produzidas no Estado inferior a agricultura patronal ou não familiar (Tabela 10). Porém, merece destaque na agricultura familiar a produção agrícola, principalmente da mandioca e do café (86,28% e 88,94%, respectivamente).

Além da diferença de área ocupada, a agricultura patronal ou não familiar realiza produção utilizando-se dos pacotes tecnológicos introduzidos pela revolução verde, os quais aumentam a produção de extensas áreas de monocultura, enquanto a agricultura familiar possui lotes com menores áreas e procura estabelecer sistemas de produção focados na biodiversidade, na valorização do trabalho familiar, na produção de alimentos destinados à segurança alimentar e nutricional da população.

Além disso, um segundo fator que favorece o aumento da produção é o recebimento de um serviço de assistência técnica e extensão rural (Ater) integral e contínuo. Neste sentido, a agricultura familiar matogrossense apresenta desvantagem, pois o serviço de Ater público não dá conta de atender os potenciais beneficiários, enquanto que a agricultura patronal dispõe de recurso para pagar o serviço de Ater privado. No entanto, cabe ressaltar que, mesmo a agricultura não familiar utilizando um aporte tecnológico e financeiro superior, de modo geral, a produtividade (produção/área colhida) das culturas na agricultura familiar não está muito aquém.

Tabela 10. Participação da agricultura familiar em algumas culturas selecionadas pelo Censo Agropecuário 2006 no Estado de Mato Grosso.

Agricultura				Participação da Agricultura Familiar (%)
Variáveis selecionadas	Familiar	Não Familiar	Total	
Arroz em casca				
Nº de Estabelecimentos	5.012	907	5.919	84,68
Produção (Kg)	44.151.681	280.861.064	325.012.745	13,58
Área colhida (ha)	22.552	120.451	143.003	15,77
Feijão em grão (Preto, de cor, fraldinha, caupi, de corda ou macáçar)				
Nº de Estabelecimentos	2.238	261	2.499	89,56
Produção (Kg)	4.570.173	23.189.881	27.760.054	16,46
Área colhida (ha)	3.994	13.552	17.546	22,76
Mandioca				
Nº de Estabelecimentos	8.837	1.574	10.411	84,88
Produção (Kg)	93.509.328	14.871.947	108.381.275	86,28
Área colhida (ha)	11.460	2.044	13.504	84,86
Milho em grão				
Nº de Estabelecimentos	8.525	2.815	11.340	75,18
Produção (Kg)	227.981.659	3.893.624.647	4.121.606.306	5,53
Área colhida (ha)	100.810	1.023.119	1.123.929	8,97
Soja				
Nº de Estabelecimentos	944	2.755	3.699	25,52
Produção (Kg)	336.834.425	10.322.489.678	10.659.324.103	3,16
Área colhida (ha)	120.600	3.624.956	3.745.556	3,22
Café (arábica e canephora)				
Nº de Estabelecimentos	4.465	482	4.947	90,26
Produção (Kg)	6.037.369	750.582	6.787.951	88,94
Área colhida (ha)	6.964	894	7.858	88,62

Fonte: Modificada pela autora de Brasil (2009a).

Apesar de Mato Grosso configurar-se como o maior produtor nacional de grãos, carrega consigo as marcas das políticas de incentivos fiscais e ações estatais ocorridas no século XX, que incorporaram definitivamente o território ao espaço produtivo brasileiro, por meio da implantação de grandes projetos agropecuários viabilizando significativas transformações, em curso até os dias de hoje na base produtiva do Estado, com uma agricultura modernizada e uma pecuária que tende a se especializar consolidando o complexo grãos/carne, que tem concentrado grande parte da produção em extensas áreas da agricultura patronal ou não familiar.

Em relação a produção animal, apesar da agricultura não familiar ser responsável por apenas 25,3% dos estabelecimentos que exploram a atividade pecuária bovina, este segmento detém 78,7% do total de cabeças dessa espécie animal no Estado, enquanto a agricultura familiar responde pela maior produção de leite de vaca (72,5%) e leite de cabra (64,9%), além disso, possuíam 27,0% do plantel de aves, 30,4% do plantel de suínos e eram responsáveis, em 2006, por 39,6% de toda produção de ovos do Estado de Mato Grosso (Tabela 11).

Tabela 11. Participação da agricultura familiar na produção animal no Estado de Mato Grosso, 2006.

Variáveis selecionadas	Agricultura Familiar	Não Familiar	Total	Participação da Agricultura Familiar (%)
Bovinos				
Nº de Estabelecimentos	60.808	20.566	81.374	74,7
Nº de cabeças	4.220.037	15.587.522	19.807.559	21,3
Leite de vaca				
Nº de Estabelecimentos	26.192	7.107	33.299	78,7
Produção de leite (litros)	374.943.786	142.361.219	517.305.005	72,5
Leite de cabra				
Nº de Estabelecimentos	38	16	54	70,4
Produção de leite (litros)	45.764	24.724	70.488	64,9
Aves				
Nº de Estabelecimentos	51.247	14.261	65.508	78,2
Nº de cabeças	18.468.072	47.524.989	65.993.061	27,0
Produção de ovos (dz)	7.489.158	11.438.449	18.927.607	39,6
Suínos				
Nº de Estabelecimentos	28.675	8.602	37.277	76,9
Nº de cabeças	393.291	898.931	1.292.222	30,4

Fonte: Modificada pela autora de Brasil (2009a).

Muitos estudos, em nível nacional, comprovam a importância da agricultura familiar como principal fonte de ocupação da força de trabalho no meio rural brasileiro (Guanziroli *et al.*, 2001; Kageyama *et al.*, 2011). No Estado de Mato Grosso, o Censo Agropecuário de 2006 registrou 215.117 pessoas vinculadas à agricultura familiar, o que representava 60,03% do pessoal ocupado no meio rural, aproximadamente 0,0440 pessoas por hectare pertencente a este segmento da agricultura no Estado. Por outro lado, os estabelecimentos não familiares ocupavam 143.204 pessoas, o que corresponde a 39,97% da mão de obra ocupada no campo e emprega 0,0033 trabalhadores por hectare (Tabela 12).

Tabela 12. Pessoal ocupado nos estabelecimentos no Estado de Mato Grosso, 2006.

Agricultura	Total	(%)	Sexo			
			Homens		Mulheres	
			Total	(%)	Total	(%)
Familiar	215.117	60,03	140.366	39,17	74.751	20,86
Não Familiar	143.204	39,97	119.148	33,25	24.056	6,72
Total	358.321	100,00	259.514	72,42	98.807	27,58

Fonte: Modificada pela autora de Brasil (2009a).

Nesta Unidade da Federação, 27,58% do pessoal ocupado no campo são mulheres, sendo que deste total 75,65% estão vinculadas à agricultura familiar, o que representa 1/5 do pessoal ocupado no meio rural matogrossense, afirmando este segmento como importante gerador de emprego às mulheres do meio rural.

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

De acordo com Richardson *et al.* (2009, p. 70), “*em sentido genérico, método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos*”. Neste sentido, este capítulo está dividido em duas partes: 1) visando compreender o contexto em que a pesquisa se insere, é apresentada uma caracterização da área de estudo, tanto do município como do Projeto de Assentamento onde a pesquisa foi realizada; 2) posteriormente, são apresentadas as técnicas de pesquisas adotadas para a concretização da mesma e obtenção dos resultados.

4.1. Caracterização da área de estudo

4.1.1. Histórico e localização do município de Paranaíta/MT

O município de Paranaíta está localizado ao Norte do Estado de Mato Grosso (Figura 8), distante 880 km da capital, Cuiabá. Possuindo altitude média de 249 metros, latitude 09°39'53" sul e longitude 56°28'36" oeste, Paranaíta possui em seus limites os municípios matogrossenses de Apiacás, Nova Monte Verde (Oeste) e Alta Floresta (Leste e Sul) e o município paraense de Jacareacanga (Norte).

Paranaíta ocupa uma área de 483.014,30 ha no Bioma Amazônico e, em virtude de possuir elevado potencial turístico, ficou conhecida como a capital do Turismo de Aventura na Amazônia Matogrossense³⁵. O município é sede do Sítio Arqueológico da Pedra Preta, lugar conhecido entre os especialistas por ser abrigo de um dos maiores painéis de pictogravuras do mundo, além de possuir as corredeiras Sete Quedas e Andradas, no Rio Teles Pires, um dos maiores rios do

³⁵ Esta denominação foi substituída pela Capital da Energia em virtude de estar sendo construída na cidade a Hidrelétrica Teles Pires (UHE Teles Pires), segunda maior usina em construção hoje no Brasil. De acordo com notícia veiculada no G1 em 15 de novembro de 2011 “*A Hidrelétrica Teles Pires, que terá potência instalada de 1.820 megawatts, foi arrematada no último leilão de geração de 2010 e tem previsão para começar a operar em 2015. A companhia responsável pelo projeto tem entre seus acionistas Neoenergia (50,1%), Furnas (24,5%), Eletrosul (24,5%) e Odebrecht (0,9%)*”.

Estado de Mato Grosso, a Lagoa Azul, uma nascente no meio da floresta, berçário de muitas espécies da Bacia Amazônica que ajuda a formar a biodiversidade da Floresta Amazônica brasileira.

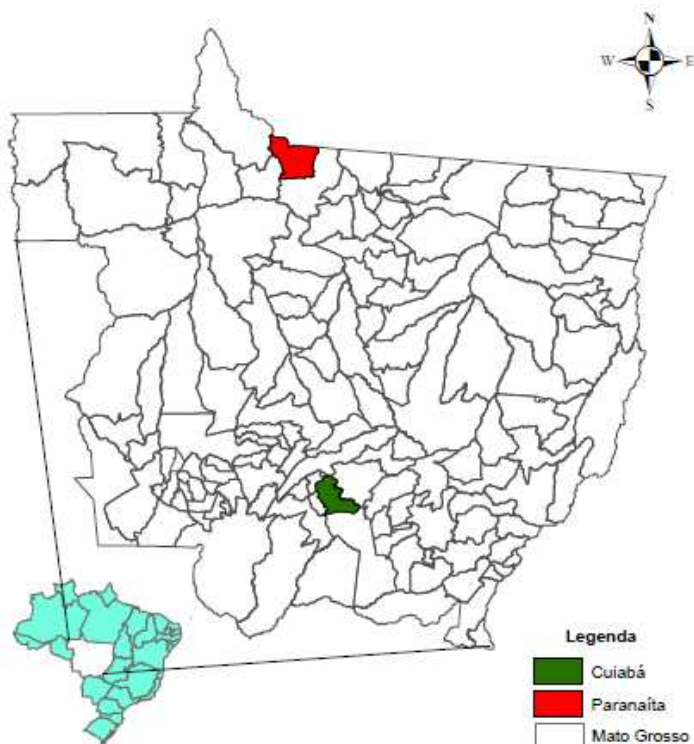


Figura 8. Localização do Município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso. Fonte: Elaborada por CAVALETT, J (2013).

Historicamente, o município surgiu no final da década de 1970, a partir de um projeto idealizado pelo colonizador Ariosto da Riva em 1974, ano em que o colonizador adquiriu, a baixos preços, 400 mil hectares de terras devolutas no norte do Estado de Mato Grosso.

Inicialmente, Paranaíta foi um distrito pertencente ao município de Alta Floresta e, a partir de 1986, com a Lei nº 5.004, de 13 de maio, foi elevada a categoria de Município do Estado de Mato Grosso (FERREIRA, 2001). Mais tarde, no início da década de 1990, com o fim do ouro, a economia do município sofreu o impacto, mas logo surgiram alternativas econômicas, destacando-se a atividade madeireira no final do século passado, pecuária de corte e de leite no início do século XXI.

4.1.2. Características edafoclimáticas de Paranaíta/MT

O município de Paranaíta está inserido na Bacia Hidrográfica Amazônica e possui características de clima tropical. De acordo com a classificação de Köppen, o clima local é Aw, onde “A” caracteriza uma região com clima tropical chuvoso, no qual a temperatura média do mês mais frio do ano é superior a 18°C e “w” caracteriza a ocorrência de um inverno seco com precipitação média inferior 60 mm em pelo menos um mês da estação (SÁ JUNIOR, 2009; EMPAER/MT, 2010).

A pluviosidade média anual do município varia entre 2.000 e 2.400 mm, sendo que o período de seca pode chegar a 5 meses (maio a setembro) e o período chuvoso ocorre, de modo geral, de outubro a abril e pode atingir um excedente hídrico de 1.000 a 1.300 mm (EMPAER/MT, 2010). O elevado volume de chuvas em curto período de tempo contribui para a formação de muitas nascentes e córregos de regime intermitentes na zona rural. Além disso, a Empresa Matogrossense de Pesquisa e Extensão Rural aponta que a temperatura média anual do município de Paranaíta oscila entre 24°C e 26°C e nos períodos mais críticos de estiagem a umidade relativa do ar pode ser inferior a 20%.

Em relação ao relevo, em Paranaíta predomina relevo suavemente ondulado, com presença de manchas de relevo ondulado e fortemente ondulado (EMPAER/MT, 2010).

De acordo com a Seplan/MT (2004) citado por Empaer/MT (2010) as classes de solos presentes no município com maior predominância são os Argissolos vermelho-amarelos distróficos, Gleissolos e Latossolos vermelho-amarelos distróficos.

Por estar situada no Bioma Amazônico, Paranaíta apresenta em sua vegetação natural, predominantemente, Floresta Ombrófila, porém, é possível encontrar faixas menores de Cerrado, caracterizando a transição dos biomas e conferindo ao município uma posição estratégica enquanto “barreira” ao avanço da fronteira agrícola na Amazônia Legal.

4.1.3. População, economia e agricultura do município de Paranaíta/MT

Segundo o Censo Demográfico de 2010, naquele ano o município possuía uma população total de 10.684 habitantes, dos quais 5.653 residiam no meio urbano e 5.031 residiam no meio rural, representando 52,9% e 47,1%, respectivamente, demonstrando haver equilíbrio entre a população rural e urbana. Semelhante ao que ocorre na maioria dos municípios do Estado de Mato Grosso, em Paranaíta há predominância de pessoas oriundas dos estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil (33,90% e 45,4%, respectivamente), resultado das políticas de incentivo à colonização do Estado ocorridas, principalmente, nas décadas de 1970 e 1980.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), calculado para o período de 2000 a 2010 para o município, houve um aumento de 576%, crescimento este superior ao do Estado de Mato Grosso (401%) e do Brasil (320%) no mesmo período. Observa-se também alteração na composição do PIB municipal, de modo que houve uma inversão da contribuição entre as atividades econômicas da agropecuária e os serviços, participando, respectivamente, em 38,95% e 51,04% em 2000 e 60,95% e 33,59% em 2010. A maior contribuição da agropecuária esta relacionada, principalmente, com o aumento do rebanho de bovinos que passou de 133.136 cabeças para 406.091 cabeças, aumento de 305% no período de 2000 a 2010, o que elevou Paranaíta para o 20º maior rebanho do Estado³⁶.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o município de Paranaíta possuía 2.020 estabelecimentos agropecuários em um total de 367.160 hectares, cuja principal atividade econômica é a pecuária e criação de outros animais (Figura 9). Do total, 83,22%, ou seja, 1.681 são estabelecimentos agropecuários familiares que, juntos, ocupam área total de 105.777 hectares, apresentando importante participação nas atividades econômicas desenvolvidas no município.

³⁶ Em 2000, o rebanho do município de Paranaíta era o 51º maior do Estado de Mato Grosso.

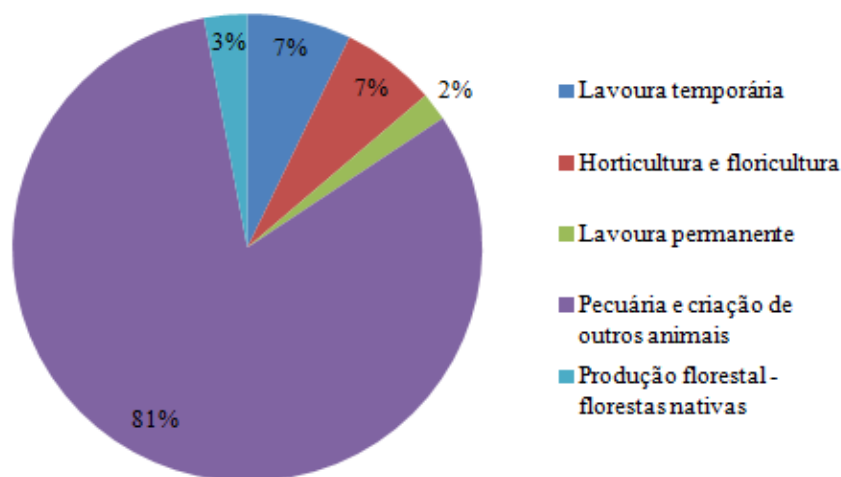


Figura 9. Estabelecimentos Agropecuários de acordo com a atividade econômica no Município de Paranaíta/MT. Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Censo Agropecuário de 2006.

Em 2006, o levantamento da produção municipal realizado pelo IBGE identificou que a produção agropecuária dos estabelecimentos familiares de Paranaíta é baseada na pecuária, principalmente de bovinos (82.188 cabeças), na produção de hortaliças e legumes, café (113.581 ton/ano), banana (28.018 ton/ano) e laranja (30.200 ton/ano). Além disso, aparecendo em menor quantidade produzida, porém ainda se sobressaindo a agricultura não familiar aparece a produção de cana-de-açúcar (872 ton/ano), mandioca (481 ton/ano) e feijão (19 ton/ano).

O rural do município de Paranaíta é formado por doze comunidades rurais e um Projeto de Assentamento, ligado ao Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso, com 48 famílias, PE Vila Rural Boa Esperança (Programa Nossa Terra Nossa Gente³⁷). De acordo com a Empaer/MT (2010), existia no município um processo de desapropriação para a implantação de um novo Plano de Assentamento Rural, que deve ser implantado na Fazenda Floresta Azul, com capacidade para vinte famílias, em lotes médios de setenta hectares, mas no ano de 2010 estava com 34 famílias acampadas.

³⁷ O Programa Nossa Terra Nossa Gente é implementado pelo Intermat em parceria com o Incra, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Secretaria de Estado de Infraestrutura e a Secretaria de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social e esta beneficiando famílias de trabalhadores rurais organizados em assentamentos agrários e vilas rurais do Intermat e do Incra. De acordo com o Intermat, este Programa investe na melhoria da qualidade de vida da população, por meio de uma distribuição mais justa de recursos, sendo mais do que uma alternativa complementar ao Programa Nacional de Reforma Agrária e oferecendo ao trabalhador rural oportunidade de retornar ao campo. Este programa já beneficiou 5.373 famílias no Estado de Mato Grosso.

Além disso, compondo o rural do município há um dos maiores Projeto de Assentamento Rural de reforma agrária do Estado de Mato Grosso, o Projeto de Assentamento São Pedro (Figura 10), onde a pesquisa foi realizada e, vizinho a este, há um acampamento com, aproximadamente, trinta famílias esperando a desapropriação da Fazenda Filizola.

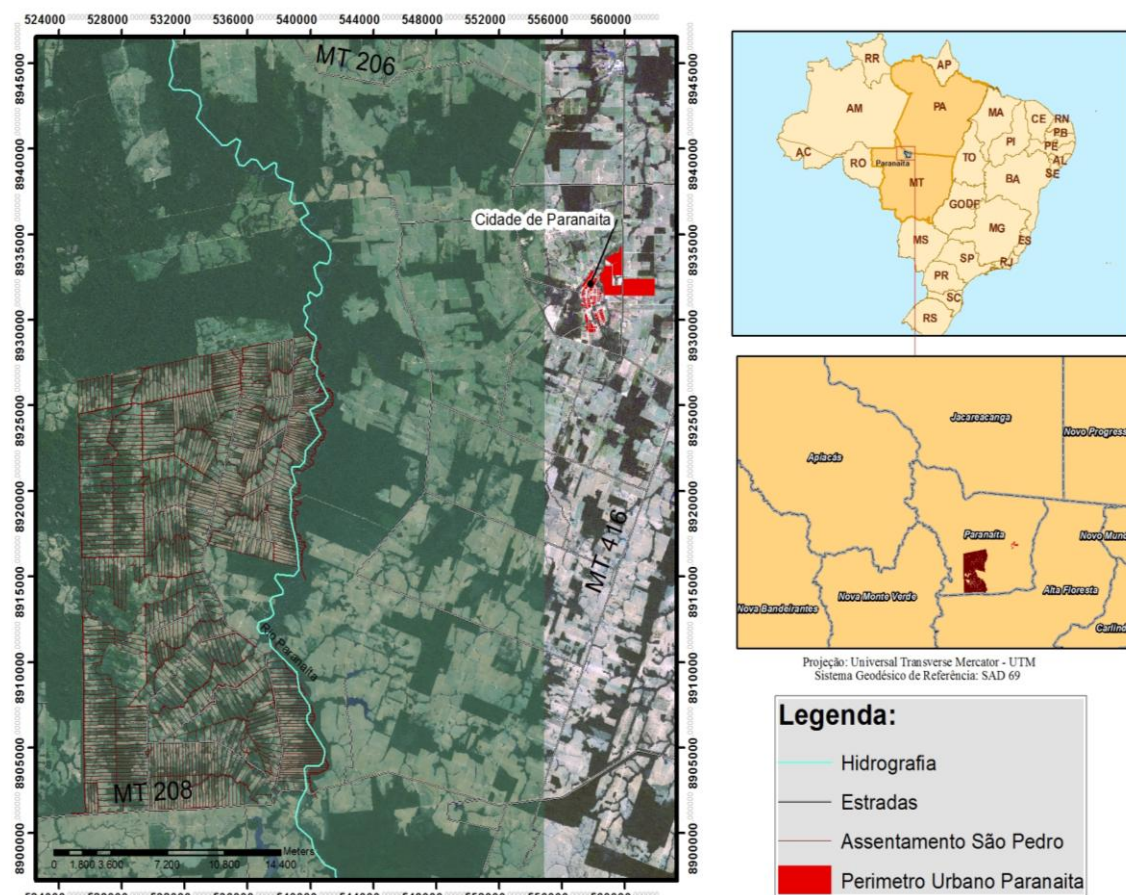


Figura 10. Localização do Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta, Mato Grosso, 2012.
Fonte: Elaborada Rocha Filho, J.A.

4.1.4. O Projeto de Assentamento São Pedro

O Projeto de Assentamento São Pedro (PA São Pedro) ocupa uma área de 35.000 hectares³⁸ (Anexo 1) e localiza-se a 54 km da sede do município de Paranaíta, sendo as principais vias de acesso pela rodovia federal BR-169 e pela rodovia estadual MT-208 que encontram-se parcialmente pavimentadas.

De acordo com o Projeto de Criação do PA São Pedro fornecido pelo Incra/MT, o assentamento possuía capacidade para 776 lotes e foram assentados 771 famílias e, de acordo com a Empaer/MT (2010) existiam no assentamento 634 famílias aptas a serem atendidas pelo Projeto Ates desenvolvido pela Empresa no ano de 2010.

As 634 propriedades identificadas no PA São Pedro são ocupadas por 2.939 pessoas, correspondendo a 58,41% do total de pessoas residente na zona rural e a 27,51% da população total do município de Paranaíta, deste total, há 1.333 mulheres e 1.606 homens (EMPAER/MT, 2010).

Conforme a relação de beneficiários do PA São Pedro de 09/07/2013, pode-se afirmar que existe uma predominância bastante evidente do titular do lote ser o homem, como mostra a Figura 11.

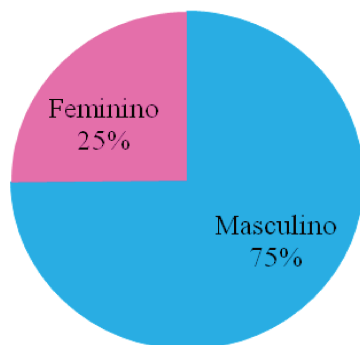


Figura 11. Beneficiários do PA São Pedro por sexo. Fonte: BRASIL (2013).

³⁸ Área ocupada pelo assentamento corresponde a 33,10% da área total ocupada pela agricultura familiar no município de Paranaíta.

A economia do assentamento está baseada principalmente na pecuária, tanto de leite como de corte e seu território esta dividido em 22 comunidades rurais³⁹, sendo elas: Sombra da Manhã, Jardim do Éden, Serra Dourada, Cláudia, Santa Marta, Bela Vista, Bom Jesus, Estrela D'alva, Arco Iris, Entre Rios, Nova União, Treze de Maio, Vale do Paraíso, Novo Paraíso, Rio Jordão, Sorriso, Santíssima Trindade, São Miguel, Nossa Senhora Aparecida, Dom Pedro II, São Marcos e São Lucas.

De acordo com a Empaer/MT (2010), as comunidades possuem suas entidades representativas locais e possuem uma entidade que representa a todas denominada Associação dos Produtores do Assentamento São Pedro (Quadro 2).

Quadro 2. Entidades representativas dos moradores do Assentamento São Pedro.

Comunidade	Entidade representativa dos moradores
Entre Rios	Associação dos Produtores Rurais Entre Rios.
Bela Vista	Associação dos Produtores Rurais Bela Vista.
Jardim do Éden	Associação dos Produtores Rurais Jardim do Éden.
Estrela D'alva	Associação dos Produtores Rurais Estrela D'alva.
Vale do Paraíso	Associação Comunitária dos Produtores Rurais Vale do Paraíso.
Sorriso	Associação dos Produtores Rurais Sorriso.
Serra Dourada	Associação Comunitária de Produtores Serra Dourada.
Arco Íris	Associação Arco Íris.
Sombra da Manhã	Associação Comunitária Rural Sombra da Manhã.
Santíssima Trindade	Associação Comunitária de Produtores Rurais Corumbiaria.
Nossa Senhora da Aparecida	Associação Comunitária Rural União da Vitória.
Novo Paraíso	Associação Comunitária Rural Novo Paraíso.
Dom Pedro II	Associação dos Produtores Rurais D. Pedro II.
Bom Jesus	Associação Comunitária Bom Jesus.
São Marcos	Associação dos Produtores Rurais São Marcos.
São Lucas	Associação dos Produtores Rurais São Lucas.
Rio Jordão	Associação dos Produtores Rurais Rio Jordão.
Nova União	Associação dos Produtores Rurais Nova União.
Claudia	Associação dos Pequenos Criadores Rurais de Claudia.

Fonte: Elaborado pela autora com base informações de Empaer/MT (2010).

³⁹ Comunidade é uma denominação dada pelos assentados aos núcleos existentes no assentamento, porém o Incra reconhece o Assentamento como um todo, utilizando esta divisão apenas para fins de melhor localização de endereço, uma vez que o PA São Pedro esta localizado em uma área bastante extensa.

4.2. Caminhos da pesquisa

Para uma melhor adequação do método à pesquisa realizada, optou-se por utilizar métodos quantitativos e qualitativos, bem como fontes de dados primários e secundários.

Os métodos quantitativos e qualitativos se diferenciam não só pela sistemática própria de cada um, mas também pela forma de abordagem do problema e, acabam se complementando dentro de uma pesquisa (MINAYO, 1999).

O método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc. [...] O método qualitativo difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas (Richardson *et al.*, 2009, p. 70).

Além disso, como dito anteriormente, foram coletados dados de fontes primárias e secundárias. De modo que, as fontes de dados primários são as que se constituem no foco de análise do pesquisador e ocorre quando o pesquisador coleta os dados direto (na fonte originária). Já as fontes de dados secundários são as que se constituem em um agente intermediário entre o foco da análise e o pesquisador, ocorrendo quando o pesquisador utiliza fontes de dados já existentes (VIEIRA NETO, 2004).

A fim de facilitar a compreensão das atividades desenvolvidas, estas foram divididas em duas etapas principais e subdividas dentro das etapas, conforme sistematizado na Figura 12 e descrito abaixo.

Tendo em vista que esta é a primeira dissertação de mestrado desenvolvida no Projeto de Assentamento São Pedro, pouco foi relatado em relação a história do mesmo, havendo grande dificuldade de encontrar fontes secundárias contendo tais informações. Dessa forma, optou-se por trabalhar em um primeiro momento com o:

1) levantamento histórico e as condições atuais do assentamento: esta etapa foi realizada em duas fases, com o objetivo de conhecer mais profundamente a área de estudo, levantando o histórico e as condições em que o assentamento encontra-se hoje, principalmente

junto à Superintendência Regional do Incra/MT e também junto à Entidades Públicas Municipais de Paranaíta.

Dentro dessa perspectiva foi realizado um **levantamento de dados secundários** por intermédio de pesquisa bibliográfica e documental em relatórios, livros, leis, resoluções, decretos e outros materiais disponíveis sobre o PA São Pedro. Além disso, foi realizado um levantamento junto às instituições que são responsáveis pelo desenvolvimento e implementação das políticas públicas – Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER/MT), Conab, CAEs, Secretarias Municipais –, de modo a conhecer a atuação destas dentro do assentamento e suas atuais condições.

Depois da coleta de dados secundários, foi realizado junto a algumas famílias do PA um **levantamento de dados primários**, com o objetivo de conhecer, do ponto de vista dos assentados, a história do Projeto de Assentamento.

Em função da coleta de dados secundários, nesta etapa foram selecionadas três famílias, tendo como critério de seleção o tempo de permanência no Assentamento (famílias que entraram no assentamento no ato da criação do mesmo) e de seu município de origem. Uma vez que há no Assentamento famílias oriundas de três municípios do Norte do Estado de Mato Grosso (Alta Floresta, Carlinda e Paranaíta)⁴⁰, foram selecionadas uma família de cada município para participar desta fase da pesquisa.

Após conhecida a área de estudo foi realizada a segunda etapa da pesquisa, que consistiu no:

2) levantamento com as famílias e instituições visando a análise das políticas públicas: esta etapa foi primordial para o alcance dos objetivos propostos e, ocorreu primeiramente junto às instituições responsáveis pelo desenvolvimento das políticas públicas por meio do **levantamento de dados primários junto às instituições** (Empaer/MT, Conab, CAEs, Secretaria de Estado de Educação e Secretarias Municipais de Educação e Agricultura), de modo analisá-las na perspectiva desses atores sociais;

Posteriormente, foi realizado um **levantamento de dados primários juntos as famílias**, o qual foi realizado por meio da aplicação de questionário semi-estruturado, validados anteriormente na forma de pré-teste junto a um pequeno grupo com as mesmas características da

⁴⁰ Ver mais detalhes da origem das famílias no item: **5. O Projeto de Assentamento São Pedro e as Políticas Públicas para agricultura familiar**; subitem: **5.1 PA São Pedro: Aspectos históricos e condições atuais.**

população das comunidades pesquisadas, conforme recomendado por Richardson *et al.* (1999). O pré-teste foi realizado com agricultores familiares assentados do PA São Pedro, porém de outras comunidades que não fariam parte da pesquisa.

Inicialmente, a proposta foi trabalhar com uma comunidade que tivesse acesso às políticas públicas e outra que não tivesse, porém na primeira etapa (**levantamento histórico e as condições atuais do assentamento**) identificou-se que todas as comunidades tiveram acesso ao Pronaf, mas o PAA e o Pnae não estavam sendo acessados pelas associações das comunidades e sim pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Paranaíta (uma associação de agricultores familiares tradicionais do município). Dessa forma, optou-se por trabalhar com a Comunidade Arco Iris (que não possui nome nenhum assentado no projeto enviado em 2012 à Conab para acesso ao PAA pela associação, ou na chamada pública do Pnae) e com a Comunidade Rio Jordão (que possui nome de diversos assentados nos projetos enviados em 2012 à Conab para acesso ao PAA pela associação, porém não estão presentes na chamada pública do Pnae).

A Comunidade Rio Jordão se caracteriza por ser a comunidade mais próxima do município de Paranaíta, possuindo uma das principais entradas para o Projeto de Assentamento São Pedro. É composta por 62 lotes rurais, porém foram aplicados questionários em 38 lotes, sendo que os motivos pela não efetivação da aplicação de questionário em todos os lotes são os seguintes: não foi encontrado morador, não estava em situação regular perante o Incra ou porque a família não quis participar da pesquisa.

Por outro lado, a segunda comunidade escolhida para fazer parte da pesquisa de campo foi a Comunidade Arco Iris que, está localizada em uma parte central do Assentamento e possui 39 lotes rurais, sendo que foram aplicados questionários em 25 lotes e, os motivos da não efetivação da aplicação de questionário em todos os lotes foram os mesmos encontrados na Comunidade Rio Jordão.

Dentro destas comunidades, foi aplicado um questionário semi-estruturado, de modo a realizar um censo com todas as famílias que se encontram em situação regular perante o Incra, já que somente essas famílias estariam potencialmente aptas a acessarem as políticas públicas objeto de estudo desta pesquisa.

O questionário intitulado “*Projeto de Pesquisa – Políticas Públicas para Agricultura familiar: uma análise a partir do Projeto de Assentamento São Pedro no Município de Paranaíta-MT*” foi dividido em seis sessões, abaixo caracterizadas:

- 1) **Caracterização da família:** sessão formada por dez questões preparadas de modo a compreender a origem da família, profissão anterior à entrada no assentamento, tempo de permanência no assentamento, membros da família, escolaridade, idade, sexo, estado civil, atividade desenvolvida, renda familiar e sua composição.
- 2) **Caracterização do Estabelecimento e Sistemas de Produção:** composta por onze questões, esta sessão nos possibilitou compreender como está organizado o estabelecimento e o sistema produtivo no que concerne as principais atividades produtivas, área utilizada, quantidade produzida, consumida e comercializada, importância das atividades na composição da renda familiar; uso de tecnologias no lote (máquinas e equipamentos agrícolas, produtos químicos, produção orgânica e agroecológica, sistemas agroflorestais, compostagem, entre outras), acesso à Ater e percepção do entrevistado em relação a seu lote e a sua produção agropecuária. Nesta sessão foi considerado, para delimitação temporal, o último ano agrícola (out/12 a set/13).
- 3) **Crédito Rural:** nesta sessão foram incorporadas onze questões relacionadas ao crédito rural buscando compreender aspectos inerentes ao acesso dos assentados ao Pronaf (quando acessou, modalidades de acesso, valor acessado, realização do pagamento e dificuldades encontradas).
- 4) **Comercialização dos produtos:** esta sessão foi reservada a compreensão dos programas do governo para aquisição de alimentos da agricultura familiar dentro do PA São Pedro, neste sentido, foram confeccionadas nove questões referentes a participação no PAA e Pnae.
- 5) **E o futuro?:** esta sessão continha quatro questões formuladas de modo a compreender qual a percepção de futuro do entrevistado para sua família.
- 6) **Observações gerais da entrevista:** sessão reservada para observações importantes do pesquisador em relação à entrevista realizada.

Após aplicado os questionários, realizou-se a **tabulação e apresentação dos dados** utilizando um programa de planilha eletrônica, o qual permitiu a elaboração de tabelas e gráficos. De acordo com Vieira Neto (2004), esta forma de apresentação permite a síntese dos resultados, obtendo o máximo de esclarecimentos com um mínimo de espaço e tempo e permitindo uma leitura rápida e global dos fenômenos estudados.

Depois de tabulados os dados, foi realizada a etapa da **pesquisa qualitativa com os assentados** por intermédio da história oral objetivando resgatar o passado e compreender a história dos agricultores conferindo-lhes significações ao presente e visando perceber como eles respondem ao ambiente físico (BARBOSA, 2010).

Deste modo, seguindo as recomendações de Thiollent (2009), que defende que na pesquisa em profundidade utilizam-se entrevistas intencionais ou estratégicas com um pequeno número de pessoas escolhidas em função da relevância que elas apresentam em relação ao tema pesquisado, foram selecionados agricultores que nos fizessem compreender os efeitos das políticas públicas no Projeto de Assentamento São Pedro. Dentro dos critérios de seleção para a pesquisa em profundidade, procurou-se escolher famílias que estivessem muito inseridas e famílias que estivessem pouco ou nada inseridas nas políticas públicas em estudo. Esta etapa da pesquisa foi realizada utilizando perguntas norteadoras sobre as políticas públicas.

Todas as entrevistas foram posteriormente transcritas, conforme Whitaker (2002), reproduzindo apenas os “erros” de sintaxe (formas peculiares de articulação do discurso) e escrevendo o léxico corretamente (sem erros ortográficos).

Durante todas as atividades de campo foram utilizados recursos audiovisuais (máquina fotográfica e gravador de voz) para registro de vários aspectos pertinentes à coleta de dados (sistema de produção e criação, acessos ao assentamento, entre outros), sendo que o uso desses recursos ocorreu somente mediante autorização dos entrevistados. Utilizou-se, também, o caderno de campo para anotações de informações relevantes à pesquisa.

Após realizada a etapa de campo da pesquisa, foi realizada a **Análise dos resultados** e a **Redação da dissertação**. E pretende-se em breve realizar a devolutiva dos dados junto aos assentados do PA São Pedro, bem como disponibilizar exemplares dessa dissertação nas escolas do assentamento.

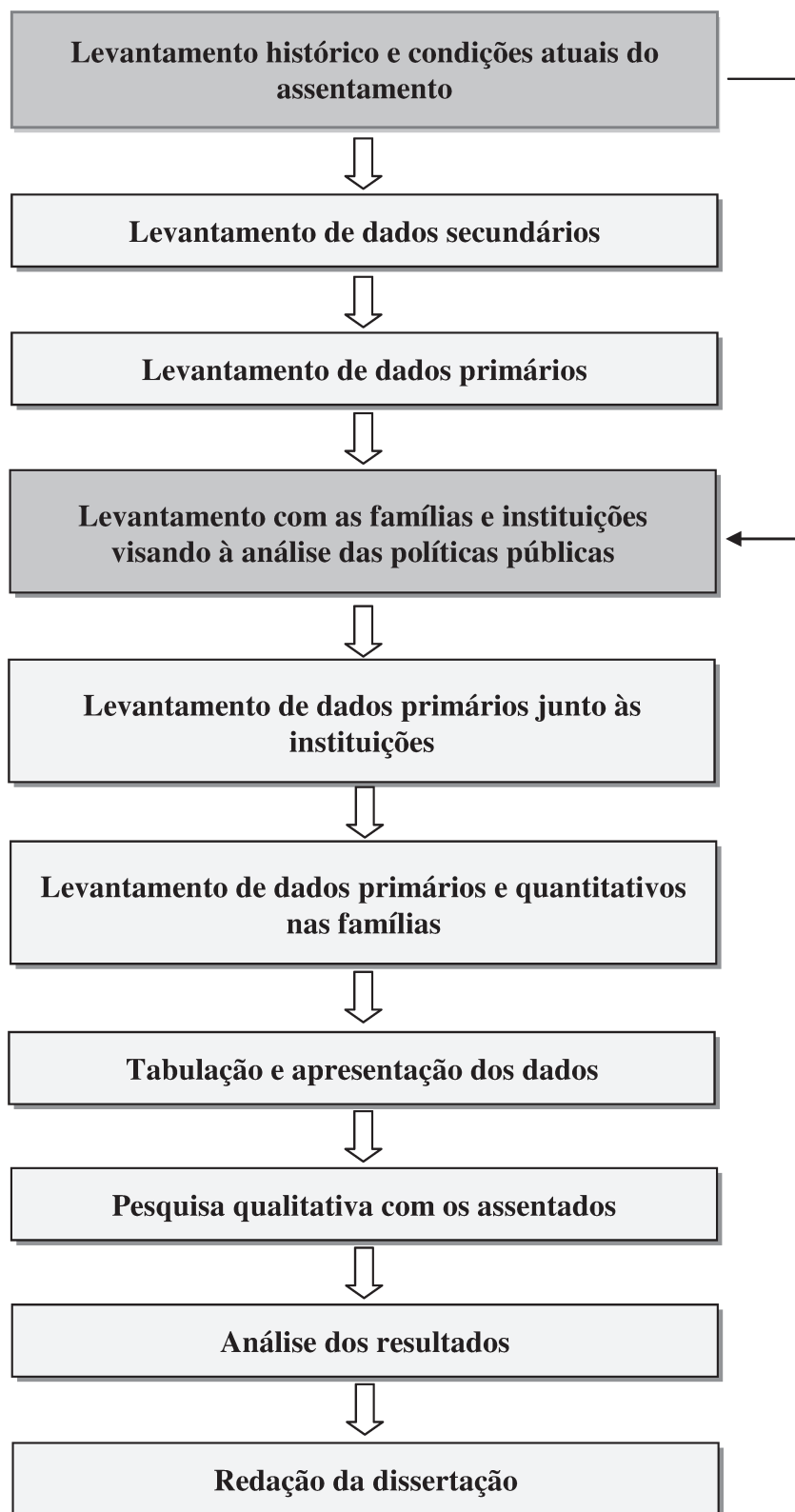


Figura 12. Sistematização das atividades desenvolvidas durante a pesquisa.* Cores mais escuras significam as etapas e cores claras, atividades desenvolvidas dentro da etapa. Fonte: Adaptado de Oliveira (2000).

5. O PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO PEDRO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Este capítulo é resultado da pesquisa realizada em campo e, tem como objetivo apresentar os aspectos históricos referentes ao Projeto de Assentamento São Pedro e a análise da implementação e desenvolvimento das políticas públicas.

Para uma melhor apresentação, o capítulo está dividido em três partes, sendo que em um primeiro momento estão apresentados os resultados da primeira etapa da pesquisa, onde está relatada a história do Projeto de Assentamento e as características, bem como o uso e ocupação do solo no assentamento como um todo.

Em um segundo momento deste capítulo, há uma caracterização de nossa amostra, ou seja, descrição detalhada do perfil dos moradores da comunidade Arco Iris e Rio Jordão do Projeto de Assentamento São Pedro. E, por último, o terceiro momento, foi dedicado à análise das políticas públicas, principalmente Pronaf, atingindo assim o objetivo proposto neste trabalho.

5.1. PA São Pedro: Aspectos históricos e condições atuais

Não há como estudar um assentamento sem entender o contexto em que ele se insere. Neste sentido, é apresentado o histórico do Projeto de Assentamento São Pedro, tendo como base fundamental os atores sociais e a escassa bibliografia existente sobre este assentamento de reforma agrária. É na fala dos assentados que encontramos depoimentos muito ricos das dificuldades encontradas e superações conquistadas ao longo da história desse assentamento de reforma agrária matogrossense.

O Projeto de Assentamento São Pedro foi criado em 1997, durante o primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso, como resultado de uma reivindicação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paranaíta à organização sindical do Estado de Mato Grosso, Fetagri-MT (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Mato Grosso), que reivindicou a área do PA para fins de reforma agrária.

Até aquele ano, no extremo norte do Estado não havia nenhuma desapropriação para esta finalidade e os assentamentos que existiam eram resultados da colonização empreendida pelas colonizadoras particulares e pelo Incra nos anos anteriores, havendo nesta região um escritório do Incra responsável pelo PAC Carlinda⁴¹, que mais tarde foi elevado à Unidade Avançada do Incra no município de Carlinda-MT⁴².

De acordo com o Processo de Criação do PA São Pedro, este assentamento foi criado com o objetivo de assentar agricultores e agricultoras familiares dos Municípios de Alta Floresta, Carlinda e Paranaíta e, para tanto, no início de 1997 a Superintendência Regional do Incra em Mato Grosso desapropriou por interesse social o imóvel⁴³ denominado Gleba Mogno, cuja extensão territorial era de 35.000 hectares, localizados no município de Paranaíta-MT.

A desapropriação deste imóvel, com extensão de 35.000,0000 ha (trinta e cinco mil hectares), foi instruída pela formalização e tramitação do processo INCRA/SR/(13)MT/R/Nº 1526/94, ocorrendo a efetiva desapropriação, com a publicação do Decreto de 16/01/97, vindo a ser a Autarquia imitada na posse desta área em 23/12/97 (BRASIL, 1997).

Deste modo, a desapropriação dessa área foi marcada por ser a primeira para fins de reforma agrária na região da então Unidade Avançada do Incra de Carlinda-MT.

De acordo com a Superintendência Regional do Incra de Mato Grosso, a utilização econômica do imóvel não vinha ocorrendo visto que havia apenas um pequeno cultivo de arroz ocupando uma área inferior a cinco hectares. Além disso, em relação à infraestrutura instalada anterior à criação do PA São Pedro, foi registrado apenas uma habitação de aproximadamente 60m², em madeira, com piso de cimento e cobertura com telha de cimento amianto.

Após a desapropriação e conforme a Portaria Incra/SR-13/Nº 116, de 29 de dezembro de 1997, publicada no Diário Oficial da União nº03 do dia 06 de janeiro de 1998, Seção I, Página 002, o então Superintendente Regional do Incra no Estado de Mato Grosso aprovou a proposta de destinação do imóvel rural anteriormente denominado Gleba Mogno para assentamento de

⁴¹ O PAC Carlinda é um Projeto de Colonização Oficial implantado pelo INCRA em parceria com a CAC (Cooperativa Agrícola de Cotia) no ano de 1981 em uma área de 89.986,00 hectares com capacidade para 1.386 famílias.

⁴² Atualmente esta Unidade Avançada do Incra está desativada e a Unidade Avançada do Incra localizada no município de Colíder-MT é que está respondendo pela documentação da Unidade desativada em Carlinda-MT.

⁴³ Entende-se por imóvel rural o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à atividade agrária (BRASIL, Lei nº 4.504/1964).

agricultores, prevendo, inicialmente, a criação de 700 unidades agrícolas familiares no Projeto de Assentamento São Pedro.

Para assentar agricultores e agricultoras familiares dos três municípios, o Incra propôs que os lotes fossem ocupados por 260 famílias oriundas de Alta Floresta (município com maior demanda), 180 famílias de Carlinda (município com menor demanda) e 260 famílias de Paranaíta (município Sede), obedecendo uma proporção de 2:1:2, respectivamente. Porém, após ter sido realizada a demarcação topográfica, o Incra materializou 776 parcelas rurais (Anexo 1), elevando o número de famílias a serem assentadas, sendo que para a escolha das demais famílias foram respeitados os critérios de seleção utilizados inicialmente.

Todo o processo de seleção dos agricultores do PA São Pedro foi realizado em parceria do Incra com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Alta Floresta, Carlinda e Paranaíta, visto que os beneficiários do PA residiam nestes três municípios. Além disso, a parceria com a Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores do município sede foi primordial para o andamento do processo de assentamento das famílias. Estima-se que mais de três mil famílias procuraram os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos três municípios para realizar o cadastro a fim de obter um lote no PA São Pedro.

A alteração do número de parcelas rurais ocorreu após a demarcação topográfica que, considerando a presença de afloramento rochoso e o relevo acidentado, delimitou lotes com maior e menor área, deste modo, é possível encontrar lotes no PA São Pedro com área variando entre 15,03 ha e 81,96 ha, sendo a área média de 39,97 ha.

5.1.1. Características gerais da área do PA São Pedro

O Projeto de Assentamento São Pedro está localizado no Bioma Amazônico e possui características deste. De acordo com vistorias de campo realizadas pelo Incra/MT na ocasião da desapropriação do imóvel, hoje pertencente ao assentamento, foi constatado que a área era coberta por vegetação nativa, sendo constituída de 70% de Floresta Ombrófila e 30% de Cerrado, o que caracteriza uma área de transição entre os Biomas Amazônia e Cerrado.

Tratando-se de uma área de vegetação nativa, cuja ocupação ocorreu nos últimos 15 anos com a criação do PA São Pedro, esta área foi desmatada parcialmente e atualmente as florestas encontram-se fragmentadas, como pode ser observado na Figura 10. De acordo com a Empaer/MT (2010), a forma de ocupação dos lotes pelos assentados resultou no desmatamento de áreas no entorno das estradas, deixando-se pequenas áreas de vegetação nativa no fundo dos lotes, formando manchas de florestas. Além disso, muitas áreas sofreram com a entrada de fogo e corte seletivo da madeira, o que resultou em uma alteração das características originais dessa vegetação.

Conforme relato dos assentados, inicialmente não houve nenhuma orientação para o não desmatamento da vegetação nativa. E, as áreas desmatadas pelos assentados configuram-se como áreas estratégicas para sua instalação e permanência no lote, uma vez que são áreas localizadas em torno das estradas, que viabilizam o acesso, áreas ocupadas para construção de casas e benfeitorias, além de áreas utilizadas para a implantação de sistemas produtivos agropecuários que asseguram a geração de emprego e renda para as famílias e garantem sua permanência no campo.

Salvo estas situações que favoreceram o desmatamento, as famílias mantêm no lote áreas de reserva legal e preservação permanente, que quando analisada a parcela individualmente, não se enquadram na quantidade de área que a legislação vigente requer, uma vez que o artigo 12 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012(Código Florestal), determina que todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de reserva legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as áreas de preservação permanente, sendo o percentual mínimo para imóveis localizados na Amazônia Legal, situados em área de floresta, de 80%. No entanto, em caso de fracionamento do imóvel rural para assentamentos pelo Programa de Reforma Agrária, a lei considera a área do imóvel antes do fracionamento. Deste modo, os assentados das comunidades pesquisadas podem não estar irregulares na legislação, uma vez que não temos os dados de toda área do PA São Pedro. Além disso, as áreas preservadas desempenham importante papel de manutenção da vida, servindo de corredor ecológico para a fauna local e mantendo a diversidade da flora.

Anterior à criação do assentamento nesta área foi realizado o corte seletivo de madeira para indústrias da região. Deste modo, algumas espécies, como por exemplo, a castanha-do-pará

(*Bertholletia excelsa*), atualmente não é comum de ser encontrada, restando poucas árvores antigas (Figura 13). Porém em alguns lotes é possível encontrar árvores desta espécie com menos de 15 anos (Figura 14) que, de acordo com os assentados, foram plantadas após a entrada da família no lote. Assim, as famílias assentadas vêm desempenhando um importante papel de recomposição de uma vegetação destruída antes da criação do PA São Pedro.



Figura 13. Remanescente de Castanha-do-Pará do Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta/MT, 2013. Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2013.



Figura 14. Castanha-do-Pará cultivada após a entrada da família no Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta/MT, 2013. Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2013.

Além de uma vegetação caracteristicamente amazônica, a área do PA São Pedro é muito rica em relação aos recursos hídricos, uma vez que a região possui rios que integram a Bacia Hidrográfica Amazônica, tendo o Rio Paranaíta como seu principal curso d'água, além de diversos afluentes do mesmo, nascentes e córregos de regime perenes e intermitentes (Figura 15).

Conforme os trabalhos realizados pela Empaer/MT (2010), muitas nascentes e cursos d'água existente no assentamento apresentam algum fragmento florestal, porém esses fragmentos em sua maioria sofreram com a ação do vento e/ou a entrada de fogo. Deste modo, a presença de fragmentos de vegetação não significa uma boa conservação dos recursos hídricos, sendo que a degradação é agravada à margem das estradas, onde o manejo inadequado resulta no assoreamento dos córregos e rios que as margeiam. Assim, a degradação das áreas de preservação permanente (APP), é diagnosticada pela Empaer/MT (2010), como o principal problema ambiental do PA São Pedro.

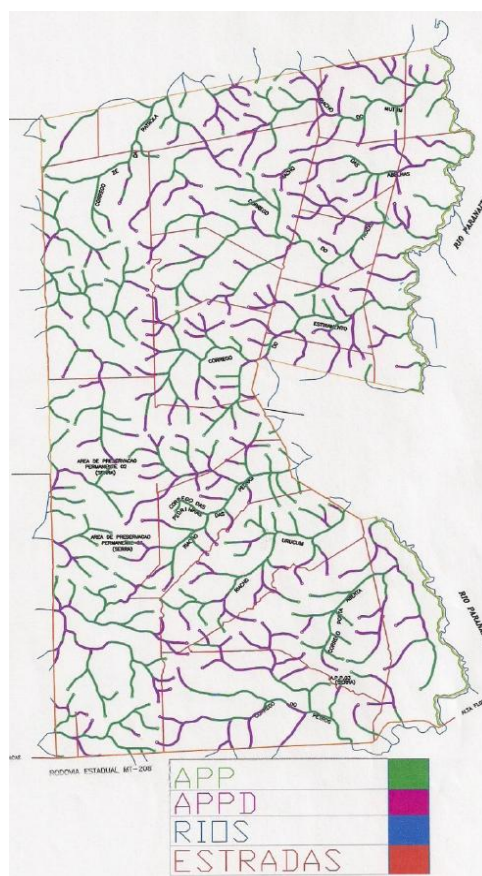


Figura 15. Representação dos recursos hídricos do Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta/MT, 2010. Fonte: Empaer/MT (2010).

Apesar de apresentar degradação dos recursos hídricos, o PA São Pedro é muito rico em água e grande parte das propriedades possuem boa disponibilidade desse líquido, sendo irrigados por pequenos córregos e nascentes, com exceção dos lotes que margeiam o Rio Paranaíta, que não apresentam boa rede de drenagem e possuem muitas nascentes intermitentes.

A principal fonte de abastecimento d'água nos lotes se dá através de poços caipiras construídos nas propriedades. De acordo com a pesquisa empreendida pela Empaer/MT (2010), 74% das unidades familiares possuem poços no lote e utilizam bombas de sucção para enviar água até as caixas d'água, 10% das propriedades possuem poços artesianos e 12% das propriedades optam pelo encanamento de água diretamente de nascentes por gravidade.

O encanamento por gravidade é possível porque, apesar de o assentamento apresentar em sua maioria relevo plano, há relevo montanhoso e é comum a ocorrência de nascentes nestes pontos mais altos.

O relevo do PA São Pedro caracteriza-se como plano à suave ondulado, em sua maior parte e ondulado em menor proporção. Estima-se que cerca de 10% de sua área apresenta relevo plano, 40% relevo suave ondulado, 25% relevo ondulado, 10 % relevo forte ondulado e 15 % montanhoso (EMPAER/MT, 2010).

Apesar dos locais com relevo mais acidentado apresentarem sérias limitações de uso, o assentamento possui em sua grande maioria uma classe de capacidade de uso com bom potencial agrícola para culturas como arroz de terras altas, café, guaraná, milho e banana, além de pastagens artificiais (BRASIL, 1997).

Outro fator que contribui com o bom potencial para agropecuária no Assentamento São Pedro é o solo. Os solos desta área se enquadram no grupo dos Latossolos Vermelho Amarelo, Argissolos Vermelho Amarelo, ambos distróficos, com argila de baixa atividade e textura média. É possível, ainda, encontrar Gleissolos localizados em áreas mais próximas ao Rio Paranaíta.

No Projeto de Assentamento São Pedro, o solo foi predominantemente coberto por pastagem. De acordo com a Empaer/MT (2010), em 15.873,41 hectares do assentamento é desenvolvido o cultivo de pastagem, predominando a espécie *Brachiaria brizantha*, e 1.184,88 hectares são cultivados por espécies agrícolas, destacando-se o café, cacau, pupunha, arroz, milho e mandioca. Porém, nem sempre o quadro foi este, sendo que no início do assentamento predominavam os cultivos agrícolas.

5.1.2. Os gargalos do assentamento: a fala do homem/mulher do campo

De acordo com os assentados, inicialmente foram muitas as dificuldades encontradas, uma vez que a área desapropriada era praticamente toda de floresta e não havia infraestrutura de acesso, educação, saúde ou energia elétrica no local.

“Nesta parte não tinha nada, era só mato. [...] não tinha infraestrutura nenhuma, todo mundo entrou com a cara e a coragem” (Entrevistado 1, 2013).

“Olha, a maior dificuldade foi estrada, a maior dificuldade. [...] era tudo mato ainda, tudo mato, a estrada aqui ó, não tinha negócio de passar, era tudo cheio de pau caído, passar bicicleta era difícil, andava varando com mercadorias nas costas” (Entrevistado 2, 2013).

Para facilitar a entrada dos assentados, o Incra iniciou a entrega dos lotes pela MT-208, pois este era o acesso mais fácil ao assentamento, porém após ter sido efetuado o sorteio dos respectivos lotes de cada família, estas começaram a entrar em seu novo espaço de vida, independente de haver ou não uma infraestrutura básica.

Fotos fornecidas pelos moradores do PA São Pedro durante a pesquisa de campo ilustram bem a fala dos entrevistados referente ao período em que chegaram a seus lotes (Figura 16 e Figura 17).

“Então começou pela estrada, ali pela BR⁴⁴, começou cortando, então o pessoal veio, chegando com changuinha na costa, saquinhos nas costas e entrando por picada e já começaram a assentar nos seus lotes, e fazer os seus barraquinhos lá n/é?” (Entrevistado 1, 2013).

⁴⁴ Muitos assentados chamam de BR a MT que dá acesso ao Projeto de Assentamento, MT-208.



Figura 16. Estrada interna ao PA São Pedro, logo após sua criação. Fonte: Acervo fotográfico de famílias assentadas no PA São Pedro.



Figura 17. Construção das primeiras casas do Assentamento. Fonte: Acervo fotográfico de famílias assentadas no PA São Pedro.

Apesar das dificuldades, muitos agricultores familiares permaneceram no lote. Entretanto, de acordo com trabalho realizado pelo Instituto Centro de Vida (ICV), em 2005 estimava-se que pelo menos 40% dos assentados originais haviam vendido seus lotes e desistido do assentamento, sendo que entre as principais causas relatadas pelos assentados encontravam-se as dificuldades iniciais de estrutura (ICV – Instituto Centro de Vida, 2005).

“Muita gente não acreditou que poderia desenvolver aqui o assentamento, falou: ‘a isso aqui é muito longe, ninguém vai pra frente

não’; ‘isso aqui vai virar fazenda daqui uns dias’ e foi vendendo os direitos e outras pessoas vieram n/é?’ (Entrevistado 1, 2013).

Com o tempo a infraestrutura foi sendo implantada. Os acessos foram construídos (Figura 18) e houve uma efetiva melhoria das condições de vida dos assentados.

“Não tinha infraestrutura nenhuma, depois que foi fazendo aos poucos, o Incra cortou as estradas, abriu em convênio com a prefeitura. Hoje nós temos estradas boas, daqui fazemos com menos de uma hora daqui para Paranaíta e as estradas para Alta Floresta estão bem adiantadas.” (Entrevistado 1, 2013).



Figura 18. Acessos ao Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta/MT, 2013. Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2013.

Atualmente o PA São Pedro possui muitos avanços em infraestrutura que são vistos pelos assentados como importantes conquistas, por exemplo, o posto de saúde com médico.

“Tem um postinho ali, aí no postinho tem a doutora n/é?... , que atende todo dia; tem a psicóloga, aí tinha um dentista. O dentista agora foi embora, mas voltou de novo. A partir de hoje, já vai começar atendendo. Aí tem nutricionista também, então em termo; assim, já melhorou pra nós que antes não tinha nada, já melhorou muito. Você tem uma sala de curativo, aí você tem dentista, tem a doutora que atende, aí você tem a psicóloga, num ponto já melhorou muito.” (Entrevistado 3, 2013).

A energia elétrica, instalada no âmbito do Programa Luz Para Todos, trouxe melhoria substancial das condições de vida da população assentada.

“Depois da energia facilitou bastante, graças a Deus. Aqui no sítio eu tenho as mesmas coisas que eu teria lá em Alta Floresta ou em qualquer outra cidade. Eu tenho minha geladeira, a minha televisão para assistir o esporte, o meu jornal, a mulher assisti as novelas dela. Nós temos a nossa geladeira para guardar as nossas coisas, criamos as nossas galinhas, criamos os nossos porcos, nosso peixe” (Entrevistado 1, 2013).

O investimento em educação é um dos pontos de maior destaque dos assentados, visto que, conforme relato de uma assentada, no início era bastante precário o ensino, principalmente referente à infraestrutura das escolas e, atualmente o assentamento possui três escolas municipais e uma escola estadual que oferece o ensino médio.

De acordo com a entrevistada no início

“A escola era um barraco, com quatro lousas, um pouquinho de cadeira e um professor só. Não tinha divisão na sala: era um pouco de cadeira virado pra esse quadro, outro pouco virado para o outro quadro de cá, outro pouco para o quadro de cá e outro pouco para o quadro de lá?” (Entrevistado 3, 2013).

Além das dificuldades de infraestrutura, ela relata a ausência de professores com qualificação profissional para ministrar as aulas, visto as dificuldades de acesso ao Assentamento. Em sua fala é possível obter um panorama da evolução na educação e da atenção despendida do poder público local na busca por melhorar este setor dentro do Assentamento.

“Aqui ó, o primeiro ano entrou assim: quem tinha 6ª série, 8ª série, tudo virou professor. Professor formado não ia vir aqui, porque naquele tempo, tempo de chuveirada, você não andava de chinelo no pé, nem de sapato, tinha que arrancar o sapato do pé. E aí a partir do 2º ano a prefeitura já veio, e ‘professor agora, vai ter que ter formação, vai ter que ter faculdade, vai ter que se formar’. A partir do 3º e 4º, aí já começaram fazendo as escolas de madeira, simples, mas aí os professores formados já estavam vindo de Alta Floresta pra cá, Professor

de Carlinda... aí pronto, a gente começou a ter qualificação de professor melhor n/é?.

Aí hoje nós temos o colégio estadual, que é tudo professor formado, tudo professor bom. Então assim, a mulecada não aprende mesmo se não tiver interesse.

Tem muita escola desativada. No começo aqui era uma escola para cada lugar. Só que agora com este colégio aqui, com os ônibus, aí desativou estas escolinhas, ficou só as principais mesmo. Ficou a daqui, Nova União, a da Sombra, a da Santa Marta, mas Estadual mesmo é daqui da Sombra. Melhoria nós tivemos muito.” (Entrevistado 3, 2013).

Apesar das melhorias apontadas pelos assentados do PA São Pedro, muito próximo, na estrada que delimita a divisa da comunidade Rio Jordão e a Fazenda Filizola, encontra-se um acampamento de famílias, organizados na Associação de São Pedro II dos Trabalhadores na Luta pela Terra, à espera da desapropriação desta Fazenda para criação de um novo assentamento (Figura 19). Estas famílias continuam na luta pela terra a espera da desapropriação da referida fazenda.



Figura 19. Acampamento de trabalhadores rurais sócios da Associação de São Pedro II dos Trabalhadores na Luta pela Terra, Paranaíta/MT, 2013. Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2013.

5.2. Características gerais das famílias entrevistadas

Esta dissertação, apesar de, em páginas anteriores, ter realizado um esforço para mostrar o contexto histórico e geográfico em que se insere o PA São Pedro, a partir daqui concentra nas duas comunidades pesquisadas.

Ao todo nestas comunidades, foram aplicados 63 questionários, mas dois foram excluídos (um de cada comunidade) por apresentarem informações incompletas e inconsistência nos dados. Sendo assim, as 61 famílias efetivamente pesquisadas somaram 232 pessoas, uma média de 3,80 pessoas por família.

Considerando o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990⁴⁵), o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 01 de outubro de 2003⁴⁶) e o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013⁴⁷), foi realizado um agrupamento etário dos membros de todas as famílias entrevistadas e constatou-se que aproximadamente 60% da população que participou da amostra possui mais de 30 anos e os jovens (19 a 29 anos) representam a menor porcentagem da população rural, apenas 10,78% (Tabela 13). Além disso, é possível notar que em todos os estratos de idade a população masculina se sobressai em relação à feminina, de modo que esta representa 42,24% do total.

Apenas 18,03% das famílias entrevistadas declaram ser a mulher titular do lote e destes lotes, somente uma dessas titulares não acessou nenhuma política pública analisada nesta pesquisa.

⁴⁵ De acordo com o “Art. 2º *Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.*”

⁴⁶ O Art. 1º da Lei nº 10.741 de 01 de outubro de 2003 institui o Estatuto do Idoso e destina a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

⁴⁷ Art. 1º do Estatuto da Juventude em seu § 1º considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade e em seu § 2º afirma que aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.

Tabela 13. Estratificação por idade e sexo dos membros das famílias pesquisadas no PA São Pedro, Paranaíta/MT, 2013.

Idade	População total		População Masculina		População Feminina	
	Número	%	Número	%	Número	%
0 a 11 anos	37	15,95	23	9,91	14	6,03
12 a 18 anos	33	14,22	19	8,19	14	6,03
19 a 29 anos	25	10,78	16	6,90	9	3,88
30 a 59 anos	115	49,57	63	27,16	52	22,41
Mais de 60 anos	22	9,48	13	5,60	09	3,88
Total	232	100	134	57,76	98	42,24

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Das 232 pessoas que integram as 61 famílias entrevistadas, 13% não trabalham no lote onde vivem (Figura 20), sendo este total representado pelos jovens que vivem com os pais no assentamento e pelo titular do lote. Entre os empregos mais comuns dessa população que trabalha fora dos lotes está: trabalho em propriedades de terceiros, geralmente fazendas vizinhas (EMPAER-MT, 2010) e na construção de uma usina hidrelétrica no município.

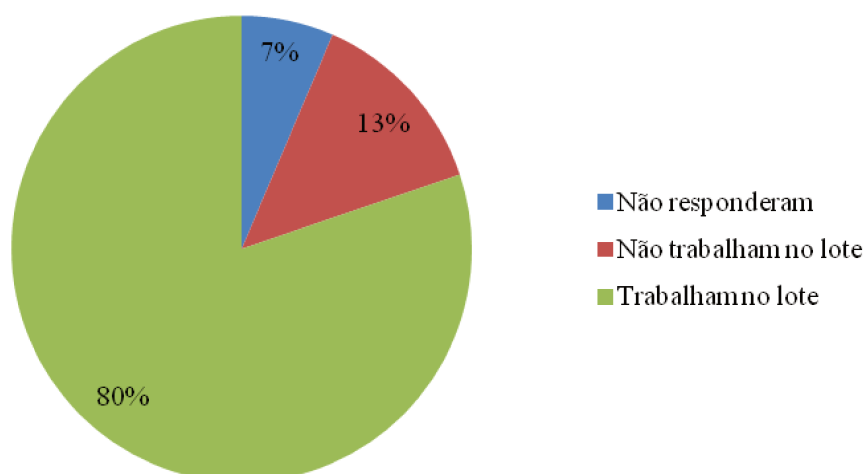


Figura 20. Proporção de membros que vivem no assentamento, porém não trabalham no lote das famílias entrevistadas no PA São Pedro, Paranaíta/MT, 2013. Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Apesar dos investimentos em educação no assentamento, constata-se um baixo nível de escolaridade entre os assentados, de modo que apenas uma pessoa concluiu o ensino técnico, uma concluiu o ensino superior e duas estão cursando o ensino superior, oito pessoas nunca frequentaram a escola por estarem com idade inferior a cinco anos de idade, porém deve frequentar a escola futuramente e 22 pessoas concluíram o nível médio (Figura 21).

Sessenta por cento dos entrevistados declararam possuir o ensino fundamental incompleto. Este total é representado, em sua maioria, por crianças e adolescentes em idade escolar, porém em alguns casos, foi observado a declaração de possuir ensino fundamental incompleto por adultos que, por certamente não tiveram condições de dar continuidade ao estudo, como se registra, de um modo geral, em todo rural brasileiro.

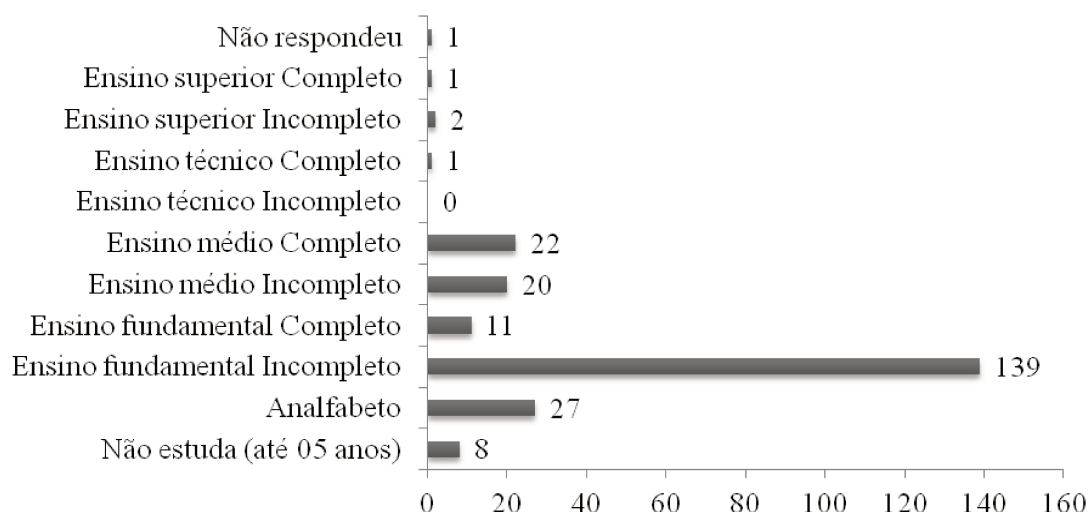


Figura 21. Escolaridade dos membros das famílias entrevistadas no PA São Pedro, Paranaíba/MT, 2013. Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

O baixo nível de escolaridade está diretamente associado aos baixos salários. 72% das famílias entrevistadas possuem renda média mensal de até 2 salários mínimos (Figura 22), considerando além da renda do lote, o recebimento de Bolsa Família, seguro desemprego, aposentadoria e demais auxílios do INSS (auxílio-doença, auxílio-acidente e/ou pensão paga à viúvo(a)).

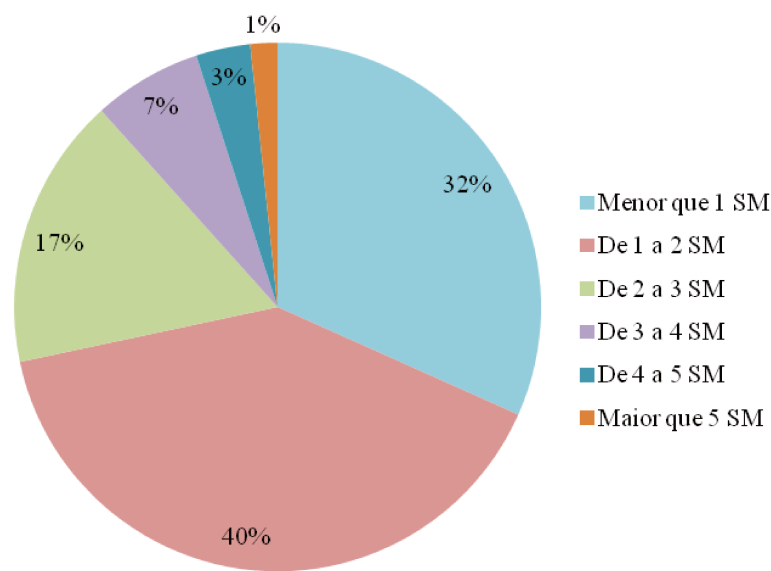


Figura 22. Renda média mensal por família entrevistada no PA São Pedro, Paranaíta/MT, 2013.
Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Dentre as atividades produtivas desenvolvidas nas comunidades pesquisadas, a pecuária, principalmente de leite, representa a principal fonte de renda obtida no lote. Além disso, há, nas comunidades pesquisadas, produção para autoconsumo que não é contabilizada como renda monetária.

5.3. Atividades produtivas

A área ocupada pelas comunidades pesquisadas no PA São Pedro totaliza 3.393,12 hectares (1.719,53 e 1.673,59 hectares, nas comunidades Rio Jordão e Arco Iris, respectivamente), o que representa 9,70% da área total do assentamento, de modo que os lotes amostrados (61) somam 2.104,09 hectares (1.125,32 e 978,77 hectares, nas comunidades Rio Jordão e Arco Iris, respectivamente).

No Projeto de Assentamento São Pedro predomina a pecuária. Deste modo, da área total de lotes pesquisados, 68,89% é ocupada por pastagem para o consumo do rebanho de leite, de corte e/ou equídeos.

A Tabela 14 apresenta a área dos principais usos do solo realizados pelos assentados da área de estudo. Observa-se que, apesar de, no passado, a agricultura ter representado o principal uso do solo, atualmente o cultivo de pastagem ocupa este espaço e, os assentados mantêm no lote uma área destinada à Área de Preservação Permanente e Reserva Legal (23,23% da área total de lotes amostrados).

Cabe ressaltar, ainda, que não estão contabilizados na Tabela 14 as áreas ocupadas por construções e benfeitorias, por não terem sido abordadas na pesquisa, e as áreas ocupadas por hortas e pomares que não foram quantificadas pelos assentados.

Tabela 14. Uso e ocupação do solo nas comunidades pesquisadas no Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT, 2013.

Atividades	Rio Jordão		Arco Iris	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Cultivos perenes e semi perenes	39,93	3,62	23,35	2,45
Cultivos temporários	16,08	1,46	12,39	1,29
Cultivo florestal de espécies exóticas (Teca)	3,63	0,33	1,21	0,13
APP's e Reserva Legal	229,90	20,85	258,94	27,14
Pastagem	805,86	73,08	643,72	67,47
Sem uso	7,26	0,66	14,52	1,52
Total	1.102,62	100	954,13	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Entre as culturas perenes e semi perenes encontradas no Assentamento constata-se o cultivo do café e da cana-de-açúcar (Figura 23). O café é um resquício do que foi plantado no início do assentamento e permanece em poucos lotes (19 no total), com uma baixa produtividade e tendo como finalidade uma produção para o autoconsumo e venda do excedente. Na última safra, o café foi comercializado a preços que variaram de 2 a 4 reais/kg para terceiros e para uma cooperativa do município, a qual os assentados dizem não serem cooperados.

Do total cultivado com café 1,2 hectares são mantidos em sistema agroflorestal, sendo o único lote encontrado nas comunidades pesquisadas que não possui criação de bovinos. O rendimento do café, juntamente com a remuneração do trabalho da família, externo ao assentamento, constitui a renda mensal dos integrantes deste lote.

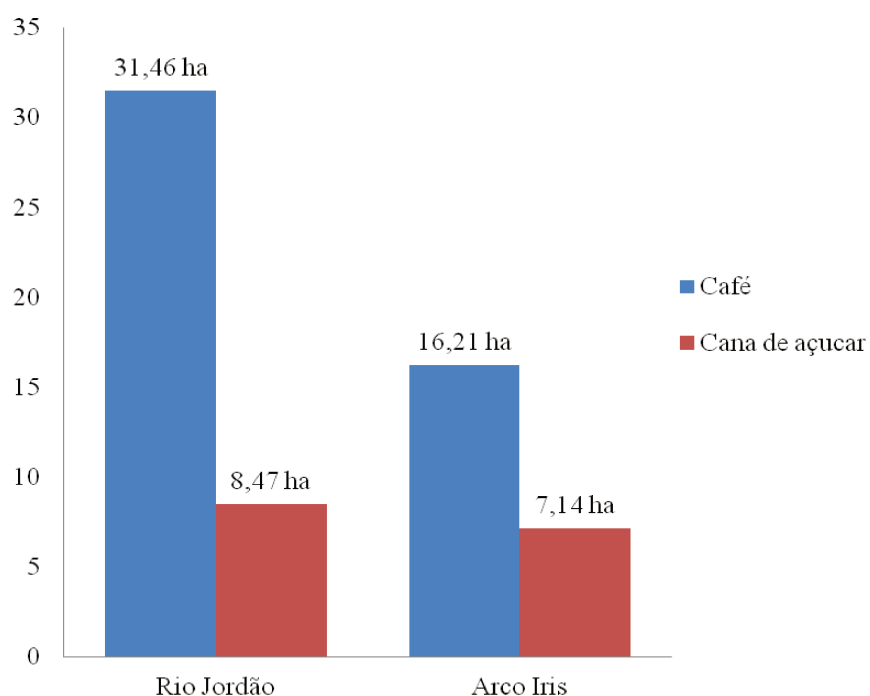


Figura 23. Área de cultivos perenes e semi perenes estratificada por cultura e por comunidade pesquisada no Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT, 2013. Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Há entre as comunidades amostradas uma pequena variação das culturas temporárias cultivadas (Figura 24 e Figura 25). O arroz é cultivado apenas na Comunidade Arco Iris, por um assentado e, a melancia é cultivada na Comunidade Rio Jordão.

Das culturas apontadas pelos entrevistados, apenas a melancia é comercializada, sendo cultivada apenas uma vez por ano (geralmente no período mais seco, com irrigação) e é comercializada na porteira do lote para vizinhos e transeuntes que utilizam as estradas do assentamento. As demais culturas são cultivadas para o autoconsumo, em pequenas áreas.

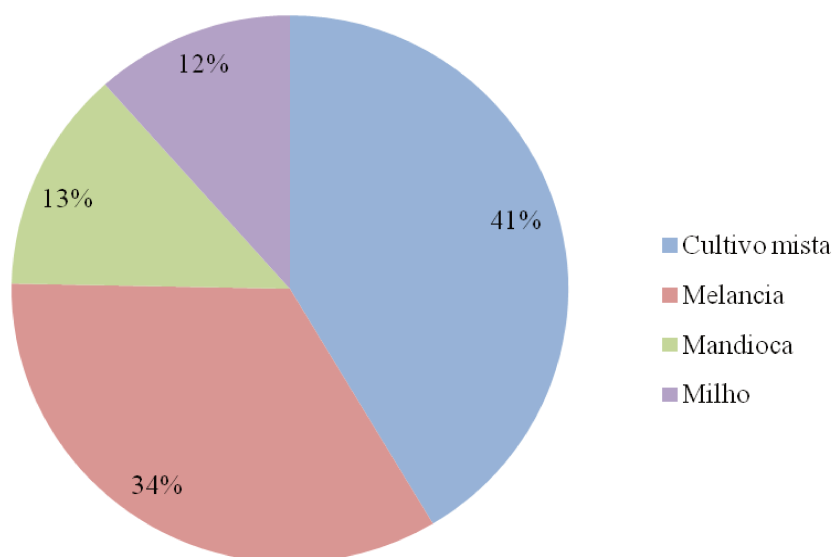


Figura 24. Área de cultivos temporários estratificada por culturas na Comunidade Rio Jordão, Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT, 2013. Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

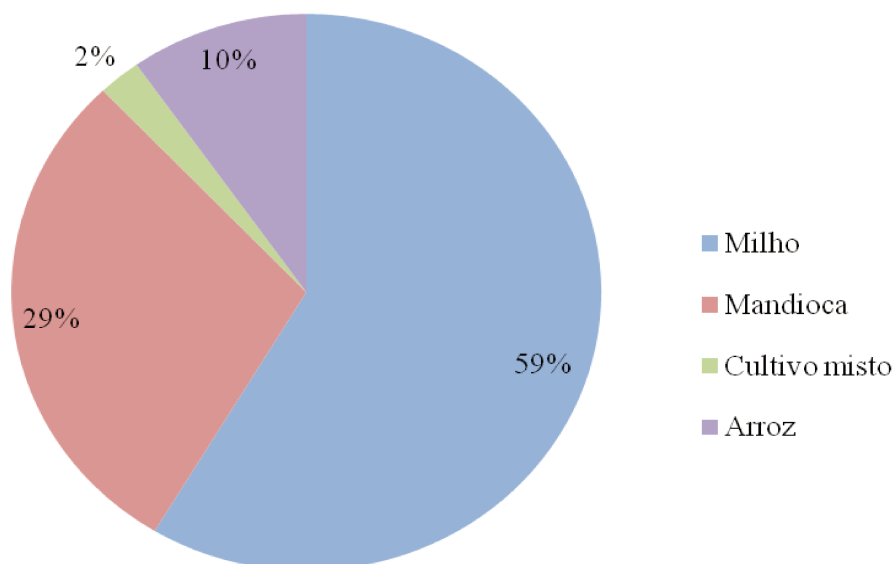


Figura 25. Área de cultivos temporários estratificada por culturas na Comunidade Arco Iris, Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT, 2013. Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Apesar da importância da pecuária leiteira, merece destaque a criação de aves no assentamento São Pedro (Tabela 15). A criação de aves é destinada ao autoconsumo da família e os assentados não contabilizam a produção de ovos. É relatado a existência de relação de troca

entre vizinhos, quando ocorre excedentes de ovos. Além disso, membros da família que vivem em outros lugares, principalmente na cidade, costumam levar ovos e frangos caipira para o consumo. A criação de suínos segue caminho semelhante, porém, as relações de troca ocorrem em menor intensidade.

Tabela 15. Criação de animais por comunidade pesquisada no Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT, 2013.

Pecuária	Rio Jordão		Arco Iris		Rio Jordão + Arco Iris	
	Nº de cabeças	%	Nº de cabeças	%	Nº de cabeças	%
Bovinos de leite	836	52,98	742	47,02	1.578	100
Bovinos de corte	420	40,58	615	59,42	1.035	100
Equídeos	07	17,95	32	82,05	39	100
Suínos	66	33,00	134	67,00	200	100
Aves	1.447	71,28	583	28,72	2.030	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Para o manejo do rebanho bovino, os assentados possuem no lote um pequeno número de equídeos (39 no total). De acordo com a Empaer/MT (2010), há no PA São Pedro 31.021 cabeças que compõem o rebanho de bovinos, sendo que nas comunidades que fizeram parte da pesquisa foram encontradas 2.613 cabeças de bovinos (8,42% do total). Deste total 60,40% são bovinos de leite⁴⁸ e produzem diariamente cerca de 1.500 litros que são comercializados em três laticínios de cidades vizinhas a um preço médio de R\$ 0,80/litro.

5.4. As políticas públicas no Projeto de Assentamento São Pedro

Com exceção dos recursos financeiros destinados pelo Incra ao Projeto de Assentamento São Pedro, o Pronaf foi o primeiro recurso financeiro externo que os assentados tiveram acesso, caracterizando-se como a primeira política pública direcionada ao fortalecimento da agricultura familiar que chegou à esse PA.

⁴⁸ Não foi realizada a estratificação do rebanho leiteiro (vacas em lactação, vacas secas, novilhas, bezerros e reprodutor), deste modo não é possível mencionar com exatidão a produtividade leiteira nestas comunidades.

Além disso, das políticas públicas em questão, somente este programa foi efetivamente implantado e desenvolvido no PA São Pedro. O PAA e o Pnae vinham sendo desenvolvidas no município, sem participação de agricultores familiares assentados do Projeto de Assentamento São Pedro.

5.4.1. O caso do Pronaf

No município de Paranaíta o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi acessado pela primeira vez no ano de 1999, sendo este o ano com maior número de contratos (Tabela 16).

Tabela 16. Número de contratos e montante de recursos do Pronaf no município de Paranaíta-MT, por ano safra.

Ano agrícola	Contratos	Valor (R\$)
1999-2000	695	3.644.809
2000-2001	25	105.166
2001-2002	442	3.889.628
2002-2003	73	877.814
2003-2004	118	271.538
2004-2005	207	1.681.977
2005-2006	99	1.628.921
2006-2007	312	1.146.967
2007-2008	46	207.549
2008-2009	7	78.268
2009-2010	33	1.579.977
2010-2011	23	1.007.066
2011-2012	27	1.114.178
2012-2013	57	3.092.377
Total	2.164	20.326.234

Fonte: Derop/BACEN

Sabe-se que o escritório da Empaer, localizado no município de Paranaíta, elaborou maior número de contratos para acesso ao Pronaf Investimento pelos assentados do PA São Pedro em anos pontuais (1999, 2001, 2003, 2004 e 2006) e isso explica, em partes, o maior número de contratos concentrados nos anos safras de 1999/00, 2001/02, 2003/04, 2004/05 e 2006/07, tendo

em vista que os 776 lotes deste assentamento representam 46% dos estabelecimentos agropecuários familiares do município de Paranaíta.

Após o ano de 2008 houve uma redução no número de contratos para acesso ao Pronaf no município e, esta redução pode ter sido causada pela Resolução nº 3.545, de 29 de fevereiro de 2008 do Banco Central do Brasil que, passou a exigir documentação comprobatória de regularidade ambiental para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia.

De acordo com informações fornecidas pela Empaer, escritório de Paranaíta/MT, foram liberados cinco diferentes valores de Pronaf Investimento para o PA São Pedro em diferentes anos (Tabela 17), além de Pronaf Custeio.

Tabela 17. Valores do Pronaf Investimento contratados no Projeto de Assentamento São Pedro no período de 1997 a 2013, Paranaíta-MT.

Ano	Valor (R\$)	Número de famílias beneficiárias (aproximado)*	Total (R\$) (Nº x Valor)
1999	9.500,00	300	2.850.000,00
2001	12.000,00	200	2.400.000,00
2003	13.000,00	130	1.690.000,00
2004	15.000,00	150	2.250.000,00
2006	18.000,00	120	2.160.000,00
Total		900**	11.350.000,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

* Número aproximado.

** O número de famílias beneficiárias ultrapassa o número de lotes do PA São Pedro porque, com o tempo, diversos assentados desistiram dos lotes e os “novos” assentados, uma vez que foram inseridos no Sipra pelo Incra, também acessaram o Programa.

O primeiro Pronaf que saiu para os agricultores familiares assentados do PA São Pedro foi no ano de 1999 no valor de R\$ 9.500,00. De acordo com a Empaer/MT (2010), os projetos elaborados para acesso ao recurso incluiu assistência técnica desta empresa de Ater.

Os projetos elaborados pela Empaer, escritório de Paranaíta/MT, para acesso ao primeiro Pronaf foi limitado a três ou quatro vacas de leite e um reprodutor a cada duas propriedades, sendo que o restante deveria ser aplicado na agricultura, compra de adubo e mudas de café, principalmente. A partir da segunda liberação do Pronaf, os projetos passaram a ser direcionados para investimento na pecuária bovina e, a partir de então, os assentados começaram a adquirir

gado, principalmente de leite, mesmo que, algumas famílias, não possuíam experiência em trabalhar com pecuária.

De acordo com depoimento de um técnico da Empaer⁴⁹, escritório de Paranaíta/MT, no início a maior produção do assentamento era agricultura (arroz, milho e feijão, principalmente), porém, com o tempo e a falta de apoio (principalmente, financeiro, Ater, garantia de preço mínimo e incerteza de preço de mercado) desestimulou a produção destas culturas.

Apesar dos assentados terem iniciado com a exploração agrícola em seus lotes, constata-se que este fator pouco influenciou nos projetos do Pronaf elaborados pelos atores sociais responsáveis. Os projetos foram construídos de “cima para baixo”, sem ouvir o que os agricultores realmente queriam. Assim, muitos assentados começaram a trabalhar com o gado de leite sem nenhuma experiência prévia e/ou acompanhamento de um técnico de Ater, uma vez que após o recebimento do valor do Pronaf não houve acompanhamento da destinação deste recurso.

“Nunca tinha trabalhado com leite antes, nem com leite nem com gado de espécie nenhuma, [...] quanto eu comprei o gado eu não tinha pasto, então eu tive que pagar aluguel do pasto, [...] e eu acabei vendendo (o gado) por falta de pasto.” (Entrevistado 07, 2013)

Do total de lotes pesquisados, 58 tiveram acesso ao Pronaf e três não acessaram o programa (Tabela 18). Os motivos apontados pelos assentados para não terem acessado o crédito, em um dos casos, foi devido a família não achar necessário, visto que já havia trabalhado com crédito anteriormente e, pelo fato de ter entrado no assentamento quando o mesmo já se encontrava com infraestrutura mínima (ano de 2003), a família optou por trabalhar apenas com os recursos financeiros que já tinha disponível e não ter acesso ao Pronaf.

Tabela 18. Proporção de acesso ao Pronaf, por comunidade pesquisada, no Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT. 2013.

Situação	Rio Jordão		Arco Iris	
	Nº de acessos	% da amostra	Nº de acessos	% da amostra
Com acesso	35	57,37	23	37,70
Sem acesso	02	3,28	01	1,64
Total	37	60,65	24	39,34

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

⁴⁹ Depoimento colhido em Janeiro de 2013.

Nos outros dois casos de não acesso a esta política pública, os assentados apontam os entraves burocráticos encontrados. O primeiro foi a inclusão ao Sipra (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária) somente depois do ano de 2008. Neste momento, os assentados do PA São Pedro não poderiam mais ter acesso ao Pronaf, devido à legislação ambiental, uma vez que a Resolução nº 387, de 27 de dezembro de 2006 do Conselho Nacional de Meio Ambiente⁵⁰, passou a estabelecer os procedimentos de licenciamento ambiental de projetos de assentamentos de reforma agrária e, como dito anteriormente, a Resolução nº 3.545, de 29 de fevereiro de 2008 do Banco Central do Brasil, passou a exigir documentação comprobatória de regularidade ambiental para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia.

Além disso, SCHONS *et al.* (2013) aponta outro fator que contribuiu para um declínio do desembolso do Pronaf entre os anos de 2006 e 2008 no Território da Amazônia Legal, e que também, possui forte influência no não acesso ao programa pelos assentados do PA São Pedro. Os autores apontam a determinação de que o crédito para assentados de reforma agrária, através do Pronaf, somente se daria a partir de Demanda Qualificada.

No âmbito do Pronaf A, entende-se por Demanda Qualificada as famílias, parcelas e projetos que estejam com a topografia concluída, tenha recebido concessão e feito a correta aplicação dos créditos de instalação, esteja efetivamente residindo no lote ou em agrovila do assentamento, esteja adequado às normas ambientais e possua implantação da infraestrutura básica que viabilize o projeto produtivo (BRASIL, 2005). Dentro dos critérios para se enquadrar como Demanda Qualificada, mais uma vez os assentados encontram entraves nas normas ambientais, uma vez que o assentamento não está com o licenciamento ambiental realizado.

Do total de assentados que acessaram o Pronaf, 31 (53,45%) declaram ter acessado o Pronaf mais de uma vez, sendo uma para Investimento e outra para Custeio. Porém, os mesmos que declararam terem acessado mais de uma modalidade do Pronaf (53,45%), declararam que a segunda modalidade de acesso, Custeio, foi para a atividade da agricultura, e o Investimento foi para a atividade da pecuária.

Este dado torna-se mais interessante quando cruzado com as informações do tamanho do lote, visto que 29,51% dos entrevistados consideram o tamanho do lote razoável, ruim ou péssimo e reconhecem que o lote é pequeno para a criação de gado, Além disso, muitos destacam

⁵⁰ A Resolução nº 387, de 27 de dezembro de 2006, foi revogada recentemente pela Resolução nº 458, de 16 de julho de 2013.

o depauperamento do solo, o que agrava a situação, porém mesmo diante dessa situação o recurso foi direcionado para a pecuária.

Dessa forma, estes dados vêm a reafirmar que ocorre no Projeto de Assentamento São Pedro o que Magalhães & Abramovay (2006) apontam ocorrer na região Nordeste do Brasil, visto que, de modo geral, observa-se na área de estudo, uma uniformidade na aplicação dos recursos do Pronaf, havendo pouca atenção à diversificação das fontes de renda e/ou a inserção de forma diferenciada no mercado das famílias beneficiárias do crédito.

Dos entrevistados, nenhum declarou receber no lote, o serviço de Ater. De acordo com SCHONS *et al.* (2013), nos Estados que compõe o território da Amazônia Legal, a oferta de técnicos é inferior ao necessário para atender à realidade do público da agricultura familiar e os serviços de Ater limitam-se a elaboração de projetos para acesso ao crédito. Uma vez liberado o recurso, o acompanhamento nem sempre ocorre, situação que foi constatada no município de Paranaíta, onde o escritório local da Empaer possui apenas dois técnicos para atender todo o meio rural.

Muitas vezes, a assistência limita-se aos conhecidos “pacotes tecnológicos” que ainda são amplamente utilizados junto à agricultura familiar no Brasil. Um exemplo dessa afirmação é a preferência pela pecuária (bovina) nos pedidos de financiamento. Muitas vezes, essa demanda não vem apenas do agricultor familiar, mas também é induzida pelos técnicos de Ater que são capazes de elaborar rapidamente um projeto para requisição de crédito para esse tipo de atividade (SCHONS *et al.*, 2013, p. 09).

Além da carência de um serviço de Ater que não seja difusor do pacote tecnológico da Revolução Verde, SCHONS *et al.* (2013) aponta para as dificuldades em relação a análise de viabilidade do projeto produtivo elaborado para o acesso ao Pronaf. De acordo com os autores, *“os agentes financeiros parecem dar prioridade aos projetos que eles “sabem que vão dar certo”, ou seja, aos projetos mais “tradicionais” (e de menor risco)”* (SCHONS *et al.*, 2013, p. 10), destacando-se entre estes projetos os que estão direcionados para a pecuária. Em tese, isso explica o fato dos projetos serem elaborados para uma única atividade produtiva, que teoricamente, “vai dar certo”. Porém, isto não justifica, uma vez que o Pronaf foi criado *“com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos*

agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 1996).

A concentração dos financiamentos do Pronaf na atividade pecuária pouco tem contribuído para a manutenção de todos os membros da família em trabalho no lote, visto que a pecuária possui menor demanda de mão de obra que a agricultura e, conforme visto anteriormente (Tabela 13), a faixa etária das pessoas que permanecem no campo são as crianças e os mais velhos. Os jovens representam a menor proporção de nossa amostra (10,78%).

Deste modo, apesar do Pronaf ter contribuído para o desenvolvimento inicial do assentamento, sendo o principal recurso direcionado as atividades produtivas, observa-se que o programa não foi capaz de contribuir para a fixação de toda a família no lote, principalmente os jovens, além de ter estimulado a mudança da principal atividade agropecuária (da agricultura para a pecuária) e não estimular uma mudança efetiva no padrão de desenvolvimento agropecuário do assentamento. Concordando com Aquino & Schneider (2010), *“ao que tudo indica o programa mantém e incentiva entre os agricultores familiares o viés setorial e produtivista do modelo convencional, ou, em outros termos, está ‘fazendo mais do mesmo’”*.

Das famílias entrevistadas, 24% não conseguiram pagar o financiamento obtido pelo Pronaf (Figura 25). O principal motivo do não pagamento foi a baixa renda obtida e casos de doença na família. Este resultado reafirma a pesquisa realizada por Costa & Jorge Neto (2011), que aponta entre as principais causas de inadimplência ao programa, a baixa renda de seus beneficiários.

Quando questionados do ano em que acessou o Pronaf, muitos agricultores não lembravam o ano com exatidão, e isso dificultou saber de qual parcela do Pronaf os agricultores inadimplentes se referiam.

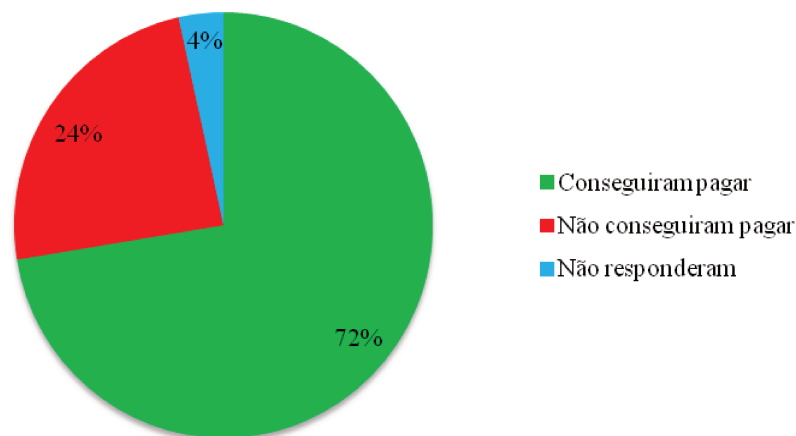


Figura 25. Proporção de inadimplentes ao Pronaf nas comunidades pesquisadas no Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta-MT, 2013. Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Porém, apesar das falhas no desenvolvimento do programa no PA São Pedro, o Pronaf é visto pelos assentados de forma positiva, principalmente em virtude das condições para o pagamento, período de carência e desconto, em caso do pagamento ser realizado dentro do prazo.

“O Pronaf é um programa completo, não precisa mudar nada, porque ele veio para nós pagarmos em 7, com 3 anos de carência”. (Entrevistado 07, 2013).

Cabe lembrar que, com exceção dos recursos destinados pelo Incra para o Projeto de Assentamento São Pedro, o Pronaf foi a primeira política pública que chegou ao assentamento.

Conforme mostra as falas dos entrevistados, no início do assentamento foram muitas as dificuldades e muitos assentados entraram no lote sem nenhuma condição para permanecer. O crédito possibilitou o início e, em alguns casos, o desenvolvimento da produção. Deste modo, apesar dos percalços, o Pronaf teve uma importância inquestionável para os assentados e, mesmo tendo pouca participação na elaboração dos projetos pelos quais acessaram o Programa, os assentados o avaliam de forma positiva.

5.4.2. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

No município de Paranaíta, o primeiro acesso ao PAA ocorreu no ano de 2010 e, a partir de então, tem sido acessado na modalidade Compra com Doação Simultânea, por agricultores familiares tradicionais e assentados da reforma agrária por meio da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Paranaíta.

No município, em 2011, o programa foi acessado por 36 agricultores, sendo 38,90% mulheres e a mesma porcentagem de agricultores familiares assentados de reforma agrária. Em 2012, apesar de ter havido o mesmo número de agricultores participantes do PAA no município (total de 36 agricultores), o percentual de mulheres e assentados de reforma agrária reduziu para 36,11%.

Apesar dos números sugerirem o fato de assentados de reforma agrária e mulheres serem os mesmos agricultores familiares beneficiários, não há uma relação direta, havendo assentados homens e mulheres acessando o PAA, bem como agricultores familiares tradicionais de ambos os sexos (OLIVEIRA *et al*, 2013).

Em Paranaíta, nestes anos, o Programa de Aquisição de Alimentos beneficiou, enquanto consumidores dos alimentos oriundos da agricultura familiar, sete entidades, sendo elas, escolas da rede pública estadual e municipal de ensino localizadas no meio urbano e rural, creches e associações beneficentes, além de famílias carentes que recebem os produtos via Secretaria Municipal de Ação Social.

De acordo com Oliveira *et al.* (2013), o bom andamento do PAA neste município deve-se, principalmente, ao fortalecimento da parceria entre a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Paranaíta e a Secretaria Municipal de Agricultura, além da efetiva participação da Secretaria de Ação Social, Secretaria de Educação e Prefeitura Municipal, os quais contribuem significativamente para o sucesso do programa em Paranaíta.

“O bom resultado do PAA pode ser afirmado levando-se em consideração o grande número de consumidores beneficiários (em média 35% da população total e 100% da população que frequenta escola ou creche⁵¹). Além disso, como impacto positivo destaca-se a maior diversidade na alimentação escolar inserindo no cardápio produtos

⁵¹ De acordo com o Censo Demográfico de 2010, em Paranaíta a população residente que frequentava creche ou escola era de 3.114 pessoas.

regionais e outros que não faziam parte da alimentação anteriormente ao PAA no município, por exemplo, cupuaçu e palmito de pupunha, para o primeiro caso e a maior diversidade de frutas, no segundo caso, este fato contribuiu para a criação de novos hábitos alimentares pela população beneficiária.” (Oliveira *et al.*, p. 2013).

Na Tabela 19 é possível observar a diversidade de produtos vegetais oriundos da agricultura familiar do município de Paranaíta-MT.

Tabela 19. Produtos oriundos da agricultura entregues ao PAA no município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, 2012.

Produtos	Peso (Kg)	Total Recebido (R\$)
Abacaxi pérola	12,00	18,00
Abóbora menina rajada	37,00	48,10
Alface americana	5.230, 00	6.276,00
Almeirão pão de açúcar	30,00	36,00
Banana da terra, Banana Nanica e	514,80	697,41
Banana maçã		
Batata doce	289,00	375,70
Cebolinha verde	920,00	644,00
Coco verde	3.404,00	2.382,80
Couve manteiga	3.404,00	4.084,80
Laranja	637,00	637,00
Mandioca	4.032,00	3.174,40
Melancia	1.500, 00	1.094,80
Melão amarelo	26,00	44,00
Pepino comum	835,00	1.001,70
Repolho verde	537,50	645,00
Salsa	473,00	331,10
Tangerina Ponkan	554,00	554,00
Tomate longa vida	1.080,00	2.160,00
Vagem macarrão	355,00	710,00

Fonte: Associação dos Pequenos Produtores Rurais e a Secretaria Municipal de Agricultura de Paranaíta, MT, 2012.

Além do destaque para os produtos vegetais, com evidência para o fornecimento de produtos para o PAA em Paranaíta encontra-se a principal atividade econômica presente no município, a pecuária e criação de outros animais fornecendo cinco produtos e respondendo por 7,13% da quantidade (kg) fornecida em 2012 (Tabela 20).

Tabela 20. Produtos oriundos da pecuária entregues ao PAA no município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, 2012.

Produtos	Peso (Kg)	Total Recebido (R\$)
Carne de frango semi-caipira	541,00	3.246,00
Carne suína	918,00	5.508,00
Carne ovina	420,50	3.439,70
Ovos	346,00	1.038,00
Peixe congelado	255,00	1.530,00

Fonte: Associação dos Pequenos Produtores Rurais e a Secretaria Municipal de Agricultura de Paranaíta, MT, 2012.

Merece destaque também, a grande quantidade de produtos de preparo caseiro como os pães, bolos, doces e bolachas (Tabela 21).

Tabela 21. Produtos oriundos da agroindustrialização da agricultura familiar entregues ao PAA no município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, 2012.

Produtos	Peso (Kg)	Total Recebido (R\$)
Bolacha caseira	957,50	4.787,50
Bolo caseiro	1694,00	8.825,80
Doce de leite pastoso	479,00	2.874,00
Pão caseiro	3346,00	16.960,00
Palmito descascado de pupunha	1358,50	3.682,50
Polpa de cupuaçu e polpa acerola	607,00	3.035,00

Fonte: Associação dos Pequenos Produtores Rurais e a Secretaria Municipal de Agricultura de Paranaíta, MT, 2012.

O Programa de Aquisição de Alimentos tem permitido a inserção de toda família ao processo produtivo, visto que, a maioria dos beneficiários dessa política pública não contratam mão de obra e utilizam somente o trabalho familiar.

Semelhante ao que aconteceu em outras regiões onde o PAA foi implementado (VIEIRA *et al.*, 2010; NASCIMENTO NETO, 2012; ANDRADE *et al.*, 2012; CAMARGO *et al.*, 2013), a aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo Programa tem incrementado a renda dos agricultores participantes em Paranaíta-MT, além de resgatar o desejo de permanecer no lote e estimular a permanência dos agricultores em sua atividade profissional no campo, reduzindo o êxodo rural e tornando possível um equilíbrio entre a população rural e urbana. Dessa forma, o PAA configura-se como um novo mercado consumidor de produtos alimentícios deste segmento da agricultura, que antes comercializava apenas nos supermercados e feiras da região.

No entanto, apesar do bom êxito do PAA em Paranaíta, ao considerar o número de estabelecimentos familiares presentes no município (1.681 estabelecimentos, representando 83,22% do total), é possível afirmar que o acesso ao Programa ainda está restrito a poucos agricultores, necessitando de um trabalho mais intensivo de Ater para inserir um número maior de agricultores familiares.

Além disso, apesar da importância que o Projeto de Assentamento São Pedro apresenta para o município de Paranaíta, tanto em área como em população, este não possui agricultores fornecendo produtos para o PAA, sendo que os agricultores familiares assentados de reforma agrária que fornecem produtos ao programa são do PE Vila Rural Boa Esperança (Programa Nossa Terra Nossa Gente).

No PA São Pedro há diversas pessoas inscritas como fornecedoras de alimentos para este programa, porém, na realidade, constata-se que estes nunca entregaram por não haver continuidade de produção no lote.

Uma das agricultoras que não entregou produtos para o PAA argumenta que quando fez a inscrição para o envio do projeto à Conab tinha intenção de participar, porém houve a oportunidade de fazer um curso e ir trabalhar na construção da UHE Teles Pires. Isso inviabilizou a continuidade da horta, mas agora que saiu da empresa que a contratou, retomou a horta e pretendia procurar em breve.

“Eu ainda não fui atrás, não fui atrás pelo seguinte: eu acho que tem que ter alguma coisa para oferecer primeiro, e como eu ainda não estou vendendo n/é?.” (Entrevistado 04, 2013)

Constata-se que, mesmo não tendo entregado nenhum produto estes assentados visualizam o PAA como um bom programa e ressaltam a importância do recebimento, no lote, de um serviço de Ater e o mínimo de tecnologia para a implantação de cultivos agrícolas.

“Eu vejo que é uma saída boa, se a gente, que nem eu falo pra você, se tiver uma assistência de um maquinário que prepara a terra pra gente não precisar tirar o dinheiro do nosso custo para pagar n/é?.”
(Entrevistado 05, 2013).

Apesar de o PAA ser um programa de importância inquestionável para o fortalecimento da agricultura familiar e de seu sucesso junto à alguns agricultores no município de Paranaíta,

constata-se nos assentados a falta de informação referente ao Programa, principalmente, em relação à sua participação em uma Associação externa ao assentamento. Além disso, pelo fato de todo o cadastro ser realizado na Secretaria de Agricultura do município, os assentados, ao se referir ao Programa, se referem a esta secretaria ou mesmo ao técnico que até o ano de 2012 estava gerindo o programa, sendo o presidente da associação. Porém, eles sabem que é a Conab a responsável pelo Programa.

No ano de 2013, a proposta de participação ao PAA foi enviado à Conab somente em setembro e com a troca de presidente da Associação, há a proposta de contratar um contador que faça toda a parte burocrática do acesso ao PAA. Porém, até a data da última visita de campo (19/09/2013) não havia se materializado a contratação desse profissional.

De modo geral, constata-se que a maior dificuldade de acesso ao PAA no PA São Pedro é a falta de conhecimento sobre o Programa. Além disso, a ausência de um serviço de Ater contribui substancialmente para o não acesso por parte dos assentados. Observa-se, ainda, que não há entre os agricultores familiares assentados uma conscientização da importância do trabalho em associação e, mesmo havendo no assentamento uma grande quantidade delas, em 2013 muitas estavam desativadas.

5.4.3. O Pnae e o elo com a agricultura familiar

Desde o ano de 2009, quando por meio da Lei Federal 11.947 criou-se o elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local ou regional, o município de Paranaíta vem adquirindo produtos da agricultura familiar, porém, até 2012, as compras eram realizadas diretamente do produtor rural, sem a realização da chamada pública.

A partir de 2012, quando a Resolução/CD/FNDE nº 25, de 4 de julho, alterou a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, passou a conferir obrigatoriedade de publicação da demanda de aquisições de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar por meio de chamada pública. Nesta ocasião, a Secretaria Municipal de Educação firmou uma parceria com a Secretaria de Estado de Educação, no município de Paranaíta, para a realização da chamada pública, no ano de 2013.

Entretanto, a chamada pública tornou-se um problema, porque apesar da ampla divulgação da mesma por meio de envio de ofícios a diversas entidades públicas do município e a divulgação na emissora de rádio local, a realização da chamada pública não chegou até os agricultores e poucos procuraram a Secretaria Municipal de Educação para participar do processo.

Em virtude dos agricultores estarem acostumados com a compra de alimentos sem a necessidade da tramitação administrativa imposta na chamada pública, estes procuraram a Secretaria Municipal de Educação para a entrega de produtos, como vinha ocorrendo nos anos anteriores. No entanto, dada a obrigatoriedade de estar com o nome no processo da chamada pública, a Secretaria de Educação não pôde comprar os produtos destes agricultores.

Numa tentativa de não prejudicá-los, foi proposto pela Secretaria de Educação que os produtores que não estavam listados na chamada pública procurassem aqueles que estavam, para que, se possível, entregassem produtos na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) destes, visto que com o reajuste do limite individual por DAP/ano, de R\$ 9.000,00 para R\$ 20.000,00, isto seria possível.

Mesmo com este problema da chamada pública, a Secretaria Municipal de Educação de Paranaíta adquiriu, no 1º semestre de 2013, 32% dos produtos vindo da agricultura familiar local, porém com uma participação muito restrita dos agricultores familiares do Projeto de Assentamento São Pedro. A exemplo do PAA, a maioria dos produtos adquiridos pelo Pnae vem de uma cooperativa do PE Vila Rural Boa Esperança (Programa Nossa Terra Nossa Gente) e de agricultores familiares não assentados de reforma agrária.

É importante ressaltar que, além do recurso do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Prefeitura Municipal de Paranaíta contribuiu com uma contrapartida no valor destinado a merenda escolar nas escolas do município e nos 32% dos produtos adquiridos da agricultura familiar está incluso este valor.

A aquisição de produtos da agricultura familiar é acompanhada por uma Assistente Social da Secretaria Municipal de Educação, que costuma ir até as propriedades que estão fornecendo e as escolas que estão recebendo os produtos.

“Eu gosto de ir lá e ver o produto que vai para a mesa” (Entrevistado 06, 2013).

A aquisição de alimentos da agricultura familiar local para o fornecimento nas escolas do município de Paranaíta tem desempenhado um importante papel para os agricultores, garantindo a compra de seus produtos e incrementando a renda da família, gerando empregos para seus membros no lote. No entanto, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação, acaba saindo mais caro comprar da agricultura familiar, visto que, no supermercado, ocorre uma variação de preço e na agricultura familiar esta variação não ocorre, permanecendo o preço da chamada pública. Porém, a agricultura familiar assegura a qualidade que, muitas vezes, não é encontrada no mercado, uma vez que Paranaíta está localizada muito distante de um centro produtor e muitos produtos são abastecidos nos supermercados locais por grandes distribuidoras distantes do município, como por exemplo, as Centrais de Abastecimento de alimentos.

“Acaba sendo mais caro, porque o preço na agricultura familiar não baixa, e o preço no mercado varia, tem dias que está na promoção, tem dia que não está. Quando a gente fez a chamada pública o tomate estava R\$ 5,00/kg e agora no mercado esta R\$ 2,79/kg, mas como eu tenho a opção de escolha, escolhemos. Mas, as vezes o tomate no mercado não está de boa qualidade” (Entrevistado 06, 2013).

Anterior ao PAA e ao Pnae, os produtos para a merenda escolar eram adquiridos exclusivamente dos supermercados locais. Além disso, por se tratar de um município muito distante dos grandes centros produtores, na maioria das vezes os produtos não eram fornecidos frescos, reduzindo a qualidade, o que muitas vezes foi motivo para a ausência de alguns produtos na alimentação escolar. Com a implantação do PAA e Pnae, ocorreu uma redução da distância produtor/consumidor e, em virtude das entregas ocorrerem semanalmente, atualmente estes produtos chegam até os consumidores frescos e com ótima qualidade. Apesar de não serem registrados como produtos agroecológicos ou orgânicos, muitos desses produtos são produzidos sem o uso de produtos químicos sintéticos.

Além da melhoria efetiva da qualidade dos produtos direcionados à merenda escolar, houve uma maior diversificação dos produtos e a nutricionista do município adaptou o cardápio de acordo com os produtos disponíveis na região (Quadro 03). É importante observar que, para alguns dias, no cardápio não está definido o sabor dos sucos e a fruta fornecida, pois estes variam

conforme o que os agricultores têm disponível, sendo sempre produtos da região e sucos naturais de polpa de cupuaçu, laranja, entre outras.

Dos produtos presente no Quadro 03, as frutas, verduras, sucos são produtos oriundos da agricultura familiar local.

Quadro 03. Cardápio do mês de setembro de 2013 das escolas municipais de Paranaíta-MT. Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Segunda (02/09/2013)	Terça (03/09/2013)	Quarta (04/09/2013)	Quinta (05/10/2013)	Sexta (06/09/2013)
Leite Gelado com Achocolatado Bolacha Fruta	<u>Risoto do Norte</u> (Arroz, lentilha, cenoura, abóbora, tomate, carne seca desfiada e cheiro verde)	Macarrão Parafuso Molho de sardinha Fruta	Suco de Caju com limão Pão francês ao Molho de Carne Moída	<u>Sopa de Mandioca com</u> <u>Frango e legumes</u> (Legumes: batata, cenoura, chuchu, batata doce, abobrinha, cheiro verde, macarrão padre nosso e frango)
Segunda (09/09/2013)	Terça (10/09/2013)	Quarta (11/09/2013)	Quinta (12/10/2013)	Sexta (13/09/2013)
Baião de dois (arroz e feijão) com Iscas de Carne ao molho e Salada	Vitamina de Banana com Aveia em Flocos (Leite gelado batido com banana e aveia e açúcar) Rosquinha de chocolate	Farofa Úmida de Milho, (Cenoura com Carne Moída, couve, banana frita, cheiro verde) Salada de Alface	Macarrão alho e óleo com Frango Fruta	Arroz doce Moreno Biscoito Água e Sal
Segunda (16/09/2013)	Terça (17/09/2013)	Quarta (18/09/2013)	Quinta (19/10/2013)	Sexta (20/09/2013)
Hot Dog (Pão Francês ao molho de salsicha) Suco	Macarrão a Bolonhesa (Macarrão espaguete ao molho de carne moída) Fruta	Canjica de coco com torrões de açúcar Biscoito Cream Cracker	Sopa de legumes com carne desfiada e macarrão parafuso (cenoura, batata, abobrinha, chuchu, vagem e cheiro verde)	Arroz com feijão temperado com molho de frango e legumes (cenoura, abobrinha, batata, cheiro verde) Salada
Segunda (23/09/2013)	Terça (24/09/2013)	Quarta (25/09/2013)	Quinta (26/10/2013)	Sexta (27/09/2013)
Polenta temperada com molho de frango com legumes Salada	Arroz amarelo (açafrão) Feijão preto enriquecido (Feijão com carne, batata doce, cenoura, beterraba, chuchu, couve e cheiro verde)	Vaca atolada (Mandioca, carne desfiada, legumes picados com cheiro verde) Salada	Leite Gelado com chocolate Biscoito Cream Cracker Fruta	Macarrão temperado com salsinha Fruta
Segunda (30/09/2013)				
Suco de Cupuaçu Pão com molho de carne moída Fruta				

Porém, apesar da ocorrência do PAA e Pnae no município de Paranaíta este não tocam a principal raiz do problema: a ausência de um serviço de Ater de qualidade e contínuo. Visto que, um dos principais pontos negativos apontados pela Secretaria de Educação em relação ao Pnae, é a quantidade entregue pelos agricultores, que às vezes é pequena, e tem que estar fazendo adaptações no cardápio.

Apesar de no município haver significativo rebanho bovino e elevada produção de leite, estes produtos ainda não estão sendo adquiridos dos agricultores familiares locais, visto que para isso seria necessária um investimento que ainda não há em Paranaíta, por exemplo, a instalação de um laticínio. Além disso, produtos como arroz e feijão, que já foram produzidos em grande quantidade no PA São Pedro quando de sua criação no município, hoje são adquiridos no supermercado para serem destinados à merenda escolar.

Os principais motivos que levaram os assentados do PA São Pedro a pararem de produzir estes cereais foram à falta de incentivo no momento da comercialização, visto que plantavam muito, mas no momento da venda acabava não tendo renda. Além disso, com o tempo, os animais silvestres, principalmente as aves, começaram a atacar as lavouras e, muitos agricultores passaram a ter prejuízos em seus cultivos.

“No início plantavam feijão. As terras aqui são boas, produz bem feijão, milho, mandioca, arroz [...]. Mas depois, teve uma decadência da agricultura e ficou difícil porque o preço caiu muito. Produzir arroz ou milho assim, manual não dava, tinha mais era despesa e no final um frete daqui para Paranaíta ou daqui para Alta Floresta, daí você já ficava quase que trocado figurinha.” (Entrevistado 01, 2013).

“Eu gosto de uma roça, eu adoro ver uma roça assim. Eu gosto mesmo de ver um arroz, feijão, milho plantado assim, é muito bom, só que hoje se for plantar um alqueire de arroz, a gente não colhe nada, os passarinhos não deixam, as maritacas comem tudo. Eu plantei um pouco de milho aqui esses dias, esses tempos, no ano passado, mas não deixou uma espiga, comeram tudo, não deu nem tempo de granar direito, não deixa”. (Entrevistado 02, 2013).

Deste modo, apesar do Pnae, assim como o PAA, ser importante para a garantia da segurança alimentar e no reconhecimento do papel da agricultura familiar, estar presente no município de Paranaíta/MT, não vem beneficiando os agricultores do PA São Pedro. Porém, as escolas do assentamento estão recebendo os produtos fornecidos por agricultores familiares de outras regiões do município.

6. PONTOS DE REFLEXÃO DA PESQUISA

Os resultados obtidos são alicerçados pela revisão da bibliografia apresentada, visto que esta norteou a escolha da metodologia de pesquisa e a condução da pesquisa em campo, abordando os dados coletados e dando rumo à interpretação dos resultados obtidos. Tais resultados possibilitaram a análise dos efeitos das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar (Pronaf, PAA, Pnae) no Projeto de Assentamento São Pedro, localizado no Município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso,

Dentre as estratégias produtivas e reprodutivas adotadas pelas famílias no meio rural brasileiro, o acesso às políticas públicas, voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, constitui-se de grande importância para a reprodução socioeconômica das famílias.

Como apresentado, o Pronaf foi a primeira política pública direcionada ao fortalecimento da agricultura familiar que chegou aos assentados do Projeto de Assentamento São Pedro, de modo que a concessão do Pronaf representou um importante papel para o desenvolvimento do assentamento, contribuindo para o não abandono do lote pela maioria das famílias pelo fato de gerar renda.

Deste modo, o Pronaf tem potencial para desempenhar um importante papel na promoção de um desenvolvimento sustentável de Paranaíta, visto o elevado número de agricultores familiares no município. Porém, ao invés de incentivar a diversificação da propriedade e/ou o desenvolvimento de formas alternativas de produção (pautadas nos princípios da agroecologia, por exemplo) – ou seja, atividades mais compatíveis com o tamanho dos lotes e que permitam a diversificação das fontes de rendas e insira as famílias de forma diferenciada no mercado –, os projetos elaborados para acesso ao Pronaf tem incentivado uma única atividade, a pecuária de leite praticada de forma extensiva.

Dessa forma, a concentração dos financiamentos do Pronaf na pecuária extensiva pouco tem contribuído para a manutenção de todos os membros da família que trabalham nos lotes. Este fato vem estimulando, no PA São Pedro, a prática da pluriatividade e a saída dos filhos mais velhos para trabalhar fora da propriedade, sendo que, os trabalhos realizados nunca ou quase nunca possuem ligação com as atividades desempenhadas no lote.

Além disso, a mudança mais significativa do Pronaf no PA São Pedro foi a alteração do sistema produtivo, uma vez que os assentados, antes do crédito trabalhavam com a produção agrícola, principalmente, café e cereais (com destaque para o cultivo de arroz, milho e feijão) para o autoconsumo e venda do excedente. Porém, com o acesso ao Pronaf, estes passaram a investir na pecuária, principalmente, de leite, mesmo sem experiência prévia com a criação de bovinos. Deste modo, o programa está sendo o principal responsável pela especialização dos agricultores familiares assentados na criação de bovinos, o que implica na não diversidade da produção e, conseqüentemente, em problemas ambientais como a supressão da biodiversidade, a compactação dos solos e o assoreamento dos rios, entre outros.

Não se observa uma conexão entre o Pronaf e outras políticas públicas, visto que na área da pesquisa, apesar do grande montante de crédito recebido via Pronaf, não há agricultores entregando produtos para o PAA e o Pnae, principalmente, em virtude da dificuldade dos assentados em terem continuidade de produção, sem a disponibilidade de um serviço de Ater integral e conhecedor das particularidades dos agricultores familiares assentados em projetos de reforma agrária da região.

A implantação, desenvolvimento e sucesso do PAA e Pnae no município de Paranaíta está sendo sustentado pela presença de um assentamento do governo estadual nas proximidades da área urbana, assim como por agricultores familiares tradicionais, ou seja, não assentados de reforma agrária.

É necessária a conscientização, por parte dos atores sociais envolvidos nas políticas públicas analisadas, de que o crédito rural aliado à manutenção de um programa de Ater integral e que leve em consideração as particularidades socioeconômicas dos agricultores familiares assentados de reforma agrária, é um instrumento muito importante para alavancar o processo de desenvolvimento sustentável no PA São Pedro. Além disso, os resultados positivos do Pronaf ultrapassam os limites da “porteira” da unidade produtiva, uma vez que o crescimento do setor agropecuário antecede e, em algumas vezes, pode determinar níveis de crescimento do setor de serviços e indústria, o que por sua vez influencia também no crescimento da economia local.

Finalmente, é importante frisar que a baixa articulação dos programas de crédito com um conjunto mais amplo de políticas públicas reduz o efeito dos recursos aplicados e limita o seu potencial indutor de mudanças na construção de um novo rural.

Além disso, durante os trabalhos de campo observou-se uma carência de pesquisas sobre sistemas produtivos característicos da pequena produção familiar em áreas de assentamentos na região Norte de Mato Grosso, inserida no Bioma Amazônico. Da mesma forma, não foram encontrados estudos desta natureza no PA São Pedro. Deste modo, constata-se que o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema pode contribuir para um melhor conhecimento dos sistemas agrícolas mais adaptados à agricultura familiar local, e consequentemente, contribuir para o desenvolvimento sustentável do meio rural da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura Familiar e Uso do Solo. **São Paulo em Perspectiva**, SP, v.11, n.2, p. 73-78, 1997.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/o/1635683>>. Acesso em: 19/10/2013

ANDRADE, F. R. P. de; OLIVEIRA, J.T.A.; OLIVEIRA, E. S.. Implicações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos assentamentos rurais de Araras/SP. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 50. 2012, Vitória. **Anais...** Online.

ANTUNIASSI, M. H. R.; AUBRÉE, M.; CHONCHOL, M. E. F. De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. **São Paulo em Perspectiva**, SP, v. 7, n.3, p. 125-132, jul/set. 1993.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. (Des)caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE. 1, 2010, Natal. **Anais da I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade**. Natal: UFRN, 2010. v. 1. p. 1-21.

BARBOSA, L. M. Topofilia, memória e identidade na Vila do Iapi em Porto Alegre. **Revista eletrônica Para Onde!?** n.7, jul.-dez., 2010.

BARROZO, J. C. Políticas de Colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. In: BARROZO, J. C. (Org.). **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT, 2008, p. 15-26.

BRASIL. Processo de Criação do Projeto de Assentamento São Pedro (Gleba Mogno) municípios de Alta Floresta, Carlinda e Paranaíta (MT). 1997. **Mimeo**.

BRASIL. FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Alimentação Escolar**. s/d. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-funcionamento>>. Acesso em 01 de setembro de 2012.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios – Resultado da amostra**. Rio de Janeiro, 2011, CD-Rom.

BRASIL. INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Manual de Política Agrícola instituído pela Portaria Conjunta MDA/INCRA N. 13 de 22/08/2005**. 2005. Disponível em: comunidades.mda.gov.br/o/909725. Acesso em: 25 de novembro de 2013

BRASIL. INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Histórico da questão agrária**. 2011. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/historico-da-questao-agraria>>. Acesso em: 23 de julho de 2012.

BRASIL. INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação de Projetos de Reforma Agrária**. 2012. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/31-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 23 de julho de 2012.

BRASIL. MDA/INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária. Paz, produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**. s/d. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>. Acesso em: 10/09/2012.

BRASIL. MDA/CONDRAF. **Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. 36p.

BRASIL. MDS. **O Que é o PAA?**. 2011. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=notas. Acesso: 21 de agosto de 2012.

BRASIL. **Decreto nº 37.106**, de 31 de março de 1955: Institui a companhia da Merenda Escolar. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 de setembro de 2012.

_____. **Decreto nº 1.946**, de 28 de junho de 1996: Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <<http://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/112235/decreto-1946-96>>. Acesso em: 06 de outubro de 2013.

_____. **Decreto nº 7.775**, de 04 de julho de 2012: Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em: 06 de novembro de 2013.

_____. **Decreto nº 8.026**, de 06 de junho de 2013: Altera os Decretos nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos; nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar; nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011, que regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D8026.htm#art1>. Acesso em: 06 de novembro de 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 1.192**, de 8 de novembro de 1971. Cria o Programa de Desenvolvimento do Centro - Oeste (PRODOESTE) e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=120842>>. Acesso em: 07 de agosto de 2012.

_____. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 15 de agosto de 2012.

_____. **Lei nº 10.696**, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm>. Acesso em: 02 de junho de 2012.

_____. **Lei nº 601**, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Publicada na CLBR de 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 10 de setembro de 2012.

_____. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 07 de agosto de 2012.

_____. **Lei nº 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm>. Acesso em 02 de setembro de 2012.

_____. **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em 02 de setembro de 2012.

_____. **Resolução/CD/FNDE nº 25**, de 4 de julho de 2012. Altera a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3554-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-25-de-04-de-julho-de-2012>>. Acesso em 02 de novembro de 2013.

BRASIL (a). **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 365p.

BRASIL (b). **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009: Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis

nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/2478043>>. Acesso em: 08 de junho de 2012.

BECKER, C.; ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Políticas públicas estruturantes e segurança alimentar: o caso do PAA. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. 47, Porto Alegre, jul. 2009, CD-Rom.

BELIK, W. PRONAF: Avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da SILVA, J. (Orgs.). **O Novo Rural Brasileiro – Políticas Públicas**. Jaguariúna: Embrapa, volume 4, pág. 93-116, 2000.

BELIK, W.; PAULILLO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, Sérgio Pereira (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

BERGAMASCO, S. M. P. P. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números**. Estudos Avançados, vol.11 n°.31, São Paulo Set./Dec. 1997.

BERGAMASCO, S.; BLANC-PAMARD, C.; CHONCHOL, M. E. **Por um atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997. 48p.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **A Alternativa dos Assentamentos Rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003. 191p.

BITTENCOURT, G. A. As políticas agrícolas e a agricultura familiar no Sul do Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n° 7, maio de 1997. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/as_politicas_agricolas_e_a_agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 01 de junho de 2012.

CAMARGO, E. A. O. M.; GOMES, R. R. S.; MEIRA, B. C.; BORSATTO, R. S. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento de fortalecimento de Assentamentos rurais: o caso do assentamento 23 de Maio, Itapetininga, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, SP, v. 43, n. 1, jan./fev. 2013.

CASTRO, S.P; *et al.* **A colonização oficial no Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade**, Cuiabá: edUFMT/NERU, 2002. 236 p.

CAVALCANTE, M.; FERNANDES, B. Formação Territorial, Agronegócio e Atuais Mudanças na Estrutura Fundiária de Mato Grosso. **Revista NERA** ano9, n.8. Presidente Prudente, 2006.

CONTI, B. M.; ROITMAN, F. B. Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. 2011. **Revista do BNDES** n° 35. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3504.pdf>. Acesso em 02 de setembro de 2012.

COSTA, C. J. P.; JORGE NETO, P. M. Fatores determinantes da inadimplência do crédito rural Pronaf em áreas de assentamento de reforma agrária no Nordeste do Estado do Pará. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Recife, v. 10, n° 1, p. 101-130, 2011.

COVOLAN, F. C.; GONZALEZ, E. T. Q. **Sesmarias, Lei de Terras de 1850 e a Cidadania – Sistema Legal x Sistema Social**. Congresso Nacional do CONPEDI, 17. Brasília – DF, novembro de 2008. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/07_729.pdf>. Acesso em: 09/11/2012.

EMPAER/MT – Empresa de Pesquisa e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso. Plano de Recuperação do Assentamento São Pedro. 2010. **Mimeo**.

ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: perspectivas e desafios. In: Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 5. 2011, Campinas. **Anais...** CD-Rom.

ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Balanço sobre a reforma agrária brasileira nas duas últimas décadas. **Interciência**, Caracas, Venezuela. v. 38, n. 8, p. 563-569, 2013.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Projeto UFT/BRA/036/BRA. Agosto de 1996.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. 74p.

FERNÁNDEZ, A. J. C.; FERREIRA, E. C. Os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: Medeiros, L. S., Leite, S. P. (Org.). **Assentamentos Rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 187-228.

FERREIRA, J. C. V. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Editora Buriti. 2001. 600p.

FERREIRA, B.; SILVEIRA, F. G. A reforma agrária e o Pronaf nos anos FHC (1995-2002). In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 41. 2003, Juiz de Fora. **Anais...**, CD-Rom.

FERREIRA, E. C.; FERNÁNDEZ, A. J. C.; SILVA, E. P. A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2 ed, pg. 197-232, 2009.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v° 13 p. 137-170, 2010.

GUANZIROLI, *et al.* **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288p.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e Unidades da Federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

ICV – Instituto Centro de Vida. **Assentamentos da reforma agrária no Território portal da Amazônia: características Sociais, econômicas e ambientais**. 2005. Disponível em: <<http://www.icv.org.br/site/wp-content/uploads/2013/08/estudoassentamentos.pdf>>. Acesso em: 10 de outubro de 2013.

INTERMAT – Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso. **Criação do INTERMAT**. s/d. Disponível em: <<http://www.intermat.mt.gov.br/html/internas.php?codigoPagina=127>>. Acesso em 01 de setembro de 2012.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Caracterização do Público Potencial do PRONAF “B” na Região Nordeste e no Estado de Minas Gerais Uma análise baseada nos dados do Censo Agropecuário 2006**. 2013. Disponível em: <<http://www.ufrrs.br/pgdr/arquivos/resultpesq/1.pdf>>. Acesso em: 13 de novembro de 2013.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M.P. A estrutura da produção no campo em 1980. **Perspectivas**, São Paulo, 12/13, p. 55-72. 1990.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários a partir do Censo de 2006. In: Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais. 5, 2011, Campinas/SP, **Anais...** 2011.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P.; OLIVEIRA, J. A. Caracterização dos estabelecimentos de assentados no Censo Agropecuário de 2006. **Retratos de Assentamentos**, v. 13, p. 31-74, 2010.

LAMERA, J. A. Análise da eficiência dos assentamentos rurais em Mato Grosso. 168p. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Mato Grosso. 2008.

LAMERA, J. A.; FIGUEIREDO, A. M. R. Os assentamentos rurais em Mato Grosso. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 46, 2008. Rio Branco, **Anais...** 2008. p. 1-25.

LEITE, S.; *et al.* **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Editora UNESP. 2004. 392p.

LEITE, S. P.; ÁVILA, R. V. **Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007. 176p.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear, 1980.

MAGALHÃES, R. & ABRAMOVAY, R. **Acesso, uso e sustentabilidade do PRONAF B**. São Paulo: MDA/FIPE, 2006. 25p.

MARQUES, V. P. M. A.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. **O Censo 2006 e a reforma agrária: aspectos metodológicos e primeiros resultados**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. 108p.

MATTEI, L. **PRONAF 10 anos**: Mapa da Produção Acadêmica. Brasília: MDA, 2006.

MEDEIROS, L. S. Trabalhadores Rurais, Agricultura Familiar e Organização Sindical. **São Paulo em Perspectiva**, SP, v.11, n.2, 1997. p. 65-72, 1997.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso**: política e mecanismos de burla (1892-1992). Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2007.

NASCIMENTO NETO, M. P. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Lago Seca – PB: análise das transformações vivenciadas na Agricultura Familiar. 166p. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

NÉDÉLEC, V.; *et al.* Evolução da ocupação do solo nos Projetos de Assentamento Conjunto (PAC) no Mato Grosso. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. 12. 2005, Goiânia. **Anais...** 2005.

NORDER, L. A. C. Assentamentos Rurais: Casa, Comida e Trabalho. 151p. **Dissertação de mestrado** (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1997.

OLIVEIRA, J. T. A. Lógicas Produtivas e Impactos Ambientais: estudo comparativo de sistemas de produção. 304p. **Tese de Doutorado**. Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

OLIVEIRA, A. L. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; ARAGAO, J. C. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 51. 2013, Belém-PA. **Anais...**, 2013.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE. **Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos**. Guarantã do Norte, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA. **Nossa História**. 2012. Disponível em: <<http://www.paranaíta.mt.gov.br/Historia-do-Municipio/>>. Acesso em: 16 de agosto de 2012.

RANIERI, S.B.L. Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil. IN: SPAROVEK, G. A **qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e letras editora e gráfica, 2003. p.22-54.

REZENDE, G. C. **Programa de crédito especial para reforma agrária (PROCERA): Institucionalidade, subsídio e Eficácia**. 1999. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0648.pdf>>. Acesso em: 12 de setembro de 2012.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

SÁ JÚNIOR, A. Aplicação da classificação de Koppen para o zoneamento climático do Estado de Minas Gerais. 101p. **Dissertação de mestrado**. Universidade Federal de Lavras, 2009.

SCHMITT, C.J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, Ano XIV, n. 2, p. 78-88, 2005.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. Agricultura Familiar: elementos teóricos e práticos. In: SCHMITZ, H. (org.). **Agricultura familiar: extensão rural e pesquisa participativa**. São Paulo: Annablume, 2010. p.23-42.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCHONS, S. Z.; AZEEVEDO, A.; ALENCAR, A. “Pronaf” na Amazônia: quais os desafios? **Boletim Amazônia em Pauta**. Brasília: IPAM, 2013. 12p.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. p.133.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Entrelinhas, 2002.

SIQUEIRA, E. M. *et al.* **O Processo Histórico de Mato Grosso**. 2ª ed. Revisada. Cuiabá: UFMT, 1990. 151p.

SILVA, F. C. N. **A História do Cotidiano de Lucas do Rio Verde do Início de sua Colonização à sua Emancipação**. 61p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2010.

SILVA, F. F. **Distribuição de Crédito para Agricultura Familiar: Um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento rural**. 250p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2006.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndios: Efeitos da lei de 1850**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. 373p.

SOUSA, I. S. F. *et al.* **Agricultura Familiar na Dinâmica da Pesquisa Agropecuária**. Brasília: Embrapa Informática Tecnológica, 2006. 434p.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2009, 132p.

TURPIN, M. E. **A Alimentação Escolar como vetor de Desenvolvimento Local e garantia de Segurança Alimentar e Nutricional**. 165p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

VEIGA, J. E. Delimitando a Agricultura Familiar. **Reforma Agrária**, v.25, mai/dez. 1995, p. 128-141.

VIANA, C. A. S.; VIEGAS, G. L. **PAA – Evolução das operações**. 2012. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_04_25_14_41_24_analise_do_pa_a_-_2003_a_2011.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2012.

VIEIRA NETO, P. **Estatística Descritiva: Conceitos Básicos**. 2004. Disponível em: <http://uni.educacional.com.br/up/59960001/3103751/Apos_Est_I_Fev04_C1.pdf>. Acesso em: 17 de setembro de 2012.

VIEIRA, N. S.; FARIA, A. F.; ROSA, P. F. Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Agricultura Familiar: uma análise de experiências no Brasil. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 4, 2010, Lavras, **Anais...** Lavras: Rede de Pesquisadores em Gestão Social. p. 1-17.

WANDERLEY, M. N. D. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 23-56.

WANDERLEY, M. N. D. Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003. p.42-61.

WITTER, T. **Lutas, ganhos e perdas**. 2008. Disponível em: <[http://www.diariodecuiaba.com.br/Reforma Agrária detalle.php?cod=306684](http://www.diariodecuiaba.com.br/Reforma_Agrária_detalle.php?cod=306684)>. Acesso em 01 de setembro de 2012.

WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras a margem, 2002, 256p.

ANEXOS

Anexo 01. Mapa do Projeto de Assentamento São Pedro, Paranaíta – MT.

